



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

PEDRO ANTONIO MACIEL DE ARRUDA

**CONCEITUAR, AGREGAR E OPERACIONALIZAR: como as democracias são
mensuradas?**

CAMPINA GRANDE – PB

2024

PEDRO ANTONIO MACIEL DE ARRUDA

**CONCEITUAR, OPERACIONALIZAR E AGREGAR: como as democracias são
mensuradas?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Campina Grande, pertencente à linha de pesquisa Instituições Políticas e área de concentração Estado e Governo, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Saulo Felipe Costa

**CAMPINA GRANDE – PB
2024**

A779c

Arruda, Pedro Antonio Maciel de.

Conceituar, operacionalizar e agregar: como as democracias são mensuradas? / Pedro Antonio Maciel de Arruda. – Campina Grande, 2024.

160 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2024.

"Orientação: Prof. Dr. Saulo Felipe Costa".

Referências.

1. Democracia e Instituições Políticas. 2. Teoria Democrática. 3. Regimes Políticos. 4. Qualidade Democrática. 5. Mensuração Democrática. 6. Índices de Democracia. I. Costa, Saulo Felipe. II. Título.

CDU 321.7(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
POS-GRADUACAO EM CIENCIA POLITICA
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

FOLHA DE ASSINATURA PARA TESES E DISSERTAÇÕES

PEDRO ANTONIO MACIEL DE ARRUDA

Conceituar, agregar e operacionalizar: como as democracias são mensuradas?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovada em: 16/08/2024

Prof. Dr. Saulo Felipe Costa - PPGCP/UFCG
Orientador

Prof. Dr. Clóvis Alberto Vieira de Melo - PPGCP/UFCG
Examinador(a) Interno

Prof. Dr. Henrique Menezes - PPGRI/UFPB
Examinador(a) Externo



Documento assinado eletronicamente por **CLOVIS ALBERTO VIEIRA DE MELO, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/08/2024, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Saulo Felipe Costa, Usuário Externo**, em 16/08/2024, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE ZEFERINO DE MENEZES, Usuário Externo**, em 21/08/2024, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **4707067** e o código CRC **37B9C827**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
POS-GRADUACAO EM CIENCIA POLITICA
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

ATA DA DEFESA PARA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIA POLÍTICA, REALIZADA EM
16 DE AGOSTO DE 2024

CANDIDATO(A): **PEDRO ANTONIO MACIEL DE ARRUDA**. COMISSÃO EXAMINADORA: Saulo Felipe Costa, Doutor, PPGCP/UFCG, Presidente da Comissão e Orientador; Clóvis Alberto Vieira de Melo, PPGCP/UFCG, Examinador(a) Interno(a); Henrique Menezes, Doutor, PPGRU/UFPB, Examinador(a) Externo(a). TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: Conceituar, agregar e operacionalizar: como as democracias são mensuradas?.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Estado e Governo.

HORA DE INÍCIO: 9h – <https://meet.google.com/fkq-ahqs-gaf>

Em sessão pública, após exposição, o candidato foi arguido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo demonstrado suficiência de conhecimento e capacidade de sistematização no tema de sua dissertação, obtendo conceito **APROVADO**. Face à aprovação, declara o(a) presidente da Comissão, achar-se o examinado, legalmente habilitado a receber o Grau de Mestre em Ciência Política, cabendo a Universidade Federal de Campina Grande, como de direito, providenciar a expedição do Diploma, a que o mesmo faz jus. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata, que é assinada por mim, Márcia Cristina M. Porto e os membros da Comissão Examinadora. Campina Grande, 16 de agosto de 2024.

Prof. Dr. Saulo Felipe Costa - PPGCP/UFCG
Presidente da Comissão e Orientador

Prof. Dr. Clóvis Alberto Vieira de Melo - PPGCP/UFCG
Examinador(a) Interno(a)

Prof. Dr. Henrique Menezes - PPGRU/UFPB
Examinador(a) Externo(a)

Pedro Antonio Maciel de Arruda
Discente

Márcia Cristina M. Porto

Secretária

2 - APROVAÇÃO

2.1. Segue a presente Ata de Defesa de Dissertação do candidato Pedro Antonio Maciel de Arruda, assinada eletronicamente pela Comissão Examinadora acima identificada.

2.2. No caso de examinadores externos que não possuam credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os examinadores internos signatários certificam que os examinadores externos acima identificados participaram da defesa de dissertação e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **CLOVIS ALBERTO VIEIRA DE MELO, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/08/2024, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Saulo Felipe Costa, Usuário Externo**, em 16/08/2024, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE ZEFERINO DE MENEZES, Usuário Externo**, em 21/08/2024, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA CRISTINA MARQUES PORTO, SECRETÁRIO (A)**, em 21/08/2024, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Antonio Maciel de Arruda, Usuário Externo**, em 21/08/2024, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **4706392** e o código CRC **28C01444**.

Distraídos venceremos.

AGREDECIMENTOS

Agradeço a minha família: Maria Aureliana, José Izenaldo, Maria Regina, José Izenaldo Filho, Tamiris Milena e Maria Helena – meu princípio, meio e fim.

Agradeço ao Prof. Saulo Costa, pela cordial e paciente orientação, além de todas as contribuições para minha formação acadêmica e pessoal. Também agradeço aos professores avaliadores, Prof. Clóvis de Melo e Prof. Henrique Menezes, pela disponibilidade e contribuições na realização desta pesquisa.

Agradeço ao órgão de fomento CAPES pela bolsa de estudos concedida, sem a qual não haveria condições materiais para a obtenção do título de mestre.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Campina Grande, pelo acolhimento e experiências.

In memoriam de Izabel Pereira Nogueira Feitosa (Tia Bel)

RESUMO

Como as diferentes leituras teóricas de democracia geram diferentes métricas de mensuração? Este trabalho tem como objetivo descrever o processo de mensuração democrática diante da polissemia e dificuldades observacionais do regime político. Os índices de democracia atendem ao propósito de classificar e qualificar regimes políticos, e, por consequência, auxiliar no desenvolvimento da pesquisa empírica como um todo. No entanto, essa tarefa torna-se essencialmente desafiadora quando pensada na pluralidade de definições e nas dificuldades observacionais de fenômenos políticos como um todo. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa descritiva, uma vez que descrevemos e discutimos o processo de formação dos índices de democracia, usando como fonte dados secundários. Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, usamos estatística descritiva para analisar a materialização das diversas perspectivas conceituais democráticas. Como forma de melhor explorar nosso objeto de investigação, propomos um estudo de caso comparativo entre a Nicarágua, Brasil e Costa Rica, sob diversas abordagens conceituais, partindo dos índices do *Variantes of Democracy* (V-Dem), *Democracy Matrix* (D-Max) e *Freedom House* (FH). Somos motivados pela necessidade entender as principais potencialidades e fragilidades dos índices de democracia, especificamente no que se refere a sua confiabilidade e validade na pesquisa empírica. Como resultado, desacatamos que as diversas abordagens de democracia podem levar a resultados empíricos diferentes, o que não representa um problema em si mesmo, mas demanda atenção para o estado de intercambialidade dessas medidas. Entendemos que, quando dotadas de convergência e intercambialidade, as diversas medidas de democracia podem ser usadas conscientemente para explicar as especificidades da engenharia política do fenômeno, mesmo com as dificuldades observacionais e de polissemia conceitual na teoria; e, por consequência, fornecer diagnósticos precisos sobre o estado da qualidade da democracia.

Palavras-chave: Teoria Democrática. Regimes Políticos. Qualidade Democrática. Mensuração Democrática. Índices de Democracia.

ABSTRACT

How do different theoretical readings of democracy generate different measurement metrics? This work aims to describe the process of democratic measurement in the face of the polysemy and observational difficulties of the political regime. Democracy indices serve the purpose of classifying and qualifying political regimes, and consequently, assist in the development of empirical research as a whole. However, this task becomes essentially challenging when considering the plurality of definitions and the observational difficulties of political phenomena as a whole. Methodologically, this is a descriptive research, as we describe and discuss the process of forming democracy indices, using secondary data as a source. From the perspective of methodological procedures, we use descriptive statistics to analyze the materialization of various conceptual democratic perspectives. To better explore our object of investigation, we propose a comparative case study between Nicaragua, Brazil, and Costa Rica, under various conceptual approaches, starting from the indices of Varieties of Democracy (V-Dem), Democracy Matrix (D-Max), and Freedom House (FH). We are motivated by the need to understand the main strengths and weaknesses of democracy indices, specifically regarding their reliability and validity in empirical research. As a result, we highlight that the various approaches to democracy can lead to different empirical results, which is not a problem in itself, but demands attention to the state of interchangeability of these measures. We understand that, when endowed with convergence and interchangeability, the various measures of democracy can be consciously used to explain the specificities of the political engineering of the phenomenon, even with the observational and conceptual polysemy difficulties in theory; and consequently, provide accurate diagnoses about the state of the quality of democracy.

Keywords: Democratic Theory, Political Regime, Democratic Quality, Democratic Measurement, Democracy Indices.

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

Gráfico 1 – Publicações mais citadas para o termo “Democracy” segundo o Google Scholar (1882 – 2018)

Gráfico 2 – Publicações mais citadas para o termo “Measures of democracy” segundo o Google Scholar (1967 – 2018)

Figura 1 – Abordagens conceptivas para o conceito democrático

Figura 2 – Fluxograma do processo de formação dos índices de democracia

Figura 4 – Classificação dos regimes políticos no mundo segundo o *Democracy Matrix* (2020)

Figura 5 – Mensuração integral das variáveis conceptivas por regiões globais (1900 – 2020)

Figura 6 - Classificação dos regimes políticos no mundo para a Democracia Liberal, segundo o V-Dem (2023)

Figura 7 – Classificação dos regimes políticos no mundo segundo o *Freedom House* (2023)

Gráfico 3 – Diferentes abordagens conceituais para a democracia na América Latina pelo V-Dem (1972 – 2022)

Gráfico 5 – Diferentes abordagens conceituais para a democracia na Nicarágua pelo V-Dem (1960 – 2020)

Gráfico 6 – Dispersão para o índice de Democracia Liberal na Nicarágua segundo o V-Dem (1960 – 2022)

Gráfico 7 – Diferentes abordagens conceituais para a democracia no Brasil pelo V-Dem (1960 – 2020)

Gráfico 8 – Dispersão para o índice de Democracia Liberal no Brasil segundo o V-Dem (1960 – 2022)

Gráfico 9 – Diferentes abordagens conceituais para a democracia na Costa Rica pelo V-Dem (1960 – 2020)

Gráfico 10 – Comportamento dos índices democráticos na América Latina (1972 – 2020)

Gráfico 11 – Comportamento dos índices democráticos na América Latina (1972 – 2020)

Gráfico 12 – Medida de dispersão para os índices de democracia para a América Latina (1972 – 2020)

Gráfico 13 – Comportamento dos índices democráticos na Nicarágua (1990 – 2006)

Gráfico 14 – Medida de dispersão para os índices de democracia para a Nicarágua (1990 – 2006)

Gráfico 15 – Comportamento dos índices democráticos no Brasil (1986 – 2020)

Gráfico 16 – Medida de dispersão para os índices de democracia para o Brasil (1986 – 2020)

Gráfico 17 – Comportamento dos índices democráticos na Costa Rica (1972 – 2018)

Gráfico 18 – Medida de dispersão para os índices de democracia para a Costa Rica (1972 – 2018)

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Tipologias dos Regimes Políticos referenciados em “*Polyarchy: Participation and Opposition*”

Quadro 2 – Uma síntese ao debate contemporâneo para a mensuração democrática

Quadro 3 – Variáveis e dimensões constitutivas por projetos de mensuração democrática

Quadro 4 – Tipologia de Regimes Políticos por projetos de mensuração democrática

Tabela 1 – Classificação de Regimes Políticos na América Latina por tipologia e *rankings* segundo projetos de mensuração democrática (2020)

Quadro 5 – Estruturação do índice para o V-Dem

Quadro 6 – Estruturação do índice para o D-Max

Quadro 7 – Caracterização do conceito democrático segundo o *Democracy Matrix*

Quadro 8 – Classificação de Regimes Políticos (*Democracy Matrix V.4*)

Quadro 9 – Descrição dos indicadores do projeto V-Dem

Tabela 2 – Sistema classificatório baseado na conversão de pontuação para *status*

Tabela 3 – Classificação dos eixos conceptivos por faixa de pontuação apresentados no *FIW* (2015 – 2020)

Tabela 4 – Mensuração de contexto na América Latina (1980 – 1990)

Tabela 5 – Mensuração de contexto na América Latina (2010 – 2020)

Tabela 6 – Ranking classificatório por valor geral de índice (2020)

Tabela 7 – Probabilidade de Transição de Regime Adverso para a América Latina (2011/12 – 2022/23)

Tabela 8 – *Ranking* classificatório por Liberdade Global (2023)

Quadro 10 – Concepções de democracia conforme o V-Dem

Tabela 9 – Coeficiente de correlação para os diferentes conceitos de democracia segundo o V-Dem para os casos de análise

Tabela 10 – Coeficiente de correlação para os diferentes índices de democracia segundo para os casos de análise

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 A LITERATURA SOBRE A DEMOCRACIA	17
1.1 Conceitos-chave.....	17
1.2 Contextualização e aproximação do olhar.....	22
1.3 A democracia como uma categoria histórica.....	25
1.4 Possibilidades conceituais para a democracia	32
1.5 O mundo está menos democrático?.....	41
1.5.1 Uma ilustração ao Iliberalismo Democrático: o caso da oposição global aos direitos civis e liberdades políticas para a população LGBTQIAP+	45
1.6 Da questão e objeto de pesquisa	47
2 UMA INTRODUÇÃO A MENSURAÇÃO DEMOCRÁTICA	50
2.1 A observação de fenômenos sociais: uma breve introdução	51
2.2 A mensuração democrática na contemporaneidade.....	54
2.3 Comparando projetos de mensuração democrática: dimensões e outputs.....	58
2.4 Uma síntese necessária: conceituação, operacionalização e agregação	65
3 MATERIAIS E MÉTODOS.....	69
3.1 Implicações gerais ao desenho de pesquisa.....	69
3.2 Objetivos.....	71
3.3 Justificativa.....	71
3.4 Dimensões do conjunto de dados	75
3.3.4 Da coleta e formação do banco de dados.....	76
3.3.2 Dos métodos de análise	78
3.4 Unidade de Observação	78
3.4.1 Índice de Democracia Liberal (V-Dem)	79
3.4.2 Índice de Liberdade (Freedom House)	80
3.4.3 Índice Geral (Democracy Matrix)	80

4 OBSERVAÇÕES E ANÁLISES	82
4.1 Observações.....	83
4.1.1 Considerações metodológicas.....	84
4.1.1.1 Democracy Matrix	84
4.1.1.2 V-Dem.....	89
4.1.1.3 Freedom House	92
4.1.2 Consideração práticas: uma breve apresentação.....	97
4.1.2.1 Democracy Matrix	97
4.1.2.2 V-Dem.....	102
4.1.2.3 Freedom House	104
4.2 Análises: a democracia na Nicarágua, Brasil e Costa Rica	106
4.2.1 Analisando a pluralidade conceitual democrática	107
4.2.2 Analisando a pluralidade de abordagens de mensuração	119
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS	136
ANEXOS	146

INTRODUÇÃO

O debate sobre a qualidade democrática permanece central na formação de agenda em teoria política, em especial pela expansão e aprofundamento das teses de estagnação, retração ou erosão democrática no século em curso (Diamond, 2005; Runciman, 2018; Brown, 2019; Wood, 2007). Alguns desses trabalhos ganharam notoriedade para além do âmbito acadêmico, como é o caso das obras “Como as democracias morrem” de Levitsky e Ziblatt (2018) e “Crises da Democracia” de Przeworski (2018). Seja como for, os debates para o entendimento da formação, harmonização e manutenção do poder nos regimes políticos é permanente na Ciência Política, com ênfase atual para as incertezas decorrentes do hibridismo para os processos de autocratização.

Diante dessa temática, a urgência para se repensar formas de manutenção da estabilidade política no presente século demanda o desenvolvimento de novas abordagens para a pesquisa sociopolítica, tanto de ponto de vista teórico como metodológico. No que se refere a necessidade de se pensar empiricamente fenômenos políticos, essa atividade ganha vida através das métricas de mensuração, que buscam representar parte da realidade através de índices e indicadores. Aproximando o olhar da nossa questão de pesquisa, torna-se central colocar em pauta: ó que é democracia e como medi-la?

Há uma disponibilidade muito ampla de propostas de mensuração democrática ou de governança usuais para a pesquisa empírica. Podemos ilustrar isso com base em índices que possuem certo grau aceitação quando ao seu uso, como o Varianties of Democracy, Polity, Democracy Index do The Economist, Democracy Matrix, Freedom House, entre outros. No entanto, como discute Vaccaro (2018), existe conflito no que se refere os resultados obtidos com o uso destas medidas, de forma que a aplicação delas demanda pensar nas possibilidades e limitações do entendimento da realidade. Em outras palavras, a depender do que venha a significar “democracia” para um determinado índice, as medidas quando contrapostas tendem ao conflito, o que limita a leitura do fenômeno sob o ponto de vista instrumental.

Observando mais de perto a literatura especializada sobre a democracia, destacamos a recorrência para da classificação de regimes políticos enquanto categorias históricas (Bobbio, 2017; Held, 1987). Nesse caso, elementos culturais e históricos incidem sobre a formação de sentido conceitual para determinado projeto de condução da vida comum. O vocábulo “democracia”, por exemplo, passou a ter sentidos próprios de

seu tempo histórico – e, conseqüentemente, nas variáveis de sua representação – de maneira que a expressão contemporânea pode ser lida como uma forma recente entre as variantes de tradições desse regime político, conforme se verifica com maior profundidade no Anexo A.

Nesses termos, a conceituação democrática parte de três ideias conceptivas com recorrentes perante a literatura: a abordagem subminimalista, mínima e substantiva. Para a operacionalização dos índices, é comum que o regime político seja estruturado em torno do procedimento de escolha e nas condições para sua efetivação, fazendo com que possamos perceber variáveis ligadas as instituições, cultura política, liberdades civis, direitos políticos, entre outros.

Assim, definir de forma suficiente o fenômeno político torna-se central para a presente pesquisa. Essa matéria é cercada de fortes tensões, isso porque uma proposta conceitual com alto grau de agregação pode acabar não sendo explicativa para o que se busca compreender; ao passo que, uma sem um grau razoável de elementos pode ser incapaz de explicar aspectos básicos do sistema em questão. Em outras palavras, a observação de um fenômeno político com o intuito de mensurá-lo quantitativamente requer que uma devida limitação analítica seja posta de forma válida e confiável, do contrário, constrói-se uma impossibilidade material a medição, o que gera descompasso entre os resultados de pesquisas que utilizam os diversos índices democráticos.

Perpassando essas ideias, na obra “*Capitalism, Socialism and Democracy*”, Schumpeter (1942) inaugura o paradigma da leitura da concepção democrática focada em seu método. Essa perspectiva tornou-se central para a linhagem de pensamento político procedimental, definindo a democracia enquanto método para a escolha de governantes. Para essa abordagem, a classificação se daria em termos binários: ou um determinado regime político é democrático, ou não. À medida que essa leitura se mostrou frágil para a interpretação de experiências políticas com mais nuances, como é o caso dos recortes híbridos, a lógica de formação das ideias conceptivas passou a concentrar-se não apenas os procedimentos, mas também os meios pelo quais este torna-se efetivo.

O cientista político Robert Dahl, com a obra “*Polyarchy: Participation and Opposition*” de 1972, gera um ponto de inflexão para a teoria democrática. Através da obra, novas formas de compreender e avaliar regimes políticos passaram a ser difundidas, baseando-se na participação popular no processo eleitoral e na capacidade de articulação da oposição pública (Dahl, 2012, p. 213). Com os pressupostos do modelo, a perspectiva conceptiva permite identificar graus de democratização – baseando-se na poliarquia como

o grau máximo – e, por consequência, a possibilidade de comparar empiricamente experiências democráticas diversas. Além disso, com o estabelecimento da categoria de análise da “participação” e “oposição política”, torna-se possível avaliar como o procedimento é assumido pelas massas em paralelo a forma com a qual ocorrem as disputas de poder para a formação do capital político, com as caracterizações sociais e históricas para cada unidade de análise que facilitam ou limitam o processo de democratização.

A proposta dahlsiana para a classificação de regimes políticos influenciou toda uma tradição de pensamento para a mensuração. Com base nisso, algumas das características inerentes ao modelo proposto pela obra seminal, podem ser apresentados como: a ocorrência periódica de eleições competitivas (livres e limpas); sufrágio universalizado; ampla proteção de liberdades civis e direitos políticos como pressuposto interdependente a ocorrência das eleições; e, a inexistência de autoridades não eleitas desempenhando expressões de poder (Dahl, 2012; 2008; Mainwaring *Et al.*, 2001; Diamond e Morlino, 2005). Apesar da recorrência dessas dimensões para conceituar e as democracias e compor seus respectivos índices, a forma de mensurá-los pode ser diferente.

Nesses termos, na presente pesquisa tentamos responder o seguinte: *Como as diferentes leituras teóricas de democracia geram diferentes métricas de mensuração?* Para isso, buscaremos promover uma revisão de literatura na tentativa de compreensão do estado atual do debate da mensuração. Por meio disso, destacamos a importância de estabelecimento de um conceito para a democracia, que servirá de substância para a formação do índice a ser utilizado na análise (Coppedge, 2012). Portanto, fizemos uso do software *Publish or Perish*, na análise de dados brutos de citação do google scholar por palavras-chave no ranking de vinte obras mais citadas por termo. Na nossa consulta, mapeamos o debate com o uso de duas: “*democracy*” e “*measures of democracy*”.

Fazemos uso de estatística descritiva para compor uma visão comparativa dos projetos de mensuração. Objetivamos com isso apresentar os limites e possibilidades dos índices para a mensuração da qualidade democrática, e a respectiva orientação destes perante sua metodologia constitutiva. As escalas numéricas dos índices utilizados (V-Dem, D-Max e Freedom House), são apresentadas em formato decimal (0-1) de forma nata. Com exceção do índice do V-Dem, os demais foram constituídos por médias simples através das dimensões políticas e institucionais de cada um – em relação as pontuações de direitos políticos e liberdades civis para o caso do Freedom House; e do núcleo, trade-

offs e contexto para o D-Max. Em resumo, trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo, que visa contribuir em algum grau ao debate do uso desses índices na pesquisa social empírica.

Em relação a apresentação de um mapa síntese da nossa investigação, nossa pesquisa divide-se em quatro partes. Primeiro, apresentamos as principais considerações acerca da polissemia do fenômeno democrático, e como a pesquisa empírica tende a adoção de uma abordagem minimalista.

Em um segundo momento, discorreremos acerca de nossa metodologia para a coleta e análise dos dados. Nesse caso, analisaremos descritivamente a classificação de alguns projetos de mensuração democrática, comparando-os em busca de tendências. Sob o ponto de vista da coleta dos dados, faremos uso da base de dados fornecida por estes para entender sua operacionalização, bem como das demais ferramentas de classificação e análise de conteúdo das democracias fornecidas pelos seus respectivos webs sites.

Em terceiro lugar, propomos um aprofundamento ao debate da formação dos índices de democracia. Faremos isso buscando sistematizar o que seriam os projetos de mensuração, e suas respectivas abordagens conceituais. Utilizaremos essencialmente um quadro comparativo para a classificação de regimes políticos e qualidade democrática entre alguns indicadores para refletirmos sobre as possibilidades de seus respectivos usos; bem como, verificar possibilidades de convergência e distanciamento entre as medidas estabelecidas por eles.

Por fim, operacionalizamos a análise e discussão dos dados obtidos, de forma que buscaremos refletir sobre as formas com a qual esses indicadores funcionam e como podem auxiliar na interpretação dos regimes democráticos. Apresentamos isso através de um breve estudo de caso com alguns países da América Latina.

1 A LITERATURA SOBRE A DEMOCRACIA

No presente capítulo, buscamos promover um mapeamento teórico sobre as possibilidades conceituais para a democracia em meio aos desafios observacionais ao regime político. Nossa pesquisa bibliográfica foi desenvolvida com base na consulta por via digital a repositórios de periódicos nacionais e estrangeiros, onde examinamos os dados brutos por citação das obras vinculadas ao Google Scholar no software *Publish or Perish*, utilizando as palavras-chave “*democracy*” e “*measures of democracy*”.

O circuito de termos foi composto com base em uma consulta prévia a obras seminais da Ciência Política sobre a compreensão empírica das democracias, bem como pela aproximação com o objeto de pesquisa proposto – a mensuração democrática. Além disso, debates indicados em Arblaster (2002), Dahl (2020), Held (1985), Boese (2019), Morlino (2004), Diamond (1992), foram utilizados para aprofundamento da definição dos elementos investigativos, bem como no mapeamento do debate da observação e quantificação de fenômenos políticos.

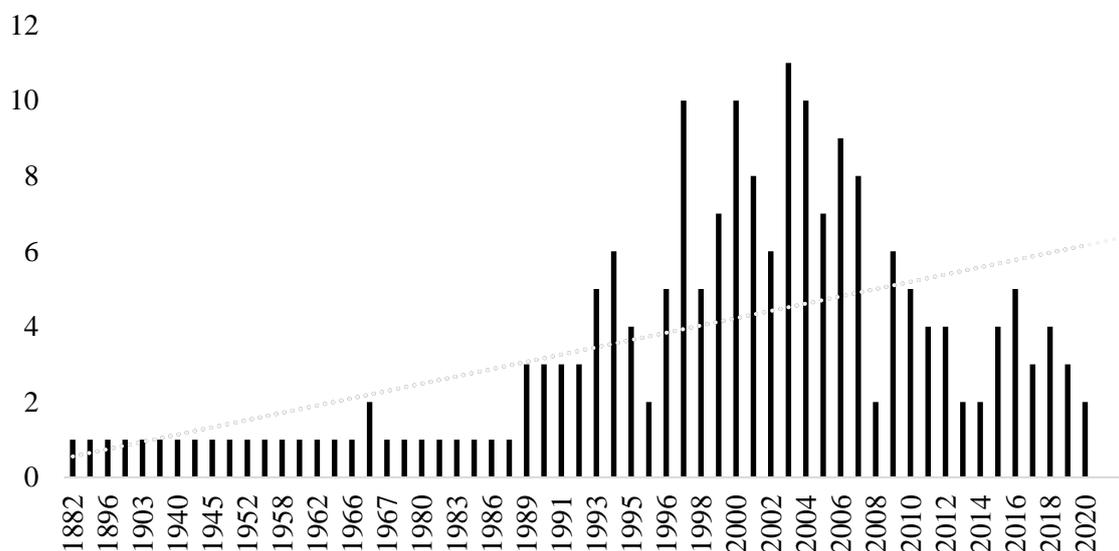
1.1 Conceitos-chave

Na primeira consulta, a palavra-chave selecionada foi “*Democracy*”. Conforme o Gráfico 1, há uma tendência crescente ao desenvolvimento de obras com a palavra-chave adotada, com considerável expansão por volta dos anos 1980 em relação a série temporal (1882 – 2018). Verificamos que o debate atual acerca da teoria democrática versa basicamente sobre o entendimento de algumas questões: “*What is democracy? What does democracy mean?*” (Dahl, 2020). Em síntese, o processo de compreensão democrático versa sobre o entendimento de sua mensuração, como se vê: “*Put another way, what standards should we use to determine whether, and to what extent, a government is democratic?*” (Idem, 2020, p. 28).

A palavra-chave em questão foi ponderada conforme o título das publicações e seus respectivos resumos, de onde selecionamos as 195 obras com maior capacidade de impacto acadêmico levando em consideração o quantitativo de citações em estado bruto. Nesses termos, entendemos que, conforme o Gráfico 1, há uma expansão de interesse sobre o debate democrático em relação ao quantitativo de obras produzidas e discutidas,

que se mantem em tendência crescente. Para a amostra de trabalho, selecionamos as 20 obras com maiores graus de impacto conforme verifica-se no Anexo A.

Gráfico 1 – Publicações mais citadas para o termo “Democracy” segundo o Google Scholar (1882 – 2018)



Fonte: O autor, com dados de Harzing (2007) no *Publish or Perish*.

Diante dessa consulta, o cientista político Robert Dahl com a obra “*On Democracy*” (2020), discute algumas das principais tensões envolvendo os estudos da qualidade democrática. A autor argumenta que a questão da qualidade democrática é orientada basicamente sob dois polos: uma percepção do ideal e da realização dos elementos de análise. Para as ferramentas de mensuração, conforme esse entendimento, estas deveriam ser projetadas com o intuito de captar como a experiência trafega entre um ideal a ser alcançado e a materialidade.

Logo, no exercício de mensuração democrática – que em última análise seria a atividade de medição do grau de qualidade que determinado regime político possui diante de sua engenharia institucional e social – é entender como a conexão entre os indicadores representativos funcionam, uma vez que esses elementos estão interrelacionados para a materialidade dos fenômenos e formação dos seus respectivos índices.

Podemos pensar nisso como caso da proposta de *Trade-offs* enquanto um índice de democracia para o Democracy Matrix (D-Max). A dimensão em questão divide espaço com a formação dos índices de Contexto e Núcleo, discutidos com maior profundidade no Capítulo 4 desta dissertação. Esse índice utiliza como matéria de mensuração a

categoria de análise de cultura política como meio para a composição de perfis de democracia, de forma que se pondera como os elementos constitutivos do regime político podem coexistir em tensão, sem que ocorra instabilidade ao sistema. Em relação ao trabalho de Dhal (2020), o autor argumenta que esses indicadores devem ser devidamente isolados para a formação de uma avaliação empírica do sistema, como é o caso de se pensar os trade-offs fruto da cultura política de determinado recorte e como a efetivação das liberdades políticas e dos direitos civis podem ser reagentes a esse quadro, onde respectivamente esse processo pode ser utilizado para a mensuração.

Ainda sobre essa amostra, a necessidade de entendimento empírico das democracias é recorrente nesses trabalhos, tanto em relação ao valor como a mecânica do regime político (Dahl, 2020; Arblaster, 2002). Essa última, ao analisar a ideia de qualidade democrática, toma as heranças autoritárias como ponto essencial da observação do fenômeno político com sua respectiva adjetivação, que em recortes como a América Latina e Leste Europeu tendem a vulnerabilidade institucional, e, conseqüentemente, a quadros democráticos com maiores tendência a mudança indesejada de regime político (O'donnell, 1991, p. 38). Assim, entendemos que uma modalidade conceitual com eficácia explicativa deve preocupar-se em abarcar casos em que possuam tradições democrática diversas, demandando ferramentas de mensuração capazes de abarcar essa complexidade.

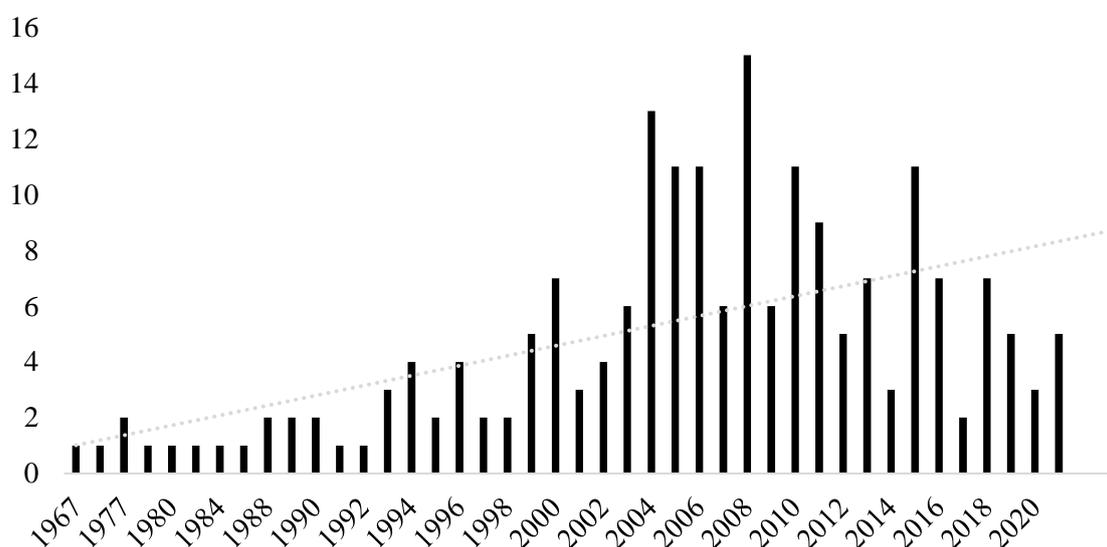
Tal tendência pode ser também percebida no debate construído por Arblaster (2002). Pensar a democracia puramente pela perspectiva eleitoral pode conduzir ao erro material, como é o caso da Rússia explorado pelo autor, com poderes extensões atribuídas ao líder e pela fragilidade do parlamento perante a configuração institucional, de forma que se adequa com maior grau de precisão referir ao caso como uma “ditadura eleitoral”. É certo que a principal contribuição apreendida do debate produzido pelo autor seria pensar a democracia para termos além do processo eleitoral puro, levando-se em consideração elementos para além do sufrágio universalizado. Essa leitura ainda enfatiza as fragilidades e insuficiências do regime político perante a organização socioeconômica do século presente, onde a descentralização e popularização do poder devem ser questões amplamente enfrentadas.

Para tanto, a qualificação do regime político deve ser sensível as situações econômicas e institucionais inviabilizam a distribuição de poder político, desigualdade que pode gerar impactos significativos para o desenvolvimento do processo eleitoral. Perpassando essas questões, compreendemos que o processo observacional do regime

político deve ser desempenhado com o uso de ferramentas metodológicas capazes de abranger essas questões através de suas metodologias constitutivas. Em síntese, o debate proposto por Arblaster (2002) pode ser sintetizado na necessidade de pensar a criação e expansão da democracia como sendo as questões centrais envolvendo o regime político para nosso século.

Entre outras questões, duas vias de pensamento são constantes nessas leituras: I) a definição democrática em termos conceituais; e, II) a observação empírica de fenômenos sociais e políticos por meio de sua conceituação. Alguns termos foram evidenciados: qualidade democrática; classificação de regimes políticos; tipos de democracia; teses de erosão, implosão ou recessão democrática (incluindo ondas e contra ondas de democratização e as ameaças autocráticas no século XXI); polissemia vocabular em relação as democracias; conteúdo das democracias (variáveis explicativas diretas ou indiretas), entre outros. A busca por compreensão empírica sobre o regime político fica mais evidentes quando analisamos a produção relativa à mensuração democrática, conforme consta no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Publicações mais citadas para o termo “*Measures of democracy*” segundo o *Google Scholar* (1967 – 2018)



Fonte: O autor, com dados de Harzing (2007) no *Publish or Perish*.

Conforme analisamos no Gráfico 2, o debate acerca da medição democrática tomou força no início dos anos 2000. Muito embora a necessidade da observação empírica dos fenômenos políticos seja presente na literatura especializada desde meado da década

de 1960, a caracterização dos sistemas de governança ganhou força gradativa ao longo da série temporal analisada (1967 – 2020), de acordo com a linha de tendência.

No trabalho de Boese (2019) explicam isso como um desencadeamento lógico na busca por respostas basilares da Ciência Política e da economia, de forma que o debate contemporâneo da mensuração foi estruturado sobre três categorias analíticas de interesse: I) definição: quais componentes devem ser definidos em um sistema de governança? II) medição: como quantificar esses componentes? e, III) agregação: como combiná-los em um único índice de democracia? (Boese, 2019, p. 96). Essas três questões apresentam-se de sob forte tensão na literatura, sem que haja consenso sobre quais componentes necessariamente devem integrar a formação conceitual da democracia, como quantificá-los, ou combiná-los em uma medida única. Diante da preocupação metodológica para desenvolvimento da atividade de mensuração, um conceito claro e bem delimitado deve preceder essa atividade, o que por si só gera um campo de pesquisa amplamente explorado na Ciência Política (definição de regimes políticos).

Levando em consideração as dificuldades observacionais para formação de uma representação empírica das democracias, investigar a perspectiva de mensuração como um fim em si mesmo pode contribuir significativamente ao avanço do debate. Observamos um alto índice de trabalhos que relacionam o regime democrático com outros fenômenos políticos e sociais, como o desenvolvimento econômico; para esses trabalhos, a democracia seria um meio para se alcançar uma resposta satisfatória a pergunta ou questão de pesquisa. Mas, quando analisamos as possibilidades de representação empírica para a democracia, esse número diminui significativamente.

Dessa questão, nos questionamentos como pensar empiricamente as democracias pode agregar maiores graus de assertividade para essas pesquisas, uma vez que os projetos de mensuração são em última análise a ideia conceitual que se adota para a elaboração da investigação. Acreditamos que investigações voltadas a compreensão conceitual e metodológica dos projetos de mensuração democrática podem auxiliar o avanço do debate sobre os elementos constitutivos da democracia, bem como no uso consciente dessas bases de dados nas investigações que versam em algum grau sobre o regime político democrático.

Nesses termos, com base nas consultas realizadas nessa pesquisa secundária, entendemos que “*o que é a democracia e como medi-la?*” é a questão central para o desenvolvimento do processo de mensuração. A reivindicação de pesquisa da caracterização da natureza do fenômeno democrático segue ocupando um papel central

na Ciência Política, especialmente no que se refere a perceber as diferentes situações do regime político em suas trajetórias históricas e para as possibilidades desse fenômeno político nos dilemas do nosso tempo.

Para isso, o presente capítulo é dividido da seguinte forma: (1.2) situaremos nosso debate, contextualizando e aproximando nosso olhar sobre a trajetória de pesquisa; em seguida, (1.3) apresentamos uma reflexão sobre a democracia pensada enquanto um conteúdo sócio-histórico decantado; em sequência, (1.4) buscamos refletir sobre as possibilidades conceituais da democracia (subminimalismo, minimalismo, e substantivismo democrático); para então, (1.5) apresentamos uma breve reflexão sobre os principais pontos de atenção para as democracias na contemporaneidade e o papel dos projetos de mensuração para esse quadro; por fim, (1.6) apresentamos nossa questão e objeto de pesquisa.

1.2 Contextualização e aproximação do olhar

A democracia enquanto objeto analítico ocupa espaço permanente em investigações nas Ciências Sociais. Entendemos isso com base na vasta produção teórica e empírica que existe acerca desse regime político, levando em consideração forma, conteúdo e procedimentos. Conforme explicam Leite e Feres (2021) apud Gunnell (2004, p.1), existe um eixo próprio na formação das agendas de pesquisa baseada na defesa da democracia representativa, especialmente ao que se refere à estadunidense como referencial para boa parte das reflexões que versa sobre o objeto.

Ao longo do séc. XX e XXI as análises sobre algum aspecto da democracia foram expandidas, conforme o regime popularizou-se como método político de organização da vida coletiva ocidental, o que conseqüentemente expande a produção científica como visto pela linha de tendência dos Gráficos 1 e 2. Sob uma perspectiva histórica, com ocorrência da Primeira (1914-18) e Segunda Guerra Mundial (1939-45), a democracia liberal mostrou-se como uma alternativa compatível com a então ideia de ordem geopolítica e econômica vigente, com especificidades para as distintas regiões globais.

Analisando em termos objetivos, o regime político em questão compatibilizou-se com os elevados níveis de heterogeneidade sociais característicos do presente século, pelo menos em termos formais. Na visão de Peschard (1994, p. 78),

La cultura política democrática cuenta ya con una valoración positiva prácticamente universal, no solamente porque en el umbral del siglo XXI la democracia como sistema de gobierno ha sido reivindicada por el fracaso de otros paradigmas, sino porque es un código valorativo que se acomoda mejor a las sociedades heterogéneas, no únicamente en términos raciales, étnicos o religiosos, sino de intereses, convicciones y hasta de preferencias individuales, como lo son hoy la gran mayoría de las sociedades.

Por outro lado, o simples aumento quantitativo desse regime político não garantiu a defesa de uma cultura política em favor da democracia. É o caso de, por exemplo, pensar no avanço de fenômenos políticos disfuncionais sobre as estruturas políticas e institucionais, ocasionando um quadro de erosão da democracia (Peschard, 1994, p. 13-14). Para o autor, essa disfuncionalidade estaria relacionada diretamente com a onda de violações aos valores e normas relativas à pluralidade e tolerância, lidas enquanto objeto político dentro da própria perspectiva da legalidade. Pensar nessa premissa representa grandes desafios ao avanço do debate da qualidade democrática, especialmente quando se trata de assertividade quanto aos aspectos lesionados da democracia e seus respectivos graus de aprofundamento.

É nesse contexto que buscamos aproximar nosso olhar da atividade da mensuração democrática. Para se analisar empiricamente qualquer regime político, precisamos entender como outros fenômenos sociais e políticos relacionam-se com o fenômeno democrático, cabendo de forma inicial delimitar o objeto, definindo-o com o intuito de compreendê-lo em meio as muitas realidades com que as democracias são instituídas (Boese, 2019). Em termos gerais, há uma preocupação em determinar o isolamento do fenômeno a ser analisados e os componentes que serem utilizados para representá-lo, em termos de formação de índices e indicadores de democracia. Entre as funcionalidades atribuídas ao processo, talvez o mais significativo seja atribuí-lo como substância para o desenvolvimento de estratégias de preservação e promoção do regime político em questão.

Como forma de proposição de uma estratégia de defesa à democracia, podemos mencionar a promoção de virtudes democráticas para o corpo social, em consonância com o aperfeiçoamento institucional baseado em alguns princípios como legalidade, pluralidade, competição, responsabilidade política, entre outros (Peschard, 1994, p. 80). Porém, saber especificamente como e onde agir perante esses elementos torna-se

desafiador quando não se pode definir especificamente o que deve ser levado em conta para representar conceitualmente as democracias. A atividade de mensuração, nesses termos, parte da necessidade não só de definição, mas de compreensão do comportamento das variáveis explicativas por uma compreensão qualitativa desses regimes, buscando nexos ao agregá-las.

Nesse sentido, os projetos de mensuração são responsáveis pela possibilidade de desempenho de um olhar mais cirúrgico sobre o objeto de análise. Pela possibilidade de exploração do fenômeno, podemos identificar a situação das dimensões políticas, sociais e econômicas do regime, evidenciando sintomas ou fragilidades deste; compreendendo-se o conjunto de fenômenos conglomerados nas experiências de regimes políticos. Como ilustração, podemos pensar nas ferramentas gráficas *V-Forecast* e o *V-Party Explorer*, desenvolvidos com base na rede informacional do projeto de mensuração democrática *Varieties of Democracy* (V-Dem).

Cada uma dessas ferramentas nos auxilia a pensar aspectos distintos da democracia. Primeiro, o *V-Forecast* (*Predicting Adverse Regime Transitions – PART*) permite que se estime a probabilidade de transição de regimes políticos adversos em intervalos temporais de dois anos, que pode auxiliar agentes políticos a usarem recursos de forma estratégica para a manutenção da estabilidade política. Por outro lado, o *V-Party Explorer* permite explorar séries temporais de partidos políticos no mundo, o que pode ser útil para identificar ciclos políticos de expansão ou retração de ideologias dominantes no espectro político partidário, bem como a realização de teste de teorias políticas sobre a experiência desses regimes.

Outro exemplo, agora pelas lentes do projeto de mensuração *Democracy Matrix* (D-Max), seria o da incorporação de *trade-offs* para a análise de perfis de democracia. Baseando-se na caracterização da cultura política, poderíamos pensar com maior profundidade os padrões de ação para a vida política de determinado país, e entender de que forma o regime político desse recorte pode reagir à possibilidade de consolidação ou erosão, por meio dos processos de tomada de decisão para questões que envolvam a organização da vida social (Lauth, 2015). De forma geral, essas ferramentas analíticas podem explorar muitos aspectos do regime político, o que auxilia pensar uma visão mais ampla e assertiva sobre esse fenômeno político ao longo do tempo.

São nesses termos, que nesse momento da nossa análise buscaremos apresentar a democracia enquanto uma categoria histórica. As obras “*Teoria das Formas de*

Governo” de Norberto Bobbio (1980) e “*Modelos de Democracia*” de David Held (1987)¹ são trabalhos seminais no que se refere a formação de consenso sobre esse entendimento. Nesse sentido, o estabelecimento de uma lógica de “categoria histórica” para interpretar as mudanças de sentido e incorporações de elementos para o regime político é recorrente para a literatura especializada, conforme discute-se na próxima seção da nossa investigação.

1.3 A democracia como uma categoria histórica

Fenômenos sociais e políticos não se mantêm estático ao longo do tempo. Partimos disso para analisar a democracia enquanto uma categoria histórica, de forma a buscar compreendê-la enquanto produto de um tempo histórico específico. É nessa perspectiva que autores como Tilly (2007), desenvolvem a ideia de democracia sob determinado contexto histórico, levando em consideração como processos sócio-históricos auxiliam o desenvolvimento dos componentes que integram esse sistema político.

Em “*Democracy is a Lake*”, Tilly (1995) discute a construção da democracia sobre a metáfora da formação de um lago. O autor argumenta que elites políticas e massas populacionais desempenham papéis diversos nesses processos, com graus diversos de participação. Partindo das diferentes teorias de democratização, o autor analisa como as abordagens históricas veem a democratização como resultado de ações imediatas desses grupos culminam nos elementos latentes do regime, gerando a partir disso suas especificidades.

Ainda sobre o desenvolvimento de raciocínio do autor, Tilly (1995) sintetiza que as massas como um todo têm papel significativo na construção da democracia, inclusive sob a perspectiva das expressões de poder coercitivo e consensual nos diversos sistemas democráticos (Tilly, 2009), criticando a visão elitista que atribui o desenvolvimento da

¹ Em *Modelos de Democracia*, Held (1987) acessa a da forma a descrição do sumário geral-síntese de algumas das principais tradições democráticas. A classificação proposta pelo autor permite analisar de forma sistêmica o desenvolvimento da democracia enquanto categoria histórica, sendo alterada conforme a passagem do tempo – da antiguidade a contemporaneidade. Muito embora pertinente, não analisaremos exaustivamente cada um dos modelos propostos, de forma que destacamos a consulta ao quadro-síntese constante em anexo para maiores aprofundamentos (Anexo C).

engenharia institucional pautada apenas a líderes políticos. Partindo da ideia de que a democracia é construída socialmente através de interações complexas entre grupos sociais, instituições e contextos históricos², o autor defende o estudo do objeto enquanto uma categoria histórica.

Partindo dessa visão, analisaremos enquanto exemplo a democracia ateniense como espécie usual para se pensar uma perspectiva clássica entre as variantes da tradição do regime político (ver Anexo C). Nessa leitura, podemos sintetizar essa premissa levando em consideração que os gregos

[...] foram os primeiros a pensar sistemicamente sobre política, a observar, descrever e, finalmente, formular teorias políticas. Por e suficientes razões, a única democracia grega que podemos estudar com profundidade, a de Atenas nos séculos V e IV a.C., foi também a mais fecunda intelectualmente. Foi a produção escrita grega originada da experiência ateniense que os séculos XVIII e XIX conheceram, na medida em que a leitura da História teve um papel no despertar e no desenvolvimento das modernas teorias democráticas. (Finley, 1988, p. 27).

Em sua gênese, a matéria da qualidade democrática é instituída em com base nos diversos aspectos que podem ser levados em consideração para representar sua qualidade. No trabalho de Held (1987, p.15 apud Jones, 1957), as leituras de Tucídides (460-399 A.C), Platão (427-347 A.C) e Aristóteles (384-322) são evidenciadas para a caracterização desse regime político. No século V a.C, a principal forma de administração das cidades gregas era realizada através da organização na modalidade de “Cidade-estado”³, que possuíam autonomia política.

Muitos dos textos sobre a teoria democrática clássica que adotamos como cânones na contemporaneidade são provenientes desse tempo e configuração, como é o caso das produções de Aristóteles, Platão e Tucídides. Nesse caso, Bobbio (1980) em “*A Teoria das Formas de Governo*” explica algumas das raízes para a forma como a classificação dos regimes políticos se deu ao longo do tempo até a presente data.

² Ver Giugni Et al., (1998) para acessar um estudo de caso que ilustra a influência dos diversos grupos sociais a formação e harmonização das instituições perante a engenharia institucional de um determinado caso, partindo do exemplo dos estudantes franceses em 1968 e os moradores de favelas chilenas.

³ Ver Hansen (2006) para uma introdução ao conceito de Polis grega (cidade, estado, cidade-estado e cultura de cidade-estado) como uma forma de organização da vida política grega do período em questão. Além disso, ver Castoriadis (1983) para um debate acerca da relação entre o desenvolvimento da Polis grega e o surgimento da democracia, enfatizando as práticas sociopolíticas no recorte e seu desencadeamento estrutural para a forma de governo.

Podemos determinar dois caminhos centrais sobre a formulação da classificação de regimes políticos. Esses são: (I) primeiro há o estabelecimento das formas de governo propriamente ditas, classificando-as em espécies, e, (II) à medida que essas formas são classificadas se estabelece uma valoração entre elas, capaz de gerar uma ideia de aprovação em desaprovação desses tipos perante uma determinada comunidade (Bobbio, 1980, p. 34). Algumas das contribuições dessa perspectiva é a capacidade de perceber as mudanças dessas formas ao longo do tempo e como, respectivamente, as populações mudam seus entendimentos perante eles nesse processo valorativo.

No caso da Grécia Antiga, por exemplo, um quantitativo baixíssimo de indivíduos que praticavam as prerrogativas de cidadania, como é o caso da exclusão dessa categoria as mulheres, escravos, analfabetos, entre outros. Nesse caso, é preciso pensar nas condições sociais, políticas, e econômicas em que algumas formas de governos funcionam em um determinado ponto histórico (Ferreira, 1998). Essa conexão entre entendimentos demanda pensar no exercício teórico de estabelecer categorias que perpassem o desenvolvimento social e político, e mentem-se fixas em face as notáveis mudanças que sentidos que esses elementos possam sofrer com o desenvolvimento interno das formas de governos. Nessa visão, conforme Bobbio (1980, p. 36) é enfatizado que para além da organização da vida social as diversas formas de exercício de governança são “fases ou modos diversos e sucessivos, geralmente concatenados, um descendendo do outro, pelo seu desenvolvimento interno, dentro do processo histórico”.

Em termos mais específicos, por exemplo, no período clássico da sociedade ateniense estima-se que cerca de 10 a 15% da população gozava de direitos políticos para um conceito restritivo de cidadania (Ferreira, 1998, p. 175). Quando pensamos o significado de cidadania e a defesa dos direitos políticos dos indivíduos em sentido formal, a contemporaneidade reserva uma grande diferença em comparação a forma que era pensada no sistema político ateniense, pelos diferentes graus de complexidade para a organização da vida dos dois exemplos de sociedade. Conforme Hansen (2006), o significado de cidadania percorre o fluxo de muitos outros fenômenos sociopolíticos, tornando-se mais abrangente e adquirindo compatibilidade a defesa das demandas sociais contemporâneas, como o caso do sufrágio universalizado.

Para o caso da democracia ateniense, a possibilidade de uma população econômica e militarmente independente teria contribuído para a formação dos princípios democráticos que integram seu modelo (Held, 1987, p. 14). No recorte em questão, de forma lógica, o status de cidadania era acessado por homens adultos e de estrita

descendência local, onde percebemos isso com mais clareza na formação da constituição da *polis*. Sobre a matéria, explica Aristóteles (*A política*, 1291b):

As cidades são de fato constituídas não de uma só, mas de muitas partes, como já dissemos várias vezes. Uma destas partes é a massa das pessoas ligadas à produção de alimentos, chamada de agricultores; a segunda é a chamada classe dos artífices (este é o grupo dedicado às artes e ofícios sem os quais é impossível haver uma cidade habitada, e alguns destes são absolutamente necessários, enquanto outros contribuem para o luxo e para tornar a vida mais agradável); a terceira é uma classe comercial (quero dizer, a classe dedicada à venda e compra no comércio atacadista e varejista); a quarta é a dos trabalhadores braçais, e a quinta é a dos defensores da cidade em caso de guerra, não menos indispensável que as outras se não quiser que o povo se torne escravo de quem vier atacar a cidade (não verdade, não poderia das o nome de cidade e uma comunidade escrava por natureza, pois uma cidade deve ser independente, e o que é escravo não é independente). [...] Alguém para administrar a justiça e julgar quanto ao que é justo. [...] Uma sétima parte da cidade é a que serve à comunidade contribuindo com a fortuna de seus membros para os diferentes encargos públicos - os chamados ricos. A oitava classe é a dos servidores públicos e dos administradores da cidade, pois esta não pode existir sem governantes; é necessário, portanto, que haja alguns homens capazes de governar e de prestar serviços à cidade, seja continuamente, seja alternadamente. Restam as classes definidas há pouco: a classe deliberativa e a classe dos juízes entre litigantes. Se as cidades têm necessidade destas instituições, e elas devem funcionar bem e de maneira justa, é igualmente indispensável a existência de homens com qualidades de estadistas.

Algumas observações pertinentes podem ser extraídas dessa passagem, especialmente no que se refere a especialidade da organização em classes. O ponto central do exercício democrático para esse recorte versa sobre a definição de uma classe específica para o a prática da governança, em cargos vitalícios ou temporários. É estabelecido um aspecto de imobilidade entre esses agentes baseando-se no exercício de atividades para a manutenção da ordem política em questão.

As principais ideias e objetivos políticos desse modelo democrático que tanto influenciou o pensamento político contemporâneo são apresentados como: a igualdade entre os cidadãos, liberdade, respeito pela lei ou pela justiça (Held, 1987, p. 15). Podemos melhor entender os desdobramentos desses princípios partindo da maneira com a qual os próprios teóricos da democracia ateniense compreendiam tal modelo, de forma a justificar a influência política que tal recorte exercia sobre os demais do mesmo território. No discurso fúnebre dirigido a Péricles, Tucídides em *A História da Guerra do Peloponeso*

(1982, p. 109) apresenta de forma descritiva algumas características que são julgadas como essenciais para compor a ideia e materialidade desse tipo democrático. Vejamos:

Vivemos sob uma forma de governo que não se baseia nas instituições de nossos vizinhos; ao contrário, servimos de modelo a alguns ao invés de imitar outros. Seu nome, como tudo depende não de poucos, mas da maioria, é democracia. Nela, enquanto no tocante às leis todos são iguais para a solução de suas divergências privadas, quando se trata de escolher (se é preciso distinguir em qualquer setor), não é o fato de pertencer a uma classe, mas o mérito, que dá acesso aos postos mais honrosos; inversamente, a pobreza não é razão para que alguém, sendo capaz de prestar serviços à cidade, seja impedido de fazê-lo pela obscuridade de sua condição. Conduzimo-nos liberalmente em nossa vida pública, e não observamos com uma curiosidade suspicaz a vida privada de nossos concidadãos, pois não nos ressentimos com nosso vizinho se ele age como lhe apraz, nem o olhamos com ares de reprovação que, embora inócuos, lhe causariam desgosto. Ao mesmo tempo em que evitamos ofender os outros em nosso convívio privado, em nossa vida pública nos afastamos da ilegalidade principalmente por causa de um temor reverente, pois somos submissos às autoridades e às leis, especialmente àquelas promulgadas para socorrer os oprimidos e às que, embora não escritas, trazem aos transgressores uma desonra visível a todos. (Tucídides, 1982, p. 109).

Com base nos objetivos políticos apresentados e na descrição do modelo conforme a passagem anterior pode refletir sobre muitos aspectos dessa forma de regime. Primeiro, é nítido que a ocorrência da democracia ateniense era referenciada por aqueles que possuíam capacidade de exercício da cidadania nos moldes locais, mesmo que do ponto de vista formal. A coletivização da democracia nas cidades-estados gregas deu-se de forma heterogênea, mas Atenas ocupou um lugar de destaque pelo grau em que a vida política se desenvolveu e instituições formaram-se (Castoriadis, 1983). Além disso, há eminente defesa de uma ação voltada para vida pública, de forma que os indivíduos exerciam uma espécie de autogoverno no que se refere as ações para os direitos e deveres públicos, alcançado quando os cidadãos desfrutavam de igualdade política.

Ainda sobre a experiência democrática ateniense, a passagem da leitura de Tucídides expressa que a igualdade e a liberdade política eram objetos centrais de fundamentação para o exercício da vida pública. Conforme aponta Held (1987, p. 19), referindo-se a visão Aristotélica sobre a ocorrência democrática, entende-se que a liberdade e a igualdade em sentido formal se materializavam enquanto princípios basilares do regime. Aristóteles, em *A Política* (335 a 323 AC), apresenta as circunstâncias dessa comunhão e sua relação com os fundamentos do modelo clássico.

Sob a perspectiva de entendermos a liberdade como um elemento chave para o estabelecimento da igualdade entre os indivíduos desse recorte, devemos compreender as características socioculturais da época em questão. Na democracia ateniense, definia-se como cidadão o indivíduo capaz de “administrar justiça e exercer funções públicas” sem impedimentos (Aristóteles, *A política*, 1275b). Nesse sentido, uma das características centrais da amostra populacional que possuía capacidade de acessar de forma absoluta as prerrogativas da cidadania era muito restrita, uma vez que apenas um pequeno quantitativo desfrutava destas.

Para Aristóteles a democracia era tida como uma forma de governo desviante em detrimento a monarquia, entre outras coisas, pela forma em que o poder era constituído (Aristóteles, 1985, p. 123). Quanto no que se refere à formação da comunidade política, o filósofo defende que a cidade se articulava em torno de um bem comum, materializado através do exercício da vida política desses indivíduos (Aristóteles, *A política*, 1252 a). Em particular, essa leitura permite que se interprete o desenvolvimento da cidade-estado baseado na participação dos cidadãos diretamente na prática das atividades que se referem ao “bem comum”. Do ponto de vista formal, a democracia lida nesse modelo compreendia uma igualdade numérica para todos os indivíduos com capacidade direta de exercício de poder político, de forma que ricos e pobres seriam observados do ponto de vista quantitativo – a decisão da maioria seria soberana (Idem, 1278a).

Assim, Held (1985, p.20) enquanto comenta os princípios democráticos atenienses descritos por Aristóteles em *A política*, entende que o filósofo grego atribuía ao exercício do auto-governo um papel de contenção de riscos a igualdade numérica que poderia perturbar a ordem política em questão. Nesse caso, a liberdade de um cidadão precisaria ser limitada até certo ponto, de forma que fosse possível o exercício desta por uma coletividade. À medida que os indivíduos aptos exerciam a devida participação política nos assuntos inerentes a *polis*, havia a inclinação para esse modelo para a formação da Assembleia como um corpo soberano de exercício central da política. Nesse caso, para que as instituições desse modelo funcionassem seria necessária a participação remunerada em cargos públicos, igualdade em poder de voto, e possibilidades iguais de ocupação desses cargos públicos.

Há certa hegemonia no atual estado do pensamento político para a defesa da democracia, ideia de que se opõem a concepção de democracia clássica. Para Platão, por exemplo, conforme argumenta em *A República* (séc. IV a.C), a democracia não seria a

forma de governo mais viável para a administração satisfatória do corpo coletivo conforme desenvolve nos Livros VIII e IV da obra. O filósofo argumentava que o regime político geraria uma inclinação ao exercício de poder não especializado desencadeando em um estado de tirania, o que, por conseguinte classifica-o em seu pensamento político como um modelo não desejável perante a prática política concreta (Oliveira, 2017, p.36). Partindo dessa análise, torna-se imprescindível destacar que um dos pontos essenciais na matéria de classificação de regimes políticos para a leitura clássica é a transição entre essas formas, geralmente derivada de processos em cadeia de corrupção ou degeneração das instituições essenciais destes.

Nesse sentido, pensamos em como o debate clássico pode ser utilizado para compreender algumas das condições de teoria democrática contemporânea. No que se refere ao entendimento da concepção democrática agora – com eleições competitivas, sufrágio universalizado, ampla proteção de liberdades civis e direitos políticos, e ausência de autoridades impostas (Dahl, 2012; Mainwaring et al, 2001; Diamond e Morlino, 2005) – esses elementos são postos como uma forma de atender as demandas de nosso tempo histórico, gerando uma perspectiva conceitual compatível com os sistemas humanos presentes.

De forma geral, entender os possíveis movimentos dos elementos democráticos ao longo do tempo é essencial para a teoria política atual. Não apenas para que possamos pensar as movimentações dos fundamentos filosóficos do sistema político, mas também como entender a situação das instituições no atual momento histórico. Nesse caso, a promoção desse debate auxilia a entender as possibilidades conceituais para a democracia, levando em consideração as possíveis linhagens do sistema, conforme posto no Anexo C.

Partindo dessa situação, analisaremos na próxima seção desta investigação a síntese necessária para a compreensão da democracia no momento atual de desenvolvimento da teoria política, com as possibilidades conceituais para a contemporaneidade, e, conseqüentemente, atender ao critério de busca para a estruturação da mensuração democrática conforme a etapa de conceituação, sucedida da de agregação e operacionalização, conforme disposto em Boese (2019), Bowman *Et al.* (2005) e Coppedge *Et al.* (2011).

1.4 Possibilidades conceituais para a democracia

O cientista político David Held (1987, p. 1) explica que existem dois eixos temáticos distintivos entre a democracia em sua ocorrência material e teórica. Isso porque a fórmula política que mapeamos agora é recente, proveniente, em suma, das duas grandes guerras mundiais, onde os elementos políticos institucionais possuem temporalidades próprias, como coloca Tilly (2007, p. 29) ao explicar historicamente os processos de democratização e “desdemocratização”. Diante disso, o que se defende com os pressupostos apresentados pelos autores pode ser lido da seguinte forma: é preciso desenvolver os ideais de democracia, mas também problematizar o percurso histórico das estruturas, em um processo dialético de observação das trajetórias de ideias e materialidades constitutivas ao regime político.

É exatamente por isso que se torna recorrente o estabelecimento de uma ideia de democracia sob um referencial temporal, onde damos sentido ao conceito construído (Held, 1987). No percurso de busca por um significado, formamos trajetórias teóricas construídas pelas diversas tensões sociais ao longo do tempo, da democracia clássica grega, até a contemporânea (Ablaster, 2002; Tilly, 2007). No final das contas, quando buscamos a formulação de um conceito para as democracias nos defrontamos com a formação de um modelo do regime político em forma de um conteúdo sócio-histórico decantado, como é o caso apresentado no quadro síntese das tradições do regime político (ver Anexo C). Perpassando esse entendimento, no presente espaço, discutiremos as perspectivas conceituais com maiores graus de consenso para a literatura especializada.

Primeiro, na obra “*Capitalismo, Socialismo e Democracia*” de Joseph Schumpeter (1940), institui-se o marco da “classificação procedimental”. A tese central é de que a democracia viria a ser um método para a escolha de lideranças políticas, que podem agir (ou não) em defesa dos interesses do corpo social. Nesse caso, Schumpeter (1984, p. 328) explica que “o método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor”. Logo, essa perspectiva conceitual foca na escolha dos dirigentes políticos (Schumpeter, 1984, p.329), sem que se acrescente a análise elementos caracterizados como valores substantivos, que em outras palavras representam variáveis de construção conceitual.

Tal visão de democracia tornou-se muito usual para a realização de investigações empíricas, uma vez que há um tratamento de objetividade na promoção do conceito. Para

o autor, a democracia é classificada conforme o seu *modus procedendi* (Idem, 1984, p.329), onde a existência ou inexistência de determinados processos podem vir a caracterizar uma democracia ou não-democracia.

Por definição, a perspectiva submínima favorece a distinção empírica entre regimes políticos em uma relação binária, em que os procedimentos adotados para a escolha dos governantes são instituídos sobre uma afirmativa ou negativa quanto ao status do regime, onde o único elemento de interesse a caracterização do sistema é o processo eleitoral. O argumento central para a defesa dessa perspectiva por seus entusiastas remete a objetividade alcançada para a definição do fenômeno político na investigação empírica. Isso significa não agregar valores normativos ao que venha a ser conceituado como “democracia” pelo simples fato de serem positivos, de forma que se busca problematizar valores do “dever-ser” a composição conceitual.

Alguns autores como Adam Przeworski (1999) argumentam que esse processo de incorporação pode descaracterizar esse significado, uma vez que essa ação pouco possa agregar a uma leitura objetiva sobre como devemos lidar com os principais dilemas que versam sobre a democracia no nosso tempo. Em outros termos, valores substantivos como a liberdade, igualdade, justiça ou a paz, para essa perspectiva conceitual, seriam valores específicos quanto a formação da agenda de pesquisa para a teoria democrática, que por sua vez poderiam vir a representar um meio de facilitação para o acesso a eles, promovendo-se uma leitura enquanto fenômenos próprios, dotados de uma agenda de pesquisa própria. Sobre o minimalismo democrático, o autor argumenta:

My defense of the minimalist conception of democracy is not based on the idea that democracy is a fundamental or intrinsic value. Rather, it is based on the idea that democracy is a valuable means to promote other values, such as freedom, equality, justice, and peace. The minimalist conception recognizes that democracy has limits and costs, and that it is not always the best form of government in all circumstances. However, I argue that minimalist democracy has practical and normative advantages over other forms of government, and that it is better suited to deal with the challenges and uncertainties of the modern world. (Przeworski, 1999, p. 45)

Por meio dessa passagem, entendemos que tal visão reconhece a democracia como o método e meio ao desenvolvimento de valores de interesse a organização social. O objeto de investigação seria o processo eleitoral, individualizando-se a realização das

eleições como propósito do regime. Essa noção conceptiva, porém, apresenta fragilidades diversas à medida que a usamos para interpretar realidades em que os regimes políticos possuem ocorrências de hibridismo.

No trabalho de Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñan (2001, p. 652), algumas limitações a essa abordagem são apresentadas, especialmente no que se refere à subjetividade constante nos julgamentos sobre a liberdade e a isenção nas eleições. Os autores refletem a luz da perspectiva schumpeteriana que a classificação de regimes políticos deve ocorrer com base em fatores observáveis, o que por consequência lógica torna possível a mensuração de fato. Nesses termos, argumenta-se que a definição de democracia “deve ser mínima, mas não submínima; deve incluir todos os aspectos essenciais da democracia, mas não propriedades que não sejam necessariamente características da democracia” (Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñan, 2001, p. 648).

Ainda na perspectiva dos autores, devemos pensar algumas questões: As liberdades civis e defesa aos direitos políticos são essenciais para a promoção de eleições livres? A inclusão do máximo de grupos possíveis no processo eleitoral pode restringir o avanço de regimes oligárquicos em face da democracia? Grupos não democráticos podem minar a capacidade de governança das autoridades eleitas? (Idem, 2001). Nesse caso, em se tratando da competição eleitoral, tal fenômeno demanda pensar tanto na defesa dos direitos civis como em direitos políticos, o que coloca esse objeto de pesquisa em uma situação de interdependência para sua efetivação em relação ao primado da lei⁴.

Essas questões agregam complexidade para se pensar uma concepção de democracia híbrida, como é com o caso de "governos eleitos em competições livres, mas restringidos pela “tutela militar” (Mainwaring *Et al*, 2001, p. 656). Assim, regimes autoritários poderiam ser alocados como países democráticos com facilidade sobre essa ótica conceptiva, levando em consideração que é possível adotar o modelo eleitoral em um mesmo ambiente em que ocorre o cerceamento indiscriminado de liberdades políticas ou civis, bem como de outras formas de violência na arena política.

É nesse sentido que as definições mínimas de democracia são estruturadas, onde pensamos não apenas no procedimento, mas nas condições em que este torna-se efetivo.

⁴ Ver Bingham (2007) para uma introdução ao primado da lei enquanto um princípio fundamental a manutenção da ordem, justiça e liberdade as sociedades contemporâneas. Além disso, ver Morlino e Palombella (2010) para acessar um debate a aplicação desse ideal em contextos sociais e políticos diversos, partindo essencialmente dos dilemas das transições democráticas para a constitucionalização da governança na Europa e as respectivas tensões clássicas que ressurgem no processo de integração europeia na contemporaneidade.

Um exemplo de abordagem minimalista consta na obra “*Polyarchy: Participation and Opposition*”, do cientista político Robert Dahl (1971), que para além das eleições agrega à concepção conceitual a manifestação de direitos políticos e liberdades civis. Uma vez acrescidos esses elementos, seria possível perceber a caracterização do processo eleitoral como no subminimalismo, com a percepção da forma com a qual ele se deu – com eleições livres e justas, ou não.

Analisaremos essa perspectiva com base nos elementos constitutivos da Poliarquia, modelo proposto pelo autor. Nesse caso, a democracia é formulada por pelo menos duas dimensões: a contestação pública e o direito de participação (Dahl, 2012, p. 29), esses elementos viriam a caracterizar o regime como uma Poliarquia, ideia que expressa o grau de exclusividade e contestação pública do modelo proposto. No Quadro 1, ao analisarmos a descrição dos regimes políticos, a caracterização do regime político depende da situação da competição e participação eleitoral.

Nessa definição o método ainda é o elemento central, mas, uma vez sozinho, argumenta-se que é incapaz de classificar uma democracia. Nesse caso, subverte-se a lógica binária de classificação para uma distribuição de casos em forma de em espectro – com regimes políticos possuindo graus diversos de democracia. Ainda conforme o Quadro 1, a tipologia do autor divide-se em quatro tipos de regime político, de forma que quanto menor a oferta desses dois elementos mais próximo o regime estaria de uma hegemonia fechada, enquanto, quanto maior o grau de oferta desses dois componentes, mais o regime político aproximar-se-ia da ideia de uma poliarquia.

Quadro 1 – Tipologias dos Regimes Políticos referenciados em “*Polyarchy: Participation and Opposition*”

REGIMES POLÍTICOS	DESCRIÇÃO
Hegemonias Fechadas	Regimes em que a disputa pelo poder é baixa e a participação política é limitada;
Hegemonias Inclusivas	Regimes em que a disputa pelo poder é baixa, mas a participação política é mais extensa;
Oligarquias Competitivas	Regimes em que a disputa pelo poder é alta, mas a participação política é limitada;
Poliarquias	Regimes em que a disputa pelo poder é alta e a participação política é ampla.

Fonte: Dahl (2012, p. 30-31).

Usualmente, notamos que são critérios indispensáveis de classificação das leituras minimalistas: (I) a ocorrência periódica de eleições competitivas (livres e limpas);

(II) sufrágio universalizado; (III) ampla proteção de liberdades civis e direitos políticos, como pressuposto interdependente a ocorrência das eleições; e, (IV) a inexistência de autoridades não eleitas desempenhando expressões de poder, como é com o caso de tutelas militares (Dahl, 2012; 2020; Mainwaring et al, 2001; Diamond e Morlino, 2005, Tilly, 2007, Weale, 2007). Como forma de melhor explicar a concepção do minimalismo democrático, analisaremos esses elementos sob a perspectiva do funcionamento do regime.

Primeiro, eleições competitivas devem ser garantidas. Essa perspectiva deriva do entendimento do papel da competição política em face de uma “situação e oposição” bem definidas e com amplo espaço de atuação, desde que em conformidade com as prerrogativas institucionais do primado da lei (Przeworski *El al.*, 1996; Huntington, 1991). Essa lógica incorre em pensar em um dos pilares do modelo proposto por Dahl (2012), de forma que entendemos uma variável de condicionamento ao método, já que um ambiente com a inexistência de uma oposição impediria reconhecer a democracia como um método. Além disso, quando pensamos na caracterização da “inclusividade” por O’donnell (1999), podemos refletir sobre a necessidade de incluir amplamente os agentes políticos no processo eleitoral, sem que isso ocorra por vias coercitivas, nesse caso sendo cumprida pela própria dinâmica institucional do regime.

Além disso, ainda na visão de O’donnell (1999), essas eleições devem possuir a credibilidade necessária para serem consideradas competitivas no sentido também de respeito a decisão dos resultados em alocar os agentes em seus devidos cargos. Diamond e Morlino (2005) explicam que essa característica é visualizada pela possibilidade de alternância de poder, relacionada a uma competição de fato entre os partidos no processo eleitoral. É importante destacar que quando pensamos nesse elemento conceutivo levamos em consideração não apenas o processo, mas as condições em que ele ocorre. Se, em um determinado contexto as eleições não forem dispostas com lisura, sendo revestidas de fraude ou ausência de uma competição fática entre os partidos; ou ainda que ocorram em ausência de condições favoráveis ao exercício de uma oposição amplamente capaz de contestação; aproximamos esse regime a uma ideia autocrática, ou nos termos do modelo da poliarquia a uma hegemonia inclusiva ou fechada.

Em segundo lugar, as eleições devem ocorrer impreterivelmente com o sufrágio universalizado. Essa característica em particular decorre do entendimento de que a população deve participar de forma ampliada do processo de escolha dos seus representantes políticos. Duas situações podem ser percebidas dessa dinâmica: existem

grupos que são legalmente afastados do processo eleitoral, e outros que podem vir a ser afastados por motivos arbitrários. Nesses termos, Mainwaring *Et al.* (2001) explicam que essas categorias não podem ser confundidas, uma vez que em determinado contexto de corrosão democrática grupos marginalizados pelo poder dominante podem ser excluídos do processo decisório, por motivos de oposição ao regime posto, étnicos, entre outros. Especialmente aproximando nosso olhar da América Latina que possuiu um alto histórico de desenvolvimento autocrático ao longo do século XX, a universalidade do sufrágio era apresentada como uma variável afetada imediatamente com as mudanças de regimes políticos rumo a autocratização.

Em terceiro lugar, para o bom funcionamento do regime deve ocorrer a proteção as liberdades civis e direitos políticos. Nesse caso, Dahl (2012) harmoniza direitos políticos e civis de acordo com a defesa ao funcionamento do processo eleitoral, o autor coloca que essas duas dimensões são indispensáveis para pensar as possibilidades de participação dos indivíduos em todas as etapas, desde a formulação de suas preferências até a concretização do voto propriamente dita. Podemos referenciar a ação dessas dimensões de proteção para uma imprensa livre, que seja capaz de fornecer informações amplas e confiáveis à sociedade civil. Além disso, tratando-se da realização de uma oposição real, com amplos direitos de organização e de reunião por grupos com interesses políticos convergentes. Nesse caso, o acesso à informação deve ter seu custo razoável, para que a formação de opinião não seja limitada pelo acesso restritivo.

Ainda sobre as liberdades civis e direitos políticos, defende-se a ideia de interdependência entre outras garantias legais a essas duas categorias. Nesse caso, Bollen (1986) explica empiricamente essa relação baseando-se na premissa de que, quando essas duas dimensões de direitos são frágeis, um determinado recorte pode estar mais susceptível a diversas formas de violência política de forma arbitrária, ocorrências comuns em autocracias.

Por fim, o poder não deve ser expresso por vias de autoridades não eleitas que desempenhem alguma função de tutela. Para essa questão, refletimos sobre o uso da coerção como um instrumento de subversão ou manutenção da ordem política. Em um contexto de hostilidade e antagonismos entre os grupos integrantes do tecido social, ao ponto que se figure um estado de crise orgânica, é comum que se estabeleça uma situação de coerção no sistema político, como foi no caso dos processos ditatoriais na América Latina (Mainwaring *Et al.*, 2001). A ordem constitucional uma vez suspensa, dá-se lugar a uma autocracia militar ou de outro gênero, uma vez que essa autoridade não eleita para

além de agir contra a ordem antes posta, viola as prerrogativas refletidas anteriormente sobre uma perspectiva mínima de concepção do regime político.

Notoriamente, esses elementos mantêm-se focados no procedimento democrático, levando em consideração ainda as vantagens para a investigação empírica contidas nessa abordagem. Assim, as variáveis são observáveis com relativo grau de facilidade na realidade social, onde o desenvolvimento de uma ideia quantificável desses torna-se uma possibilidade palpável perante o exercício de abstração. Esse é o pressuposto chave da sequência do desenvolvimento da presente linha de raciocínio, agora pensando a abordagem conceitual substantiva de democracia.

O ponto essencial para se pensar a abordagem substantiva, versa sobre pensar para além do método e das condições de efetivação deste, as condições da vida social propostas por esse regime político (Tilly, 2007). Em continuidade, o autor explica a democracia enquanto um sistema político em que o corpo social participa do processo deliberativo, o que demanda certas liberdades políticas e civis para o desenvolvimento desse, em um contexto em que as instituições e constelações normativas garantam representação política, transparência, inclusividade, igualdade política e o Estado de Direito.

Assim, essa abordagem é caracterizada “quando os mecanismos, procedimentos e métodos formais são essenciais à democracia, mas não bastantes para caracterizá-la” (Bielschowsky, 2011, p. 9326). Em outras palavras, a presente abordagem parte da lógica procedimental para se pensar o regime político, agregando a ideia outros elementos que o fundamentem material e formalmente, como é o caso de pensar o Estado de Direito para as capacidades humanas na formação do conceito.

Como ilustração, a ideia de desenvolvimento proposta por Sen (1999), em que o autor agrega ao conceito de democracia a defesa pelo desenvolvimento das capacidades humanas como medida emancipatória torna-se representativa. Nessa leitura, a ausência de certas condições de vida depreciaria o regime político, uma vez que abismos sociais e econômicos comprometeriam as condições da vida social, que por sua vez são elementos imprescindíveis na construção do conceito⁵.

Um dos elementos mais recorrentes nas discussões sobre a abordagem em questão, versa sobre a agregação de fatores econômicos a ideia conceitual. Desse ponto,

⁵ Em relação a aplicações práticas dessa via teórica, ver os trabalhos de Campbell (2008) para uma crítica a métricas tradicionais e Cullell (2004) para mudança de perspectiva de avaliação de instituições chave do regime político.

o conceito dificilmente mantém-se isolado, sendo um percurso comum lê-lo em relação a outros fenômenos correlatos. Busca-se, por exemplo, conceituá-la em termos procedimentais paralelo as condições materiais relativas ao seu conteúdo, de forma que direitos relativos à subsistência humana não podem ser apartados da ideia conceptiva de democracia (Munck, 2007; 2007). Nessa mesma perspectiva, Sen (1999) explica que a materialidade deve ser pensada como um dos pressupostos de exercício de direitos civis e políticos, que por sua vez são elementos essenciais para o funcionamento democrático. Nessa visão, imaginar um cenário com severa disparidade social, onde a inclusão dos diversos grupos não é um horizonte possível, significa pensar a democracia enquanto uma impossibilidade material.

Para a abordagem substantiva, a complexidade é evidenciada quando pensamos em prerrogativa basilar de medição. Podemos incorrer em sobrecarregar o conceito democrático, levando em consideração fenômenos com agendas de pesquisa próprias, e que podem coexistir com regimes políticos de forma variada. É o caso de pensar as possibilidades de bilateralidade da complexa relação “democracia” e “desenvolvimento econômico (Przeworski, 2004), com a possibilidade de crescimento econômico baseado no crescimento do Produto Interno Bruto em uma democracia, nos mesmos termos em que pensaríamos nessa possibilidade em um regime autocrático – mesmo levando em consideração critérios como a qualidade das instituições e a igualdade na distribuição de renda.

Outro exemplo de investigação empírica que aponta a necessidade de atenção para a análise de fenômenos correlatos consta em Burkhart et Lewis-Beck (1994), que argumentam que o desenvolvimento econômico é apenas um dos fatores necessários a uma transição democrática eficiente. Os autores reconhecem que, diante do as amostra é possível afirmar que há uma correlação positiva entre “desenvolvimento econômico” e “democracia”, mas que esta não é determinística. O trabalho de Acemoglu *Et al.* (2008) também dialoga com essa perspectiva, onde se problematiza a ideia de que a expansão de rede pode ser ocasionada por outros fatores além da democracia, demandando pensar essa correlação direta.

Quanto ao substantivismo democrático, entendemos que essa abordagem pode ser utilizada como forma de reforçar a construção da polissemia ao vocábulo “democracia”. Abordagens com foco na expressão empírica dos regimes políticos podem ser afetadas negativamente pela falta de clareza conceitual, demandando um controle maior de variáveis da investigação para alcançar a robustez dos resultados, como vimos

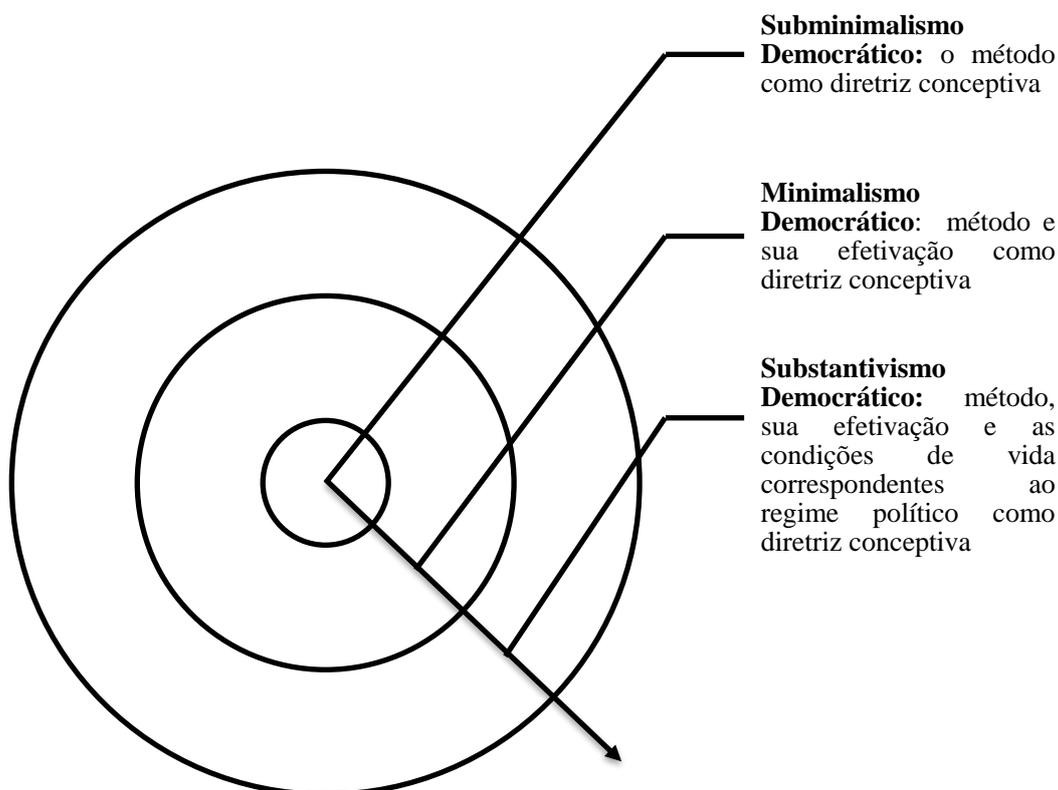
no trabalho de Burkhart et Lewis-Beck (1994). Em síntese, o ponto de tensão entre os esforços científicos para isolar o conceito de democracia versa principalmente sobre a formação de uma possibilidade de mensuração que seja capaz de explicar com clareza o fenômeno democrático, bem como isolá-lo de outros fenômenos políticos e sociais (Boeese, 2019), que apesar de estarem relacionados possuem uma caracterização própria.

Com base nesse apanhado, a Figura 1 representa uma breve síntese dessas noções. Entendemos que não há uma invalidação dessas ideias conceptivas em relação a adoção de outras, mas sim um uso estratégico perante de determinado desenho de pesquisa que vise representar empiricamente o fenômeno. Essas abordagens são instituídas em um sistema de agregação, em que a ideia conceptiva tende a crescer em números de variáveis selecionados para representá-la.

No geral, dentro do subminimalismo democrático, tendemos a adotar uma definição de democracia eleitoral, focada essencialmente nos processos de eleição e representação política. Por outro lado, o minimalismo democrático vai além, mas limita a efetivação do método a determinadas condições de implementação, o que restringe algumas avaliações empíricas da democracia que partem de técnicos e procedimentais. Em contraste, na abordagem substantiva, há uma ampliação conceitual que abarca características mais amplas do regime, o que pode incluir elementos de uma social-democracia, focada em direitos sociais e igualdade, por exemplo.

Sobre essa aparente divisão, é importante ressaltar que estamos lidando com a ideia de uma "concepção conceitual" e não com um conceito de democracia fixo e definitivo. Isso ocorre porque, dentro dessas diferentes abordagens figura-se uma polissemia, gerando tal visão multiplicada de critérios de definição. Diante disso tudo, entendemos que essa lógica nos ajuda a pensar estrategicamente sobre como propor um significado que seja suficiente para o desenvolvimento de uma mensuração democrática eficaz e coerente dentro da pesquisa científica.

Figura 1 – Abordagens conceptivas para o conceito democrático



Fonte: O autor.

Em síntese e em termos práticos, pelas vantagens analíticas para pesquisas no estado atual de desenvolvimento da Ciência Política, usualmente adotam-se ideias conceptivas minimalistas. Isso não significa dizer a formação de uma hierarquia entre essas classificações, mas sim uma adequação entre a abordagem da pesquisa e a ideia e prática da democracia que se busca representar. Uma vez adotada uma definição conceitual, podemos pensar criticamente a democracia, especialmente ao que se refere seu atual estado de desenvolvimento, entre dilemas e desafios do nosso tempo, como analisamos na próxima seção do nosso trabalho.

1.5 O mundo está menos democrático?

Talvez a mais urgente discussão dentro da produção científica sobre a mensuração democrática seja decorrente da terceira onda de democratização (Huntington, 1991). O autor aborda diretamente a capacidade de estabilidade desses regimes políticos

e a manutenção de padrões de qualidade, onde uma parte da produção científica aponta para problemas de implosão, erosão ou estagnação do regime (Levitsky e Ziblatt, 2019; Mounk, 2019; Przeworski, 2020). Podemos utilizar como exemplo algumas experiências democráticas recentes que possam embasar algumas das preocupações constantes.

O mundo está tornando-se menos democrático? Essa questão tem sido um dos principais motivos pelo qual o interesse na democracia tem sido renovado, com maior ênfase em parte da teoria democrática que reflete tal questão, teórica e empiricamente. Muitas dessas análises concentram-se em apontar a ocorrência do declínio da democracia liberal, paralelo ao fortalecimento de regimes políticos com caracterização repressiva que surgem pelas vias da própria democracia, com caracterizações diferentes em conteúdo e período para os casos globais (Castells, 2018; Levitsky & Ziblatt, 2018; Runciman, 2018; Snyder, 2017; Mounk, 2019, entre outros). Esses entre outros estudos partem da análise das fragilidades dessa forma de regime, e de possíveis alternativas para a garantia de sua continuidade.

Por exemplo, Castells (2018, p. 27-28) aponta que uma das preocupações do nosso tempo para a manutenção da legitimidade política seria a popularização de uma “política do escândalo”. Esse fenômeno explora a dimensão midiática da política, agora com os novos contornos oferecidos as populações mundiais pelos novos arranjos trazidos pelo avanço das mídias sociais. Além do avanço de *outsiders*, essa expressão política pode tomar como meio de desenvolvimento o exercício da antipolítica, desacreditando todo um sistema institucional pelas ações e discursos de figuras políticas com ações para essa estratégia. Nesse caso, Moreira (2020) cita a trajetória do empresário Donald Trump a presidência dos EUA, usando como estratégia de formação de capital político uma abordagem de *showman*, agregando atenção e notoriedade para si por meio do avanço de discursos que sequestram ou captam símbolos de rebeldia, como é o caso da postura antissistema.

Um fenômeno relacionado a essa ocorrência é o populismo, caracterizado como um fenômeno político disfuncional do ponto de vista da manutenção da legitimidade e competição eleitoral democrática. Ainda conforme explica Mounk (2019, p. 10), esse fenômeno é caracterizado por uma “reivindicação de representação exclusiva do povo”, que em termos práticos representa as ações por vias políticas voltadas a oposição política e a independência institucional, fazendo com que por ações e discursos esses agentes antagonizem com princípios essenciais da democracia liberal. Podemos pensar no caso argentino com Javier Milei, eleito presidente do país em 2023, e no caso brasileiro com

o ex-presidente Jair Bolsonaro, casos em que esses agentes políticos se opõem ou flertam com a fragilização das instituições políticas como estratégia de formação de capital político. Ao todo, a expansão dessas práticas políticas chama a atenção para a necessidade de defesa dos valores que integram a democracia.

Fenômenos políticos disfuncionais autoritários de base populista, podem ser utilizados como meio para se pensar em uma espécie de permanência de “estado de alerta” em relação à permanência democrática. O filósofo Karl Popper, ao postular o paradoxo da tolerância em “*The Open Society and Its Enemies*”, parte das experiências totalitárias para refletir os custos da tolerância irrestrita sobre as vias democráticas, que abre espaço para a extinção da tolerância.

Segundo o Paradoxo da Tolerância, a ação de grupos com comportamentos repressivos nos moldes nazista e fascista, tenderia para a eliminação da tolerância no tecido social uma vez que a correlação de força entre esses indivíduos em relação ao outro tenderia ao extermínio dos grupos com alguma reserva de tolerância materializada na arena política (Popper et al., 2012). Nesse sentido, o paradoxo defende que para manter-se a tolerância em níveis satisfatórios para certo grau de coerência social é necessário defender a tolerância coibindo comportamentos intolerantes. Essa reflexão torna-se essencialmente importante para a construção dessa pesquisa, pois muito se aponta para a depreciação das democracias pelas próprias vias democráticas, o que endossa a tese de uma recessão generalizada em termos mundiais.

Nesse sentido, Bronw (2019, p. 14) ao analisar slogans políticos de algumas ocorrências com graus diferentes de sucesso, entende a necessidade de se pensar os possíveis caminhos que rumam às democracias ocidentais na contemporaneidade. Podemos utilizar como ilustração alguns slogans políticos que articulam grupos em torno de ideais que se afastam concretamente da ideia de uma poliarquia descrita por Dahl (1978), ideias contrárias a manutenção de uma oposição política proporcional, ou desacreditando os sistemas institucionais que dão substância às atividades públicas.

Alguns casos são emblemáticos: o “*Make America great again*” por Trump; “A França para os franceses”, por Le Pen e a Frente Nacional; “*Take back control*”, com a ocorrência do Brexit; “*Nossa cultura, nosso lar, nossa Alemanha*”, pela Alternativa para a Alemanha; “*Mantenha a Suécia sueca*” pelos Democratas Suecos; “*Polônia pura*”.

Polônia branca” pelo Partido Polonês da Lei e da Justiça; entre outros⁶. Essas recentes experiências comungam com a necessidade de restabelecimento de uma ordem perdida, na retomada de senso de unidade geralmente baseado em um mito fundador, com alto grau de envolvimento de grupos em tais organizações sem compromisso com uma cultura política pró-democrática.

Paralelo a esse debate, o desenvolvimento da corrente de pensamento focada na resiliência democrática apresenta-se como um contraponto ao debate alarmista. Conforme Weyland (2024), a taxa de resiliência democrática na América Latina e Europa no séc. XXI é alta, mesmo diante da onda populista que as regiões enfrentam. O ponto principal desse debate versa sobre o entendimento de que instituições democráticas consolidadas – judiciário independente, imprensa livre e a separação de poderes, por exemplo – atuam enquanto barreiras em face das tendências advindas de lideranças autocráticas. Ao lançar observação para os respectivos desenhos institucionais, argumenta-se que, embora o populismo possa de fato tensionar essas instituições, elas muitas vezes se adaptam e resistem em meios a essas turbulências institucionais.

Sobre a resiliência democrática, Boese et al. (2023) explicam que ela ocorre sobre duas formas. Primeiro, as democracias podem ter a capacidade de reação imediata a resistir em face a choques autoritários imediatos, como no caso de tentativas de golpes de Estado ou demais formas de ataques institucionais diretos. Ainda na visão dos autores, a segunda forma versa sobre a capacidade de recuperação dos regimes políticos ao longo do tempo, onde espera-se que eles possam restabelecer suas normas e instituições após crises ou demais deteriorações temporárias. Porém, é preciso refletir sobre como as autocracias competitivas (Levitsky e Way, 2010) podem perdurar ao longo do tempo enquanto espécies independentes, sem que necessariamente estejam em processo de democratização.

Seja sobre as teses recessivas ou contrárias ao alarmismo, destaca-se a necessidade ponderar os efeitos adversos dos fenômenos políticos disfuncionais sobre os regimes políticos como um todo. Como essa temática exige um grau alto de precisão, os indicadores de democracia podem auxiliar esse processo de estratégias de preservação democrática, em especial os que possuem metodologias que os tornam mais sensíveis no

⁶ Sobre a ascensão desses fenômenos é válido destacar a efervescência do debate em curso. Para explorar o conceito de populismo e sua aplicação para a Ciência Política, ver Taguieff (1997). Para analisar a diversidade de nicho e comportamental da extrema-direita europeia e brasileira frente aos avanços políticos do espectro, ver Löwy (2015) e Golder (2016). Por fim, sobre os fatores de atuação e de organização da extrema-direita para as arenas de protesto e eleitoral, ver Castelli Gattinara e Pirro (2019).

que se refere às transformações sociais. De forma a aproximar o olhar dessa perspectiva de supervisão da fragilização democrática, entendemos ser pertinente discutir a ocorrência do iliberalismo democrático em face da oposição global aos direitos políticos e liberdades civis para o segmento LGBTQIAP+.

1.5.1 Uma ilustração ao Iliberalismo Democrático: o caso da oposição global aos direitos civis e liberdades políticas para a população LGBTQIAP+

Buscaremos propor uma ilustração das mudanças nas democracias ao longo do mundo para as teses de implosão, estagnação e retração. A questão aponta para o desenvolvimento do iliberalismo democrático como uma tendência ao processo de autocratização, de forma que podemos pensar na fragilização das variáveis representativas para conceituar as democracias. Nesse caso, conforme debatem Ayoub e Stoeckl (2024), usaremos como exemplo a cessão as liberdades civis e direitos políticos da população LGBTQIAP+, como um termômetro ou variável de aproximação para descrever o processo de autocratização, em especial que criminalizam práticas homoafetivas com penas arbitrárias e extremas.

O acesso a direitos civis e liberdades políticos apresentam-se como uma característica indissociável da democracia contemporânea. Nesse caso, Dahl (2012); Mainwaring et al. (2001), Diamond e Morlino (2005) explicam que a defesa das liberdades civis e direitos políticos funcionam como um componente interdependente ao processo eleitoral, de forma que pensar em sua fragilização incide em pensar diretamente na fragilização do regime como um todo. Logo, pensar na forma com a qual esses direitos e liberdades são institucionalizados, auxilia a compreensão da fragilização democrática, e mais especificamente o processo de iliberalização desses regimes políticos. Mas afinal, por que escolher a cessão aos direitos civis e liberdades políticas a população LGBTQIAP+ como ilustração aos desdobramentos fenomenológicos?

Adotamos como caso para a análise de práticas totalitárias a Alemanha Nazista. A primeira prática de queima pública de livros (“*Säuberung*”, especificamente o “*Bücherverbrennung*”⁷) pós consolidação da ascensão nazista ocorreu em 6 de maio de 1933. O alvo dessa prática emblemática foi direcionado ao acervo do Instituto de Sexologia (*Institut für Sexualwissenschaft*) na cidade de Berlim, Alemanha (1919 – 1933). A instituição tinha como objetivo o atendimento a comunidade *queer* da época,

⁷ Ver Leslie (1984) e Herden (1984).

sob a perspectiva de desenvolvimento de atividades de caráter científico e social para o segmento por meio da biblioteca e das instalações do instituto, como é o caso da primeira cirurgia de afirmação sexual (*Genitalumwandlung*⁸) para uma pessoa transgênero realizada em 1930, bem como as atividades de organização política e preservação da saúde sexual da população LGBTQIA+ alemã (Kennedy, 2003).

Em 1933, a política o projeto de condução da vida social alemã com a ascensão do regime nazista teve como mecanismo de genocídio. Com o fim da República de Weimar, uma democracia parlamentar, direitos muito básicos da sociedade como um todo foram afetados, de forma que a declaração do estado de emergência suspendia a ordem constitucional e direitos civis constitucionais passaram a ser inacessíveis para os grupos que não se adequavam aos ideais difundidos de superioridade étnica ariana. Esses cerceamentos de direitos civis e liberdades políticas ocorreram sob diversas perspectivas: houve suspensão das licenças para pessoas travestir-se de gêneros opostos; as práticas de mudança social de nome civil; censura a produção científica voltada a essa população; prisões e torturas arbitrárias; como também o extermínio destas em campos de concentração. É com base no desenvolvimento dessa agenda política que o Instituto de Sexologia sofreu sua queima de acervo, em 6 de maio.

Em relação ao acervo do instituto, aproximadamente vinte mil cópias foram destruídas nas ruas de Berlim por entusiastas do regime nazista. Até então, mesmo com as limitações comuns ao próprio tempo histórico de análise, a Alemanha possuía certo grau de receptividade e possibilidade ao debate de ampliação do acesso aos direitos inerentes a cidadania para grupos diversos, com tentativas jurídicas, desenvolvimento científico e início de organização política. Essa nova configuração institucional nos convida a refletir sobre a ausência de linearidade na conquista e manutenção dos elementos para a definição democrática (direitos civis e liberdades políticas), de forma que cada período histórico possui sua própria singularidade para a manutenção ou flexibilização dessas variáveis e como estas são reconhecidas no campo político. Logo, é preciso reconhecer que a manutenção da ordem democrática, baseados no precedente histórico em questão não é linear ou gradual.

Ao reconhecermos a democracia como uma categoria histórica, entendemos que a manutenção do seu núcleo é um ideal a ser seguido, que pode não se cumprir em relação a materialidade. De forma geral, a forma com a qual priorizamos as variáveis de interesse

⁸ Ver Abraham (1931).

para a mensuração democrática pode mudar seu sentido, o tornando mais elástico ou restritivo a depender a leitura que se faça sobre esses elementos e as populações que os acessam. A democracia para a leitura especializada comporta-se com a ocorrência de ondas e contra-ondas para sua efetivação (Huntington, 1991) de forma que perceber os momentos de manifestação de fragilidade do regime político requer pensar na situação de indicadores sociais que possam ser úteis para pensar o processo político e sua efetivação nos moldes de uma definição mínima de democracia.

Entendemos que a democracia contemporânea é recente, e, portanto, fruto de determinado tempo histórico com suas próprias problemáticas e inflexões. O aperfeiçoamento gradual do regime seria o caminho ideal de desenvolvimento, mas isso não necessariamente um caminho fixo no curso deste. Pensar, por exemplo, em como os direitos civis e liberdades políticas da população LGBTQIAP+ são acessados quantitativa e qualitativamente em diversos tempos históricos nos permitem refletir sobre o estado do regime político e seus principais pontos de tenções, como é o caso da metodologia utilizada pela Freedom House que no campo de “*Pluralismo Político e Participação*” leva em consideração a capacidade de grupos como é o caso destes em acessar “plenos direitos políticos e oportunidades eleitorais” para a efetivação do regime democrático.

1.6 Da questão e objeto de pesquisa

Conforme Gustafsson e Hagström (2018), o estabelecimento de uma questão de pesquisa deve acima de tudo explicar o que há de inadequado entre o fenômeno a ser analisado e o conhecimento até então relacionado à explicação da materialidade. Para os autores, esse pressuposto deve nortear tanto a formulação de uma questão ou problema de pesquisa como a motivação para a realização desta. Ainda, segundo os autores (2018 apud Alvesson e Sandberg, 2013), apresentar a motivação pela qual uma lacuna de pesquisa precisa de intervenção auxilia a trajetória de aperfeiçoamento crítico do conhecimento existente sobre um fenômeno determinado, sem que se opere um reforço sistemático dos posicionamentos científicos hegemônicos dentro de certo campo do saber.

Tudo possui um viés, e no caso da realização da presente pesquisa desempenhamos um viés em defesa da democracia, o que eventualmente pode incorrer na assimilação a posicionamentos científicos hegemônicos. Vimos que, por exemplo, há

uma prevalência pela escolha de uma abordagem minimalista de democracia em investigações empíricas, o que pode apresentar vantagens e desvantagens em termos práticos para a resposta esperada diante do problema ou questão de pesquisa. Tratando-se de uma pesquisa com abordagem descritiva, entendemos que essas questões podem ser contornadas com maior facilidade na presente pesquisa.

Em sequência, Coppedge (2012) destaca a problemática atividade que é conceituar a democracia. Isso essencialmente porque, como visto anteriormente, há diferentes elementos que podem ser agregados a constituição de um conceito, sendo dificultoso operacionalizá-lo a depender da perspectiva adotada. A depender do que venha a ser usado como substância para analisar as democracias, acreditamos que esses modelos podem ter comportamentos diversos perante as análises realizadas por cientistas. Tratando-se da urgência típica do nosso tempo em lidar com dúvidas de estabilidade política, e ter indicadores democráticos sensíveis as transformações sociais podem ser úteis não só para aperfeiçoar esses sistemas políticos, mas também para preservá-los.

Com a seminal obra de Dahl (1972) *Poliarquia: Participação e Oposição*, o autor agrega à teoria democrática a necessidade de se pensar um modelo democrático baseado na garantia manifesta de liberdades políticas para que seja efetivo o exercício da contestação pública, o que por consequência auxilia o processo de competição política. Sob essa perspectiva, enxergamos a democracia como um conceito político sem que se leve em consideração mais elementos de agregação para além do procedimento propriamente dito e seu desempenho.

Essa perspectiva mínima para formação do conceito democrático tem ganhado espaço na produção acadêmica em Ciência Política, em face também de toda uma corrente teórica crítica a tal comportamento. Como essa perspectiva conceitual embasa boa parte dos projetos de mensuração democrática, buscamos compreender os limites e possibilidades da operacionalização desses projetos de mensuração, mesmo com os diferentes níveis de agregação que o conceito de democracia pode receber acarretando na polissemia deste. Buscamos entender quais as abordagens conceptivas dos diferentes medidores de democracia que analisaremos.

Assim, em última instância os projetos de mensuração democrática representam uma possibilidade de entender quais variáveis possuem maior efetividade no que se refere a representá-la. Buscaremos analisar a composição desses projetos de mensuração para compreender de que forma as transformações sociais podem reagir perante as mudanças nos *scores* desses projetos. São nesses termos que colocamos como questão de pesquisa

o seguinte: *Como as diferentes leituras teóricas de democracia geram diferentes métricas de mensuração?* Dando continuidade à nossa investigação, buscaremos a seguir explicar como os projetos de mensuração democrática são formulados e de que formas estes expressão as democracias quantitativamente.

2 UMA INTRODUÇÃO A MENSURAÇÃO DEMOCRÁTICA

Objetivamos com o presente capítulo propor uma breve introdução a mensuração democrática. De forma geral, apontamos que o processo se fundamenta necessariamente no estabelecimento de nexos teóricos para a formação de medidas gerais e específicas representativas para o regime político. Como visto em Coppedge (2011), as medidas gerais são apresentadas como índices de democracia, enquanto, com medidas desagregadas em relação a observação generalizada, denominamos enquanto indicadores. O uso dessas medidas depende diretamente da busca por respostas ao objeto de análise, de forma que a escolha por índices ou indicadores entre as propostas de mensuração disponíveis deve atender a necessidade de determinado desenho de pesquisa.

A metodologia empregada para a formação dessas medidas é central para o estabelecimento de resultados confiáveis. Trabalhos como os de Munck e Verkuilen (2002); Adcock e Collier (2001); Bollen (1980, 1990); Coppedge e Reinicke (1990); Alvarez *Et al.*, (1996); Schmitter e Karl (1991), ressaltam a necessidade de problematizar a estruturação metodológica empregada no processo de medição de um determinado fenômeno político, para que seus respectivos resultados possam ser capazes de pensar e propor mudanças na materialidade. Nesse mesmo sentido, Lehoucq *Et al.* (2005, p. 939) e Boese (2019, p. 96), explicam que esse debate no que se refere a mensuração democrática é instituído em três pilares fundamentais: a conceituação, operacionalização e agregação empregados para a formação dos índices de democracia, onde buscaremos discutir esses processos ao longo deste capítulo.

A análise e discussão metodológica para a constituição dessas medidas é remetido principalmente nas possibilidades de divergência entre resultados empíricos. Os trabalhos citados no parágrafo anterior comungam essa preocupação levando em conta análises que podem classificar de forma distinta casos iguais, e essa situação é ressaltada quando analisamos casos de hibridismo, onde essas possibilidades são mais evidentes, é o caso do apontamento Bowman *Et al.* (2005) para a América Central:

The Polity IV data set (Marshall & Jaggers, 2002) codes the entire 1920s and early 1930s in Nicaragua as at least partially democratic, whereas the Gasiorowski (1996) index sees the same period as completely authoritarian. For its part, Vanhanen's (2000) scale classifies the period as exhibiting very low levels of democracy until the elections of 1928, after which semidemocracy exists until 1935. Why do

these scales reach such different conclusions? (Bowman, Lehoucq, & Mahoney, 2005, p. 945, grifo nosso).

Retomando a discussão do Capítulo 1, o processo de mensuração inicia-se com a formação de um conceito explícito de democracia (Munck & Verkuilen, 2002). Com base nisso, torna-se viável a agregação dos elementos conceituais em medidas, uma vez quantificados os componentes representativos. Então, por consequência, a operacionalização dessas medidas em atividades acadêmicas ou de consultoria em políticas públicas, por exemplo, é possível. constituindo. No trabalho de Vanhanen (2011), é o exercício da mensuração propriamente dito, onde através do estabelecimento dos critérios de formação democrático e da medição do grau de democratização, torna-se possível classificar regimes políticos em situação de democracias, ou não democracias – levando em consideração também as ocorrências de hibridismo ou zonas cinzentas, também admitidas como recortes de estabelecimento de autocratização.

Diante disso, objetivamos no presente momento abordar alguns elementos centrais do debate acadêmico para a formação de medidas de democracia e suas respectivas possibilidade de conflito ao uso dessas medidas. Nesses termos, o presente capítulo é dividido da seguinte forma: (2.1) primeiro, discutimos a atividade de observação dos fenômenos políticos, enfatizando a atividade de julgamento dos especialistas para o objeto em questão; (2.2) em seguida, propomos os principais pontos do debate contemporâneo da mensuração democrática; (2.3) em terceiro lugar, apresentamos algumas possibilidades de dimensões e outputs para resultados de medição; e, por fim, (2.4) analisaremos a conectividades entre as etapas de conceituação, agregação e operacionalização dessas medidas.

2.1 A observação de fenômenos sociais: uma breve introdução

Conforme discutido no Capítulo 1, não há um consenso quanto ao conceito acerca da significação democrática. O que se percebe, no entanto, é a recorrência de elementos para a formação do conceito, como é o caso de eleições livres e limpas (Dahl, 2008), uma ausência de tutela militar exercendo expressões de poder sob um contexto de ilegitimidade (O'donnell, 1991; 1998), bem como a universalização do sufrágio (Paxton, et al., 2003). Ao colocarmos essas dimensões constitutivas na análise sobre a democracia,

conforme explica Beckman (2008), se observa a extensão dos direitos democráticos quanto a percepção de sua qualidade, surgindo assim as possibilidades de qualificação. Desse modo, para o desenvolvimento do exercício de observação dos regimes político, partiremos essencialmente de análises de especialistas como fonte primária de obtenção desses dados, muito embora esses dados possam também ser gerados pela percepção pública quanto aos aspectos do fenômeno político, como é o caso do Latinobarômetro⁹ com dados de opinião pública de diversos atores.

Conforme se observou do debate do item 1.4 do Capítulo 1, relativo as possibilidades conceituais para a democracia, o desafio central do processo de observação das democracias é promover uma leitura clara e objetiva sobre as dimensões que se observa. Assim, delimitar os componentes que podem vir a ser úteis para interpretar o estado do regime político exige a formação de um conceito suficiente deste, de modo que os elementos escolhidos para tal tarefa possa ser verdadeiramente significativos para a compreensão de seu funcionamento. Essa tendência embasa a formação de conceitos restritivos, o que permite promover observações assertivas sobre o fenômeno a depender o objeto de análise e questão de pesquisa. É nesse sentido que analisamos o que explica Gerring (1999, p. 359) em relação a observação de fenômenos sociais:

All authors make lexical and semantic choices as they write and thus participate, wittingly or unwittingly, in an ongoing interpretive battle. This is so because language is the toolkit with which we conduct our work, as well as the substance upon which we work. Indeed, concept formation lies at the heart of all social science endeavor. It is impossible to conduct work without using concepts. It is impossible even to conceptualize a topic, as the term suggests, without putting a label on it. Any significant work on a subject will involve a reconceptualization of that subject. Any work on the nation-state, for example – if at all persuasive-alters our understanding of the nation-state.

Com base nessa passagem, o estabelecimento de um conceito para as atividades de investigação em Ciências Sociais pode ser não somente o produto, mas o ponto de partida de qualquer pesquisa. Nas linhas do autor, as escolhas léxicas e semânticas influenciam diretamente na forma em que interpretaremos a realidade social, na formação de uma batalha interpretativa contínua que leva aos conceitos serem o que são. Esse

⁹ Conforme o institucional do próprio site, o Latinobarômetro “es un estudio de opinión pública que aplica anualmente alrededor de 20.000 entrevistas en 18 países de América Latina representando a más de 600 millones de habitantes”. Acesso: <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp>.

processo pode ser posto em observação com a definição de democracia, atendendo a uma perspectiva conceitual formada por conceitos-chave dispostos na literatura especializada. Tal atividade, então, compreende rotular fenômenos ou características destes de forma contínua, o que garante rotatividade para os conceitos gerados nas Ciências Sociais e Aplicadas. Ressaltamos a importância da reflexão de Gerring (1999), uma vez que os critérios para a formação conceitual com qualidade são essenciais para o avanço do debate científico.

Ainda sobre o trabalho de Gerring (1999, p. 367) são apresentados oito critérios de adequação para o alcance da qualidade conceitual na pesquisa social: familiaridade, ressonância, parcimônia, coerência, diferenciação, profundidade, abrangência teórica e utilidade do campo. Entre esses critérios, a falseabilidade ou a utilidade do campo, possui uma importância específica para a atividade de mensuração democrática, já que esse critério enfatiza a testagem empírica dos conceitos formulados, levando em consideração as possíveis contribuições a expansão do campo semântico.

Em face disso tudo, os projetos de mensuração democrática são instituídos com o propósito de tornar possível promover um olhar mais preciso e cirúrgico para a tentativa de aprimorar o regime e buscar planos estratégicos para evitar ou limitar sua erosão. Assim, entendemos que estes são ferramentas de esclarecimento, baseadas em quantificação de variáveis pré-selecionadas derivadas de um conceito de democracia orientado por clareza e suficiência teórica.

Assim, para avançarmos na discussão, entendemos ser de fundamental importância destacar como as abordagens de concepção conceitual são aplicadas. Quando pensamos nas possibilidades de aperfeiçoamento ou manutenção da estabilidade desse regime político, podemos refletir sobre uma considerável diversidade de elementos que podem ser utilizados para se pensar o aprimoramento das democracias existentes. Como explicam Møller e Skaaning (2012), nas últimas décadas o padrão observável de atividade democrática incide muitas vezes somente na ocorrência de eleições competitivas, em vez de outros atributos que integram seus princípios, como liberdades políticas, estado de direito e direitos sociais. Assim, entendemos que os avanços na agenda de pesquisa em questão viabilizam o esclarecimento desse quadro.

Quanto a essas abordagens, podemos refletir sobre as vantagens e desvantagens do ponto de vista analítico para a interpretação democrática, bem como qual dessas abordagens tem sido a mais usual entre os diversos projetos de mensuração – junto a

motivação para isso. Nesses termos, buscamos refletir sobre isso na próxima seção do trabalho.

2.2 A mensuração democrática na contemporaneidade

Trabalhos como os de Coppedge (2011) explicam a necessidade de uma análise histórica, multidimensional, desagregada e transparente da medição democrática. Um dos objetivos centrais dessa exigência gira em torno da compreensão mais profunda do movimento democrático ao longo do tempo, de forma a se perceber como a democracia pode comportar-se em meio a ondas e contra-ondas, e conseqüentemente como a produção científica pode auxiliar a pensar a solução ou contenção desses efeitos. De forma geral, o autor inicia esse debate de forma a aproximar nosso olhar para o estado atual do debate da mensuração, conforme descrito no Quadro 2.

O mesmo autor explica a necessidade de fortalecimento dos programas de avaliação do desempenho da mensuração com o seguinte exemplo. Em relação a um montante de D\$ 1,8 bilhões destinados a projetos de promoção da qualidade democrática, menos de 1% desse orçamento seria suficiente para a promoção de avaliações de impacto dos programas de promoção de qualidade democrática, requisito essencial para a ampliação do financiamento da mensuração democrática a nível mundial (Coppedge *Et al.*, 2011, p. 261-2). Assim, essa informação somada ao fato de que há um processo em curso de recessão democrática nos permite perceber a necessidade de uso racional desses recursos, de forma que diagnósticos com algo grau de permitam que esse investimento atinja diretamente o sintoma que potencializam tais fragilidades, e não sejam destinados ao uso irracional.

Também, damos ênfase ao fato de que não há um déficit para a produção de medidas operacionais de democracia como explica Vanhanen (2011), a questão central desse debate é entender como a formação metodológica destas podem levar pesquisas a resultados diferentes, mesmo tratando-se de objetos assentados em um mesmo momento histórico. Nesses termos, Vaccaro (2018) explica que essa ocorrência deve ser pensada sob a perspectiva da busca por excelência metodológica na mensuração para que se alcance graus mais elevados de intercambialidade e convergência entre os índices, de forma que estes possam ser usados em comunhão atendendo a uma gama incalculável de possibilidades para a compreensão das democracias no nosso tempo.

Em torno dessa questão, podemos enumerar diversas propostas de medição. No trabalho de Cutright (1963), o pesquisador propõe pensar a democracia sob o prisma de um índice de desenvolvimento político sob forma de uma variável contínua, levando em consideração a caracterização do poder executivo e legislativo durante 21 anos. Outro exemplo de formação de mensuração é o trabalho de Vanhanen (2000), partindo do estabelecimento do conceito da Poliarquia proposto por Dahl (2012), sendo a participação e oposição política, como medida a formação de um índice combinado dessas dimensões para aferir o grau de democratização.

Com base em um trabalho mais recente, Boese (2019) explica as limitações do uso de bases de dados na pesquisa empírica baseando-se nas metodologias constitutivas dos projetos Polity IV, Freedom House e V-Dem, indicando que este último dado ao seu desenvolvimento metodológico tende a tornar-se o projeto de mensuração com maiores graus de aceitabilidade perante a comunidade científica ao longo do tempo. Esses trabalhos, pensados em momentos distintos comungam com a necessidade constante de aperfeiçoamento metodológico, sendo essa perspectiva ainda presente no debate atual.

Sobre essa questão, o Quadro 3 sintetiza as principais questões empreendidas ao debate da mensuração. O estabelecimento de uma definição com grau suficiente de clareza ainda é recorrente, uma vez que, sem clareza conceitual não há possibilidade do desenvolvimento quantificável de determinado fenômeno social (Gerring, 2000). A precisão quando a compreensão da qualidade democrática, também é compreendida como uma dimensão recorrente ao debate contemporâneo, especialmente pela expansão dos processos autocráticos na contemporaneidade (Variantes of Democracy, 2024).

Quanto a cobertura e fontes de pesquisa, ainda remetendo-se as ocorrências de hibridismo, é recorrente que as bases de dados não contemplem democracias não consolidadas ou em processo de democratização, situação pertinente aos estudos empíricos concentrados na América Latina, como é o caso da ausência de dados para esse recorte para leitura de momentos ditatórias pelas lentes do Democracy Matrix (2023).

Além de todas essas facetas do debate contemporâneo, uma das necessidades mais constantes versa sobre o desenvolvimento de testagem em massa da confiabilidade desses índices. Analisa-se isso pensando essencialmente na expansão da correlação entre essas medidas e dissecação da metodologia constitutiva desses índices, como condição ao avanço do debate da mensuração em casos práticos de pesquisa em que mesmo casos de análise são classificados em ocorrências diferentes.

No caso da “Tabela 1 – Classificação de Regimes Políticos na América Latina por tipologia e rankings segundo projetos de mensuração democrática (2020)” por exemplo, alguns índices podem classificar de forma diferentes casos em um mesmo período, como é o caso da Bolívia com os índices do V-Dem (Autocracia Eleitoral, 105º, 0,306) e Freedom House (Democracia Eleitoral, Parcialmente Livre, de 63 p.). Outro caso seria pensar a Colômbia, que no caso do D-Max é classificada como um Regime Híbrido, ocupando a posição 84º no ranking classificatório e como uma Democracia Falha pelo The EIA, ocupando o lugar no ranking 46º, com pontuação de 0,704. Tomando esses casos como exemplo, entendemos a urgência ao debate do desenvolvimento de testagem da aplicação dessas medidas.

Quadro 2 – Uma síntese ao debate contemporâneo para a mensuração democrática

QUESTÕES-CHAVE	DESCRIÇÃO
Definição	I) Não há consenso sobre um conceito unitário de democracia e isso pode influenciar problemas metodológicos nos índices a partir do nível de medição; II) Mesmo com a polissemia, a democracia é vista como o “governo do povo” quando se pensa em termos comuns ao uso do vocábulo; III) Os desafios normativos e descritivos existentes no processo de mensuração tornam impossível um conceito universalizado de democracia, e isso não representa um problema em si mesmo; IV) A perspectiva conceitual adotada pelo índice pode ser problematizada do ponto de vista de omissão de detalhes ou fuga do sentido central.
Precisão	I) Os índices não captam as variações nos sistemas democráticos em sua integralidade, sendo um fato inerente a observação de fenômenos sociais e políticos; II) Índices binários são insensíveis as variações do regime político, especialmente para o caso das situações de hibridismo (zonas cinzentas); III) Há mais sensibilidade as transformações políticas e sociais com o uso de medidas contínuas, mesmo que existam limitações para diferenças substanciais entre os regimes políticos.
Cobertura e Fontes	I) As limitações de cobertura temporal e geográfica são comuns aos índices; II) As principais limitações de fontes para a observação da democracia ao longo do tempo são em decorrência dos tipos usados (fonte histórica e pesquisa de opinião); III) A disponibilidade desigual de fontes consensuais entre os países e regiões afeta diretamente a consistência e confiabilidade dos índices.
Codificação	I) A codificação produzida por especialistas é o sistema de avaliação mais utilizado para a produção dos índices, porém a validade desse processo depende dos critérios adotados; II) Sob o ponto de vista dos questionários, a presença de ambiguidade e complexidade nas questões aplicadas limita a formação de uma visão geral de democracia, mesmo que seja possível alcançar certo grau de precisão para avaliações isoladas de indicadores;

	III) A subjetividade de julgamento presente no processo de codificação pode afetar negativamente a formação de um índice, especialmente no que se refere a agregações irracionais e imprecisas.
Agregação	I) A maioria dos índices adota regras de agregação aditivas; II) O debate da agregação dos subcomponentes segue gerando importantes reflexões sobre os graus de agregação; III) A abordagem de coleta de dados primários em nível desagregado é uma alternativa a formação dos índices; IV) A falta de dados históricos ou públicos para a formação dos indicadores segue sendo um fator central na obtenção da mensuração com maiores graus de detalhamento.
Validade e Confiabilidade	I) É preciso fortalecer o debate dos testes de confiabilidade quanto aos decodificadores dos índices; II) A correlação entre os índices precisa ser melhorada, quando observados casos de hibridismo ou de democracias com graus menores de consolidação; III) Diferenças entre os índices de democracia pode levar a conclusões divergentes no que se refere a pesquisas empíricas.

Fonte: O autor, com base em Coppedge *Et al.* (2011, p. 248–52); Munk (2003); Seawright e Collier (2014); Boese (2019), Vanhanen (2011) e Geissel *Et al.* (2016).

De forma geral, o debate sobre a aplicabilidade da mensuração concentra para o fenômeno democrático concentra-se na possibilidade de validação e confiabilidade do seu uso. De forma geral, como com qualquer meio para classificar ou qualificar fenômenos sociais e políticos, a validade de seus resultados está condicionada a avaliação periódica da metodologia aplicada e, conseqüentemente, dos resultados obtidos. Nesse caso, conforme crítica tecida pelos pesquisadores Coppedge *Et al.* (2011, p. 248), os EUA foi classificado ao longo do século XX e boa parte de XXI como uma Democracia Plena de acordo com a base de dados do Polity 2, mesmo em períodos em que mulheres e negros eram excluídos comumente do processo eleitoral.

Omissões como essas podem ser constantes no que se refere a mensuração democrática, de forma de o desenvolvimento de avaliações para a validade destes resultados torna-se essencial. Nesse sentido, Paxton (2000) em “*Women’s Suffrage in the Measurement of Democracy: Problems of Operationalization*” explica a incongruência entre a necessidade de sufrágio universal como indicador inerente a formação de um índice de democracia, em face da exclusão da população de mulheres do processo eleitoral ao longo do tempo, e que essa prática leva o entendimento de datas significativas de transição de regime político, o debate da emergência democrática e o entendimento de causas de democratização. O estudo torna-se muito significativo quando pensamos nas conseqüências de uma mensuração problemática tanto no campo das ideias como no campo material.

Essa necessidade fica ainda mais urgente quando pensada sob a perspectiva de países classificados como democracias não-consolidadas ou situados em contexto de hibridismo. Ao analisar alguns países da América Central, como Nicarágua e Costa Rica – que integram os países alvo de investigação do presente estudo, junto ao Brasil – trabalhos como os de Bowman *Et al.* (2005), explicam que falhas na codificação dos componentes de mensuração podem ser comuns, de forma que essa incongruência entre a representação material e os resultados dos índices podem levar ao erro sobre os diagnósticos desses regimes.

Como ilustração, os autores apresentam erros de medição nos índices Gasiorowski (1996), Polity IV (Marshall & Jaggers, 2002) e Vanhanen (2000) quanto ao referido recorte, com imprecisões que podem ser ainda mais evidentes em se tratando da mensuração em linhas temporais mais breves. Em síntese, quando pensamos a perspectiva comparativa empírica como uma agenda de investigação, partimos de Møller e Skaaning (2023) para enfatizar que uma das maiores preocupações em relação ao desenvolvimento da democracia enquanto um conceito-chave, aplica-se ao fato de que eles podem não corresponder bem aos dados empíricos que são usados para representá-los.

2.3 Comparando projetos de mensuração democrática: dimensões e outputs

No presente momento, buscamos discutir brevemente sobre as possibilidades de comparação entre projetos de mensuração. No Quadro 4, são apresentadas de forma comparada as variáveis e dimensões constitutivas utilizadas pelos projetos de mensuração em questão, onde damos ênfase ao fato de que um quadro como este é limitado pela própria natureza do objeto. Como visto no primeiro capítulo desta investigação, uma ideia constitutiva de democracia é o ponto inicial para sua respectiva mensuração, de forma que é possível verificar o uso de elementos em comum para as dimensões de análise, mas que podem ser medidos de forma diferente; ou possuem um impacto diverso no score final de medição.

Ainda sobre o Quadro 4, algumas questões importantes são colocadas. Ao analisarmos de forma comparada, percebe-se uma convergência entre as dimensões gerais, mas que não é tão clara quando pensado sob uma perspectiva de unidade de um elemento de mensuração. Além disso, estas medidas parecem versar ainda sobre perspectivas minimalistas, muito embora atribuam nomenclaturas ou níveis de abstração

diferentes para fenômenos representados. De forma geral, cada um dos projetos tem coberturas temporais distintas, variando entre o final do século XIX até a presente data (2024). Isso permite análises históricas longas e de períodos específicos em relação ao século passado (V-Dem e Democracy Matrix), como para mais recentes (The EIU e QOG). Observando também as dimensões constitutivas e as variáveis utilizadas, entendemos que há também uma diversidade de abordagens teóricas e metodológicas.

Além disso, a maioria dos projetos usa escala decimal para expressão dos seus dados. Muito embora isso não seja um impeditivo para a comparação, já o pesquisador pode converter medidas em uma escala comum, isso facilita o processo de equiparação de resultados. O mesmo ocorre com a escolha da escala cromática como um meio representativo, onde o uso de cores selecionadas geralmente são iguais ou possuem uma perspectiva próxima.

Quadro 3 – Variáveis e dimensões constitutivas por projetos de mensuração democrática

PROJETOS	COBERTURA TEMPORAL	DIMENSÃO CONSTITUTIVA E VARIÁVEIS	ESCALA
Democracy Matrix	1900 - presente	Liberdade, Igualdade e Controle	Numérica (decimal – 0 a 1) e cromática (vermelho ao verde)
V-Dem	1879 - presente	Eleitoral, Liberal, Participativo, Deliberativo e Igualitário	Numérica (decimal – 0 a 1) e cromática (vermelho ao azul)
The EIU	2006 - presente	Processo eleitoral e pluralismo, Liberdades Civas, Funcionamento do Governo, Participação e Cultura Política;	Numérica (decimal – 0 a 1)
Freedom House	1972 – presente	Liberdades Civas e Direitos Políticos	Numérica (decimal – 0 a 1) e cromática (purpura, mostarda e verde)
Polity IV/V	1946-2013 (presente)	Competitividade da Participação Política, Abertura e Competitividade do Recrutamento Executivo, Restrições ao Chefe do Executivo	Numérica (decimal – 0 a 1) e cromática (azul – vermelho)

Quality of Government Institute - QOG	1960-2014 ¹⁰	Imparcialidade no exercício do poder público, Profissionalismo na prestação dos serviços públicos, Medidas eficazes contra a corrupção	Numérica (decimal – 0 a 1) e cromática (vermelho – azul)
---------------------------------------	-------------------------	--	--

Fonte: O autor, com dados dos respectivos projetos.

Em continuidade, os projetos de mensuração também podem apresentar perspectivas distintas entre si quando pensamos a tipologia empregadas aos regimes políticos (Ver Quadro 5). No geral para o D-Max, a dimensão autocrática do regime político pode ser percebida entre autocracias absolutas ou moderadas, enquanto as situações de hibridismo remetem a observação de regimes híbridos ou zonas cinzentas, e, por fim, a democracia pode ser percebida oscilando entre deficitárias e funcionais. Em resumo, há a formação de uma perspectiva de gradação entre esses regimes, o que nos remete pensar nas influências do modelo da Poliarquia para pensar a formação democrática segundo esses projetos.

Por outro lado, para a classificação tipológica do V-Dem os regimes são classificados conforme autocracias fechadas e eleitorais, sendo essa uma situação que se aproxima de uma situação de hibridismo. Enquanto, para o conceito de democracia, são construídas cinco propostas: Eleitoral, Liberal, Deliberativa, Igualitária, Participativa. Em continuidade, há uma nítida diferença entre a tipificação do FH, que adota uma classificação tricotômica para compor seu índice de liberdade. Para além desses exemplos, torna-se necessário pensar nas possibilidades de abordagens entre esses projetos, e através da dissecação da ordem de formação destes buscar uma melhor escolha para a satisfação do respectivo objeto de pesquisa.

¹⁰ Quanto a cobertura temporal, os dados do *QoG* podem variar a depender do conjunto de informação de interesse, no entanto, geralmente há cobertura de um período entre 1960 até 2014, ou para algumas outras questões até o presente momento. Outro ponto a se destacar seria que os conjuntos de dados originais são criados pelos pesquisadores do *QoG* e se concentram em conceitos relacionados à qualidade do governo, transparência e administração pública, e não necessariamente a mensuração democrática. Como esses elementos podem ser indicadores de qualidade de democracia, e também a depender do conceito adotado, a base de dados em questão pode ser útil para pensar a classificação de regimes políticos. Para uma discussão mais detalhada ver Bågenholm Et al. (2021).

Quadro 4 – Tipologia de Regimes Políticos por projetos de mensuração democrática

PROJETOS DE MENSURAÇÃO	TIPOLOGIAS DE REGIMES POLÍTICOS		
	Autocracias	Situações de Hibridismo	Democracias
DEMOCRACY MATRIX	Autocracia Absoluta e Autocracia Moderada	Regimes Híbridos	Democracia Deficitária e Democracia Funcional
V-DEM	Autocracia Fechada e Autocracia Eleitoral	-	Democracia Eleitoral, Liberal, Deliberativa, Igualitária, Participativa
POLITY IV	Autoritarismo	Semidemocracia	Democracia
THE EIU	Regime Autoritário	Regime Híbrido	Democracia Falha e Plena
FREEDOM HOUSE	Não Livres	Parcialmente Livres	Livres
QUALITY OF GOVERNMENT INSTITUTE – QOG	Ditadura Real, Militar e Civil	-	Democracia Presidencial, Mista (Semipresidencial) e Parlamentar

Fonte: O autor, com dados dos respectivos projetos.

Trabalhos como os de Marshall & Jaggers (2002) exploram de perto essa problemática, explicando o envolvimento de diferentes escalas de democracia e seus respectivos resultados para um mesmo caso como um processo análogo a perspectiva metodológica de constituição dessas medidas. Isso especificamente pode vir a comprometer analisar com o objetivo da medição, uma vez que, a depender da escala utilizada, os resultados de pesquisa mudam, como é com o caso de mesmos períodos serem classificados como autocráticos ou democráticos (ver Tabela 1).

Tabela 1 – Classificação de Regimes Políticos na América Latina por tipologia e rankings segundo projetos de mensuração democrática (2020)

PAÍS	PROJETOS DE MENSURAÇÃO				
	D-MAX	V-DEM	THE EIU	FH ¹¹	INTERNATIONAL IDEA (GSOD) ¹²
Argentina	Democracia Deficitária (44° - 0,763)	Democracia Eleitoral (44° - 0,631)	Democracia Falha (48° - 0,695)	Democracia Eleitoral (Livre – 85 pts)	Desempenho Intermediário (0,87)
Bolívia	Regime Híbrido (97° - 0,521)	Autocracia Eleitoral (105° - 0,306)	Regime Híbrido (94° - 0,508)	Democracia Eleitoral (Parcialmente Livre – 63 pts)	Desempenho Intermediário (0,57)
Brasil	Democracia Deficitária (75° - 0,599)	Democracia Eleitoral (60° - 0,508)	Democracia Falha (49° - 0,692)	Democracia Eleitoral (Livre – 75 pts)	Desempenho Intermediário (0,78)
Chile	Democracia Funcional (29° - 0,84)	Democracia Eleitoral (25° - 0,762)	Democracia Plena (17° - 0,828)	Democracia Eleitoral (Livre 90 pts)	Desempenho intermediário (0,88)
Colômbia	Regime Híbrido (84° - 0,566)	Democracia Eleitoral (62° - 0,503)	Democracia Falha (46° - 0,704)	Democracia Eleitoral (Parcialmente Livre – 66 pts)	Desempenho Intermediário (0,75)
Costa Rica	Democracia Funcional (10° - 0,914)	Democracia Liberal (8° - 0,816)	Democracia Plena (18° - 0,816)	Democracia Eleitoral (Livre – 91 pts)	Desempenho Intermediário (0,97)

¹¹ O projeto Freedom in the World mede o nível de governança democrática em 29 países, o que por consequência demanda a classificação dos regimes políticos dos casos analisados. Atualmente, essa ferramenta, esses esforços fornecem sobretudo para alguns países da Europa Central à Ásia Central, por meio do relatório Nations in Transit. Nesse caso, não há cobertura informacional para a América Latina, entre outros territórios países e regiões. A classificação adotada com a ferramenta em questão compreende: Regimes Autoritários Consolidados (0-17), Regimes Autoritários Semiconsolidados (18-33), Regime Híbrido ou Transitório (34-50), Democracia Semiconsolidada (51-67), Democracia Consolidada (68-100). Na ausência de cobertura para a região alvo de investigação para a realização desse trabalho, utilizaremos a base de dados correspondente a Liberdade Global, indicador que contempla variáveis correspondentes a representação democrática, classificando países em Livres, Parcialmente Livres e Não livres.

¹² O presente projeto de mensuração utiliza-se dos Índices do Estado Global da Democracia (GSOD Índices) para promover a classificação democrática. Esses índices são constituídos baseados em múltiplas categorias, de forma que a democracia pensada nessa perspectiva de ferramenta não é expressa em um único índice. De forma geral, quatro são as possibilidades de variáveis diretamente ligadas a classificação dos regimes políticos: Governo Representativo, Direitos Fundamentais, Controle de Governo e Administração Imparcial. Para a construção da presente comparação, utilizaremos a variável Governo Representativo como score base para o desempenho democrático.

República Dominicana	Regime Híbrido (87° - 0,562)	Democracia Eleitoral (100° - 0,322)	Democracia Falha (63° - 0,632)	Democracia Eleitoral (Parcialmente Livre – 67 pts)	Desempenho Intermediário (0,72)
Equador	Democracia Deficitária (74° - 0,601)	Democracia Eleitoral (63° - 0,502)	Democracia Falha (69° - 0,613)	Democracia Eleitoral (Parcialmente Livre – 65)	Desempenho Intermediário (0,73)
El Salvador	Regime Híbrido (104° - 0,485)	Democracia Eleitoral (76° - 0,437)	Regime Híbrido (77° - 0,59)	Democracia Eleitoral (Parcialmente Livre – 66 pts)	Desempenho Baixo (0,66)
Guatemala	Regime Híbrido (98° - 0,504)	Democracia Eleitoral (86° - 0,396)	Regime Híbrido (97° - 0,497)	Não Democracia Eleitoral (Parcialmente Livre – 52 pts)	Desempenho Baixo (0,66)
Guiana	Democracia Deficitária (72° - 0,605)	Democracia Eleitoral (84° - 0,56)	Democracia Falha (75° - 0,601)	Democracia Eleitoral (Livre – 74)	Desempenho Intermediário (0,62)
Haiti	Autocracia Moderada (131° - 0,346)	Autocracia Eleitoral (121° - 0,239)	Regime Híbrido (106° - 0,422)	Não Figura como Democracia Eleitoral (Parcialmente Livre – 38 pts)	Regime Autoritário (0,40)
Honduras	Autocracia Moderada (122° - 0,379)	Autocracia Eleitoral (129° - 0,195)	Regime Híbrido (88° - 0,536)	Não Figura como Democracia Eleitoral (Parcialmente Livres – 45)	Desempenho Baixo (0,59)
México	Regime Híbrido (90° - 0,553)	Democracia Eleitoral (68° - 0,486)	Democracia Falha (72° - 0,607)	Democracia Eleitoral (Parcialmente Livre – 62 pts)	Desempenho Intermediário (0,71)
Nicarágua	Autocracia Moderada (156° - 0,137)	Autocracia Eleitoral (170° - 0,058)	Regime Autoritário (120° - 0,36)	Não Figura como Democracia Eleitoral (Não Livre – 31 pts)	Regime Autoritário (0,33)
Panamá	Democracia Deficitária	Democracia Eleitoral	Democracia Falha	Democracia Eleitoral	Desempenho Intermediário (0,82)

	(57° - 0,691)	(47° - 0,592)	(40° - 0,718)	(Livre – 84 pts)	
Paraguai	Democracia Deficitária (88° - 0,558)	Democracia Eleitoral (80° - 0,427)	Democracia Falha (67° - 0,618)	Democracia Eleitoral (Parcialmente Livre – 65 pts)	Baixo Desempenho (0,66)
Perú	Democracia Deficitária (50° - 0,716)	Democracia Eleitoral (40° - 0,674)	Democracia Falha (57° - 0,653)	Democracia Eleitoral (Livre – 72 pts)	Desempenho Intermediário (0,78)
Uruguai	Democracia Deficitária (27° - 0,847)	Democracia Liberal (19° - 0,78)	Democracia Plena (15° - 0,861)	Democracia Eleitoral (Livre – 98 pts)	Desempenho Intermediário (0,88)
Venezuela	Autocracia Absoluta (159° - 0,118)	Autocracia Eleitoral (163° - 0,086)	Regime Autoritário (143° - 0,276)	Não Figura como Democracia Eleitoral (Não Livre – 16 pts)	Regime Autoritário (0,27)

Fonte: O autor, com dados dos respectivos projetos.

Algumas considerações iniciais podem ser exploradas com base na Tabela 1, o que também nos auxiliou a explorar as possibilidades da nossa seleção de casos para nossa análise aplicada. Países como Argentina, Brasil e Equador, por exemplo, são geralmente classificados como democracias em processo de desenvolvimento, o que implica considerar os desafios enfrentados por esses casos do ponto de vista da formação de representação política e governança. Por outro lado, casos como os da Bolívia, Colômbia e México são mais próximos de regimes híbridos, compartilhando características autoritárias e democráticas em seu escopo político.

Ainda sobre a Tabela 1, outras considerações podem ser tomadas. O Chile e Costa Rica são exemplos de democracias funcionais, dado suas pontuações altas, levando a crer que, apesar da existência de problemas ligados a fenômenos políticos disfuncionais, a capacidade institucional desses países é suficiente para a manutenção do regime em face de possíveis mudanças adversas de regimes políticos. Por fim, casos como o Haiti e a Nicarágua são exemplos de classificações autocráticas, possuindo baixas classificações nos rankings e desempenho nas variáveis de representação.

Conforme a Tabela 1, notamos que apesar do grau considerável de convergência entre as medidas, alguns casos podem levar a resultados diferentes a do projeto de mensuração utilizado. É o caso de se pensar a Bolívia que pode assumir a classificação

de um regime híbrido, segundo o The EIU e D-Max; autocracia eleitoral, pelas vias do V-Dem e uma democracia eleitoral pela ótica do FH. Outro exemplo é a Colômbia, que pode ser classificada como um regime híbrido pelo D-Max e uma democracia eleitoral para o V-Dem, FH e The EIU. Outro exemplo pode ser observado pelo caso da República Dominicana, tido como regime híbrido para o D-Max (87° - 0,562) e uma democracia falha para o The EIU (63° - 0,632).

É com base nisso que Coppedge (2011) defende a necessidade de aperfeiçoamento dos índices de democracia sob o ponto de vista de sua confiabilidade material, realizando isso por meio de testagem em massa dos protocolos metodológicos utilizadas para concebê-los, bem como com as bases de dados que os alimenta através de replicação de resultados de pesquisas diversas na busca por avanço no debate. É com base nisso que o projeto de mensuração V-Dem (Pemstein et al., 2018) atualmente adota como abordagem estatística para a estimação de erro nas respostas obtidas por especialistas o “*Item-Response Theory (IRT)*”¹³, como forma de manter a avaliação mais precisa em relação a formação de consenso para um determinado caso de análise.

2.4 Uma síntese necessária: conceituação, operacionalização e agregação

O presente capítulo deste trabalho possui uma importância de destaque para nosso trabalho, uma vez que através dele propomos uma introdução ao desenvolvimento de um estudo aplicado sobre as possibilidades de atribuição de medidas para a democracia. Os três elementos-chave dessa seção – conceituação, operacionalização e agregação – foram apresentados ao longo do trabalho, de forma que no presente espaço buscaremos apresentar uma síntese necessária como fio condutor da última discussão proposta.

Os índices democráticos são instrumentos analíticos que possuem função de classificar e qualificar regimes políticos. É através da formação deles que podemos refletir de forma mais direta sobre a condicionantes de trajetória histórica, cultura política, engenharia institucional, entre outros; de forma a ser possível termos uma visão mais assertiva sobre estratégias de aperfeiçoamento democrático.

¹³ Ver Mellenbergh (1994), Cai et al. (2016) e Coppedge et al., (2018) para uma introdução ao uso da metodologia como forma de contribuição a qualidade estrutural do índice.

São muitas as possibilidades de medidas de democracia que podem ser exploradas. No trabalho de Munk (2003), o autor apresenta cinco índices de democracia que se desdobram um número muito amplo de indicadores de regime político e governança. Sobre essas medidas, o autor explica que apesar de possuírem alta correlação, eles podem ser muito diferentes entre si. Em uma visão mais geral, o Polity IV, FreedomHouse e o V-Dem, são alguns dos exemplos que usualmente integram as análises científicas quantitativas ou quali-quantitativas nas ciências interessadas na matéria. Como esses indicadores estão em permanente estado de aperfeiçoamento, podem-se apontar mudanças constantes nas formas que eles mensuram a democracia, bem como o surgimento de novos indicadores destinados a melhor compreensão do conteúdo e definição de regimes políticos.

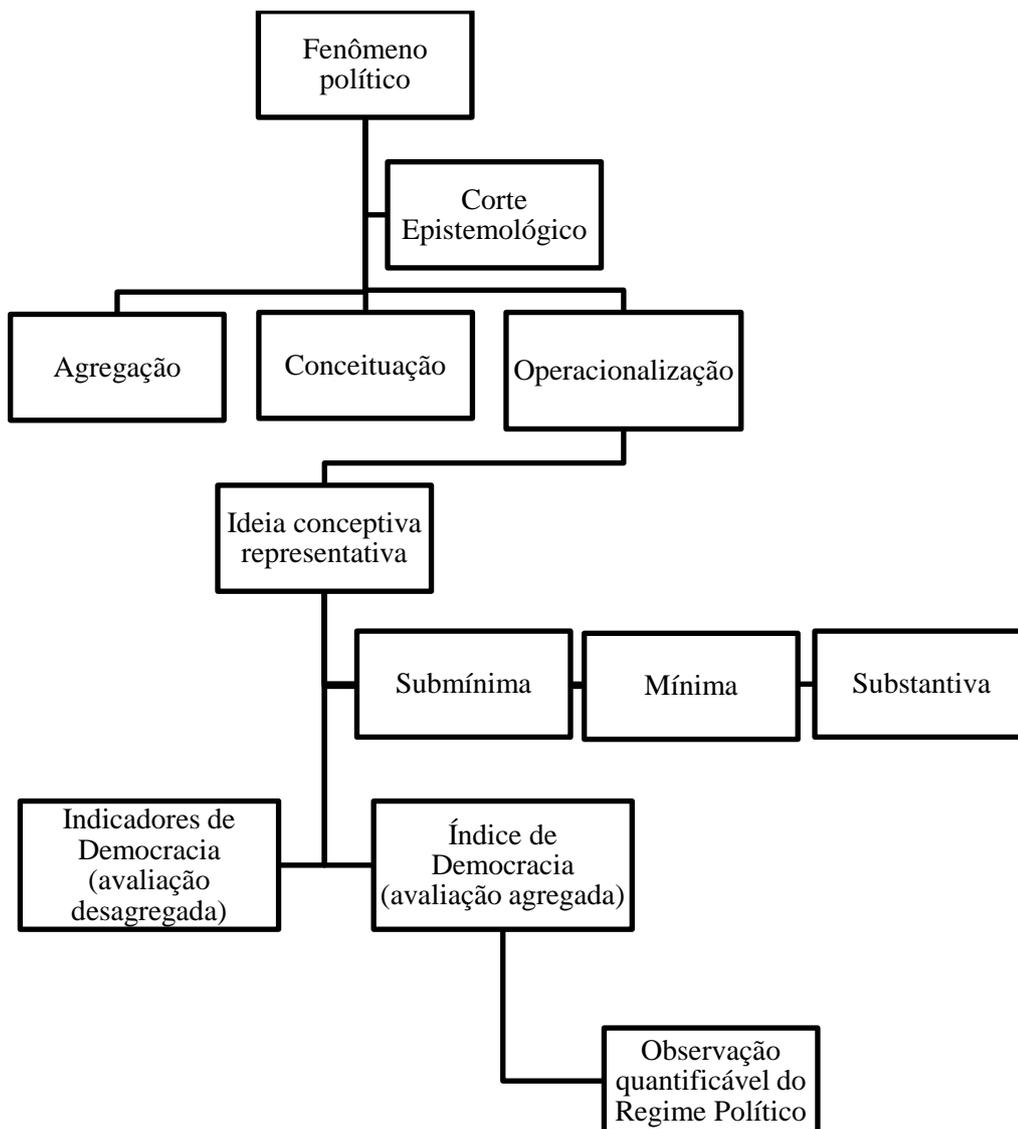
Sobre o processo de quantificação dos fenômenos políticos, três processos são realizados. Primeiro, a conceituação corresponde a prática de definição suficiente e eficiente de determinado conceito. Esteve deve possuir capacidade explicativa em face das muitas possibilidades materiais deste, de forma que saber quais elementos específicos devem ser inseridos no modelo torna-se essencial para a pesquisa empírica (Lauth e Lemm, 2012). A ausência de clareza para a formação de consenso de um conceito é talvez o desafio mais significativo da matéria (Lauth e Schlenkrich, 2018), o que auxilia inclusive o processo de agregação do conceito em indicadores menores para a formação do índice geral.

Em segundo lugar a agregação pode ser sintetizada pelo seguinte questionamento: “quais indicadores combinar num único índice, se devem ser somados ou multiplicados, e quanto devem ser ponderados?” (Coppedge, 2011, p. 250). No geral, torna-se necessário perseguir a formação de regras de agregação claras e operacionais, levando em consideração que a ideia é reproduzir adequadamente um conceito de democracia válido. Além disso, a coleta de dados desagregados permite que os pesquisadores definam as regras de agregação, promovendo maior precisão e especificidade para as diversas pesquisas, desde que se atente aos critérios de busca por nexo teórico entre os elementos.

Por fim, a operacionalização consiste na observância da usualidade dessas medidas produzidas. Com a sucessão desses processos, uma vez já definidos e mensurados devidamente, os regimes políticos podem ser comparados ao longo do tempo entre países. Indicadores e índices diversos podem ser usados para medir a democracia, agregados ou desagregados em diversos níveis, de forma que podemos compreender

diversos aspectos do regime político, como é o caso do estado das liberdades civis ou direitos políticos. Um exemplo prático do desencadeamento desse processo pode ser observado na proposta de Lauth (2015) como ilustração de medição para a Rússia, Itália e EUA tomando como base o Democracy Matrix.

Figura 2 – Fluxograma do processo de formação dos índices de democracia



Fonte: O autor.

A Figura 2 ilustra o fluxograma alcançado na realização da presente investigação do processo metodológico de analisar e quantificar fenômenos políticos no geral, com principal ênfase na democracia. O processo engloba pensar em termos procedimentais desde a definição conceitual até a avaliação prática (Högström, 2013; Munck e Verkuilen,

2002). quando desfrutamos do índice já construído para a produção das análises acerca da qualidade dos regimes políticos.

Descritivamente, aponta-se o fenômeno político-social que se deseja explorar. Com o devido corte epistemológico, há segurança para dizer que se analisa um fenômeno em estado isolado a outros que eventualmente podem englobar pensá-lo. Em seguida, forma-se o valor propriamente dito, que por sua vez passa pelo seu processo de constituição, nas etapas de conceituação, agregação e operacionalização. Nesse ponto, temos um índice ou um indicador de democracia que tem como substância uma ideia conceptiva, ao passo que o produto dessa relação se torna operacional para contemplar objetos de pesquisa de uma forma geral.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

No presente capítulo, discutiremos a estratégia metodológica adotada para a realização desta pesquisa. Em termos gerais, propomos uma pesquisa descritiva, uma vez que descrevemos o processo da mensuração democrática e suas principais implicações teóricas para sua constituição metodológica. Em função da própria natureza do objeto, adotamos como metodologia estudo de caso, de forma que comparamos métricas de três projetos: o *Varieties of Democracy* (V-Dem), *Democracy Matrix* (D-Max) e *Freedom House* (FH). Incorporamos a nossa análise o uso análise estatística descritiva como meio de apresentação de nosso universo de dados, que por sua vez são secundários e dispostos em variáveis contínuas e categóricas quanto.

Nesse sentido, nossa estratégia metodológica pode ser reduzida a três eixos. Primeiro, apresentamos uma revisão de literatura para a seleção de referencial teórico, aproximação do olhar ao objeto de análise e desenvolvimento da questão de pesquisa (Capítulo I). Depois, propomos analisar de forma introdutória o desempenho de alguns projetos de mensuração democrática e suas respectivas implicações teóricas para sua formação metodológicas nos níveis de conceituação, operacionalização e mensuração (Capítulo II). Em um terceiro momento, propomos um breve estudo de caso partindo das duas reflexões propostas anteriormente, de forma a ilustrar descritivamente a mensuração democrática por meio desses projetos – primeiro em relação aos diferentes conceitos de democracia compreendidos pelo V-Dem e, em segundo lugar, comparando os três índices de análise propriamente ditos (Capítulo IV).

3.1 Implicações gerais ao desenho de pesquisa

As análises foram feitas visando descrever as possibilidades de mensuração democrática com base nas escolhas teóricas para compor a ideia conceitual de um índice, influenciando na sua metodologia e respectiva operacionalização. Nesse caso, buscamos analisar a proposta classificatória dos regimes políticos nos projetos selecionados, levando em consideração a pluralidade de possibilidades de abordagens teóricas admitidas neles.

Como descrito no início do Capítulo I, nossa pesquisa é iniciada com uma consulta por palavras-chave ao *Publish or Perish* (Harzing, 2007) com os termos:

“*democracy*” e “*measuring of democracy*”. Aqui, objetivamos mapear o debate tomando como base dados brutos por citação do Google Acadêmico sobre as obras de maior impacto constantes a esses termos, de forma que selecionamos nossa bibliografia, formamos nossa questão de pesquisa e nos situamos no debate de influência do desenvolvimento da teoria democrática para as diferentes medidas de democracia.

Descrevemos as possibilidades de mensuração de democracia na América Latina de forma generalizada, mas enfocando três casos especificamente: A Nicarágua, Brasil e Costa Rica. Esses três países perpassam uma gama muito ampla de possibilidades ao fenômeno político em questão, desde a deterioração do regime; ao seu fortalecimento e erosão após a redemocratização; até um com características mais estáveis.

O primeiro caso, a Nicarágua, é considerada um regime autoritário por índices de democracia como o V-Dem (2024), Freedom House (2024) e D-Max (2024). O Brasil, por sua vez, é considerado como uma democracia pelas mesmas fontes, mas que vive um preocupante processo recessivo. Por outro lado, a Costa Rica é tida como um regime com característica mais estáveis dadas as suas pontuações.

Ainda sobre nossa seleção, sua realização deu-se primariamente com o uso de algumas ferramentas de análise online. Como ilustração, a ferramenta *Profile Comparison* do D-Max, para que seja possível verificar perfis de transformação democrática em face da situação da qualidade democrática. Ou como o projeto *Varieties of Autocracy and Autocratization* (V-Aut), do V-Dem, que tem como objetivo contribuir para o debate de como os regimes políticos movem-se em direção a autocratização, bem como sobre a situação de estabilidade e institucionalização destes. Além dos relatórios anuais de sobre a qualidade da democracia no mundo, que fornece diagnósticos sobre as possibilidades de mudanças adversas em regime político, como é o caso do *Freedom in the World* (FIW), do FH, ou o *Democracy Reports* do V-Dem. Partimos dessa análise primária para a seleção dos casos de análise, de forma a podermos pensar uma variedade ampla de possibilidades ao regime político por meio da investigação desses três.

Como demandado pela questão e objeto de investigação, buscamos apresentar nossos achados a nível teórico-conceitual e empírico-mensurado. Dizemos isso pois, primeiro partimos da necessidade de mapeamento do debate da mensuração dos fenômenos político-sociais na contemporaneidade, onde perpassamos alguns eixos teóricos essenciais para se refletir como a atividade da mensuração pode contribuir para o desenvolvimento democrático (Capítulos I e II). Em sequência, o desenvolvimento de

um estudo aplicado é feito em formato de EC, como forma de descrever a aplicação dos índices de democracia (Capítulo 4).

3.2 Objetivos

Para que nossa pergunta de pesquisa possa ser respondida – *Como as diferentes leituras teóricas de democracia geram diferentes métricas de mensuração?* – estabelecemos como Objetivo Geral: *descrever a mensuração democrática em face do seu caráter polissêmico e das dificuldades de mensuração de fenômenos políticos sociais.* Para que esse objetivo maior seja alcançado, estabelecemos objetivos específicos que integram o processo investigativo.

Como objetivos específicos, discorremos acerca de algumas das etapas essenciais da realização da pesquisa. Primeiro, buscamos analisar algumas das diversas abordagens teóricas presente na literatura para a classificação e qualificação de regimes políticos. Em segundo lugar, propomos examinar a abordagem conceitual dos diferentes projetos de mensuração democrática e sua respectiva abordagem metodológica. Além disso, entendemos ser útil identificar as diferentes formas de mensuração democrática no contexto de pluralidade de indicadores e índices. Por fim, buscamos desenvolver um breve estudo de caso sobre a aplicabilidade desses projetos de mensuração.

3.3 Justificativa

Sobre os assuntos que versam sobre a terceira onda de democratização (Huntington, 1991), a preocupação com a erosão do regime político tem sido constante, talvez sendo considerada a contra-onda democrática no nosso tempo agindo diretamente sobre a estabilidade política do regime. Nesse sentido, Ballestrin (2017) explica que parte dessas preocupações são relativas ao processo de fragilização dos fundamentos democráticos, apontando para um processo de implosão desses princípios. Nesse sentido, leva-se em consideração que comportamentos e discursos autoritários e anti-humanistas – e, conseqüentemente, antidemocráticos – como elemento político chave para compreender esse processo de recessão ou estagnação.

Como forma de exemplificação do exposto, podemos utilizar como ilustração o indicador de liberdades políticas e civis que integram a metodologia de análise da *Freedom in the World: Democracy under Siege* da *Freedom* (Under Siege, 2021). Nos Estados Unidos da América, uma das democracias referenciadas por estudos de áreas diversas quanto à qualidade e estabilidade desta, houve uma recessão de 11 pontos totais de 2010 (94) em relação a 2020 (83), o que corrobora com tese de recessão democrática potencializada na década de 2010 a 2020 (Freedom House, 2021, p.10). Alguns desses fatores apontados pelo relatório incluem: corrupção política e conflitos de interesse; falta de transparência para a governança; políticas punitivas de imigração e asilo político, entre outras.

Além disso, o relatório em questão tornou-se essencialmente emblemático ao apontar que por 15 anos consecutivos a liberdade em níveis globais vem declinando (Freedom House, 2021, p.1). Esse postulado nos permite perceber a possibilidade de avaliação da qualidade democrática através dos projetos de mensuração, já que quando explicamos empiricamente o declínio da democracia liberal fazemos isso por meio da observação dos princípios usualmente inerentes a formação do regime democrático para o projeto em questão (liberdade política e defesa aos direitos civis).

Ainda, conforme aponta o FH (2021, p.4) o número de países com o status de Livre caiu de 89 em 2005 para 82 em 2020, Parcialmente Livres de 58 em 2005 para 59 em 2020 e Não Livres de 45 em 2005 para 54 em 2020. Isso significa dizer que, em termos globais até 2021, 42% da população mundial vivia em um país considerado Livre por esses parâmetros, 30% em Parcialmente Livres, e 28% em países Não Livres. Esse último dados em especial nos remete as preocupações acerca dos regimes híbridos ou zonas cinzentas, que comungam características de regimes democráticos e autocráticos em uma mesma espécie. Essa discussão torna-se essencialmente importante para nosso eixo de pesquisa dedicado a pensar a questão da pluralidade de definições de democracia, que não deve ser motivo para uma elasticidade conceitual que gere divergência de classificação ao regime político em casos que mesclam características democráticas e autocráticas.

Nessa mesma perspectiva, os relatórios anuais *Democracy Reports* (DR) do Instituto V-Dem apontam preocupações com a qualidade do regime em face da possibilidade de expansão de elementos autocráticos. Analisaremos isso através da forma com a qual os títulos desses relatórios foram dispostos, entre 2017 e 2024. Em 2017, o DR foi titulado como “*Democracy at Dusk?*”; seguido por “*Democracy for All?*” (2018);

“Democracy Facing Global Challenges” (2019); *“Autocratization Surges – Resistance Grows”* (2020); *“Autocratization Turns Viral”* (2021); *“Autocratization Changing Nature?”* (2022); *“Defiance in the Face of Autocratization”* (2023); e, finalmente *“Democracy Winning and Losing at the Ballot”* (2024).

Analisando as palavras chaves desses títulos e as recomendações dos documentos para os problemas mais recorrentes ao regime político, percebemos alguns pontos de atenção imprescindíveis. Primeiro, o processo de autocratização representa um risco eminente aos valores democráticos, como nota-se com os relatórios de 2020, 2021, 2022 e 2023. Com especial foco no DR 2021, adjectiva-se a autoratização como um fenômeno viral em termos globais em paralelo aos desafios enfrentados pela manutenção da estabilidade democrática ao longo da pandemia do COVID-19. No ano em questão, a tendência de queda nos indicadores de democracia liberal se manteve conforma a década passada ao relatório, onde as principais regiões globais afetadas foram a Ásia-Pacífico, Ásia Central, Europa Oriental e América Latina, com médias democráticas antes vistas apenas na década de 1990 (Papada et al, 2023, p. 13). Além disso, adotando como parâmetro a mesma referência, as democracias liberais diminuíram quantitativamente ao longo da última década, passando de 41 países em 2010 para 32 em 2020, e qualitativamente quando pensamos a expansão das situações de hibridismo no mundo.

Adotando como referência o último DR correspondente ao ano de 2024, entendemos a urgência do desenvolvimento investigações que pensem empiricamente as democracias. Primeiro, o nível democratização do ano de 2023 é comparável ao de 1985, uma vez que desde 2009 a proporção da população mundial que vive em países autocráticos supera aquela que vive em países democrático, tendo a Índia atualmente como principal ponto de atenção entre esses casos, abrangendo metade desse número. Além disso, quando pensamos na perspectiva de expansão da autocratização no mundo, para o ano em questão 42 países estão passando por algum processo de inclinação a autocracia, enquanto 18 para a democratização. Dos 42 países com riscos a autocratização, 22 apresentam fragilização a autonomia eleitoral destes. No geral, existe em curso uma onda de volatilidade as democracias, com flexibilização dos componentes necessários para seu bom funcionamento, como é o caso de eleições livres e justas.

Além disso, no relatório *The Global State Of Democracy 2023: The New Checks and Balances*, anualmente produzido pelo instituto *International Institute for Democracy and Electoral Assistance* (International IDEA), a democracia continua a apresentar declínio progressivo. Segundo o relatório, há em curso a nível global um

processo de declínio ou estagnação, levando em conta que em 2021 a contagem para os indicadores de desempenho líquido das democracias, sendo o maior padrão de declínio contabilizado pela série histórica que o projeto cobre (1975 – atualmente). Segundo o relatório,

Measured in terms of the areas of improvement and decline within each country, 2022 was the sixth consecutive year in which more countries experienced net declines in democratic processes than net improvements. In short, democracy is still in trouble, stagnant at best, and declining in many places. (International IDEA, 2023, p. 207).

Essa configuração faz emergir novos desafios para a manutenção dos regimes democráticos, bem como para o desenvolvimento de pesquisas que visem antecipar os devidos tratamentos para a fragilização das democracias no séc. XXI. Em conformidade, Levitsky e Ziblatt (2018, p. 17) explicam que esse processo se mostra de difícil compreensão tanto do ponto de vista de perceber os atos antidemocráticos como também de agir perante eles. É com base nisso que acreditamos que o aperfeiçoamento da mensuração pode auxiliar na compreensão de fenômenos políticos disfuncionais que geram dano a ordem democrática, e fundamentar planos de ação específicos para essas ocorrências.

Conforme o *Our World in Data* (V-Dem, 2023), o número de pessoas ao redor do mundo que vivem em regimes com acepção autocrática vem aumentando. Estima-se que desde a década de 1950 a população mundial, em termos absolutos, passou a viver em regimes de acepção democrática; enquanto, para os casos em que se considera autocracias absolutas vem regredindo drasticamente. Nesse caso, a população mundial que vivia sobre essa modalidade passou de 81% em 1944, para 11% em 2012, o que representa um avanço do modelo democrático para a administração da vida social, em que o regime passou a ser típico em relação à figura do Estado contemporâneo.

Porém, quando analisamos outras perspectivas desses dados, a população mundial vivendo sobre autocracias fechadas passou a ser de 16% em 2022, o que representa um aumento de 4% no quantitativo populacional inserido em dez anos. Além disso, o número de pessoas vivendo em autocracias eleitorais vem aumentando progressivamente desde a década de 1990, o que demanda atenção para a institucionalização de elementos autocráticos em regimes com perspectiva mista.

Advogamos que a manutenção da qualidade democracia é imprescindível para o desenvolvimento de outros fenômenos políticos e sociais que assegurem a coexistência

humana. Sendo assim, acreditamos que contribuir para a o avanço do campo de estudo é uma estratégia de considerável importância para a melhoria da qualidade de vida da população, levando em consideração a caracterização de autocracias em relação aos direitos políticos, liberdades civis e lideranças não eleitas exercendo tutela militarizada.

Do ponto de vista acadêmico, o aperfeiçoamento dos instrumentos de mensuração democrática pode auxiliar a imaginar possibilidades de consolidação do regime em vários cenários. Partindo da perspectiva de Huntington (1991), uma contra onda de democracia seria um horizonte possível para a materialidade do regime na presente data, sendo necessário identificar os principais pontos de atenção de fragilidade desses regimes, o que pode gerar novos conhecimentos no debate sobre a qualidade democrática. Dessa forma, entendemos que a realização da pesquisa talvez possa contribuir para o debate sob o ponto de vista social e acadêmico.

3.4 Dimensões do conjunto de dados

Conforme descrevem Kellstedt e Whitten (2013, p. 107) um conjunto de dados observacionais é definido de acordo com as variáveis que são atribuídas para representá-los, bem como pelas unidades espaciais e temporais de sua mensuração. Utilizamos esse entendimento para classificar os componentes de nossas análises, onde exploraremos nosso conjunto de dados distribuídos em variáveis contínuas como é o caso dos índices de democracia em formato de *scores*, e categóricas com a classificação de regimes políticos, por exemplo.

Outro ponto a ser discutido no que se refere a determinação das variáveis de trabalho versa sobre as dimensões admitidas por ela. Ainda fazendo uso da classificação obtida em Kellstedt e Whitten (2013, p. 52-3), entendemos como sendo nossa medida espacial ou objeto de análise os índices de democracia do V-Dem, D-Max e FH, lendo-os em medidas temporais em ano. A amostra de conveniência para nosso trabalho foi escolhida com base nos critérios de acessibilidade de informação e relativo consenso quando ao uso desses índices no debate acadêmico da mensuração. Isso também se aplica as medidas temporais, que foram selecionadas com base nas disponibilidades de dados comuns aos três índices nas suas respectivas faixas de cobertura.

Além disso, como forma de garantir a testagem¹⁴ dos resultados aqui apresentados, disponibilizaremos o banco de dados formado para a realização da nossa análise. Utilizamos integralmente dados secundários coletados dos *web sites* dos próprios projetos, apresentados de forma nata em escala decimal. Uma vez formado nosso banco de dados¹⁵, apresentamos nossos achados nos valendo de estatística descritiva com medidas de tendência central e comportamento dos valores em escalas temporais. Discutiremos com maior profundidade esses componentes nas subseções seguintes.

3.3.4 Da coleta e formação do banco de dados

Coletamos nossos dados diretamente nos sites institucionais dos projetos de mensuração. Parte desses dados foram coletados sem a necessidade de tratamento, já que há uma variedade ampla de ferramentas de análise online, o que facilita o processo observacional. Mas essa ocorrência manteve-se essencialmente restrita ao uso de dados para a análise do uso dos índices democráticos para a observação do regime, pois ao que se refere ao uso dos índices de forma aplicada, criamos o banco de dados contento os devidos tratamento de reserva de caso e série temporal para a análise.

A coleta foi realizada em agosto de 2023, organizada em formato XLSX utilizando o software Excel. Adotamos o formato com base na sua acessibilidade e disponibilidade, o que deve facilitar o processo de replicação. Basicamente, os dados foram obtidos através de relatórios anuais de aferição de qualidade democrática, como o *Freedom in The Word* do FH ou o *Democracy Report* do V-Dem; dos *rankings* classificatórios dos projetos; e dos próprios *dataset* dos projetos. Além disso, utilizamos os livros-código (*codebook*) desenvolvendo uma análise documental em seu conteúdo

¹⁴ A prática da replicação (*replication*) agrega diversos benefícios ao avanço do conhecimento científico. Há um forte debate sobre a negligência e, conseqüentemente, a urgência da prática devido ao seu impacto no conhecimento nas ciências sociais, recomendamos ver o debate de Schmidt (2009) e Freese & Peterson (2017) como forma de aprofundamento as questões inerentes a prática da replicação.

¹⁵ O banco de dados utilizado para nossa análise é formado sob dois membros: primeiro, são apresentados os dados inerentes ao comportamento dos cinco índices de democracia segundo o V-Dem (Liberal, Participativa, Igualitária, Deliberativa e Eleitoral); e, em seguida, a apresentação dos índices individuais. Em ambos os casos, as pontuações inerentes aos índices são aplicadas aos quatro indivíduos para assentar nossa análise: a América Latina, Nicarágua, Brasil e Costa Rica. No caso da seleção desses países, assim como na seleção dos índices de análise também se trata de uma amostra de conveniência, já que nessa amostra podemos perceber comportamentos democráticos distintos. O banco de dados pode ser acessado pelo [link: https://1drv.ms/x/c/0ea434f213c5f80d/ERj9MgmerAxFp6INuo0NtzoB7fcdPAz6PhhKfnWQlcf9jg?e=jSWo11](https://1drv.ms/x/c/0ea434f213c5f80d/ERj9MgmerAxFp6INuo0NtzoB7fcdPAz6PhhKfnWQlcf9jg?e=jSWo11)

para levantar informações acerca da constituição metodológica dos índices de democracia, sendo o caso dos questionários direcionados aos especialistas para a atribuição das pontuações aos indicadores, e respectivamente, da formação dos índices (ver Anexos D e E).

Quanto a nossa população e amostra de trabalho, consideramos a América Latina e três países especificamente (Nicarágua, Brasil e Costa Rica), respectivamente. Primeiro, quanto a população acreditamos ser representativo o caso da América Latina por possuir diferentes casos de efetivação ou depreciação democrática. No caso da nossa amostra, ela há uma reserva de conveniência aos casos: a Nicarágua como uma democracia que declinou a autocratização dos anos de 1990 até o presente momento (2024), o Brasil como um regime democrático instituído pós-ditatorial e a Costa Rica como o caso de uma democracia que se manteve estável ao longo dos anos de 1970 até o presente momento. No geral, podemos perceber perspectivas variadas da democracia nesses três casos de forma comparada.

Uma vez tratado, o banco de dados divide-se em duas partes: primeiro, analisamos a pluralidade conceitual da democracia e, em seguida, compõem o estudo de caso em si. Inicialmente, utilizamos os cinco índices de democracia do V-Dem (Liberal, Eleitoral, Deliberativo, Participativo e Igualitário) para analisar a forma com a qual estes comportam-se nas series temporais de cada caso: América Latina (1972 – 2022), Nicarágua (1960 – 2022), Brasil (1960 – 2022) e Costa Rica (1960 – 2022).

Quanto a análise de desempenho dos três índices (V-Dem, D-Max e FH), a limitação da faixa temporal deu-se tanto pela ausência de dados nas séries como no caso da ausência de cobertura do D-Max como pela limitação fática a cobertura do FH, que tem início no ano de 1972. Nesse caso, temos como série temporal para a segunda parte da análise a América Latina (1972 – 2020), Nicarágua (1990 – 2006), Brasil (1986 – 2020) e Costa Rica (1972 – 2020).

O Brasil, Costa Rica e Nicarágua são casos que despertam constante interesse nos estudos relativos a classificação de regimes políticos (Bowman Et al., 2005), pelas muitas possibilidades de exploração de perspectivas diversas de democracia nesses recortes. Assim, a seleção por conveniência baseia-se tanto na literatura, como na própria caracterização comparada desses países por meio da Tabela 1.

3.3.2 Dos métodos de análise

Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, e levando em consideração a abordagem mista do trabalho, realizamos análise documental e de estatística descritiva para que os objetivos propostos fossem alcançados.

Como visto, a formação dos indicadores de democracia parte de uma concepção predefinida do que se entende por esse regime político. Essa premissa permite qualificar ou desqualificar o status democrático do caso analisado, cabendo para essa pesquisa compreender a formação metodológica e desempenho empírico desses projetos.

Do ponto de vista da análise documental, analisamos de que forma as metodologias desses indicadores permitem divergências ou aproximações entre eles. Por meio de informações constitutivas desses indicadores, podemos perceber a abordagem conceitual desses e suas respectivas influências.

Quanto ao uso de estatística descritiva, utilizamos esse método de análise para entender a aplicação empírica desses indicadores. Nesse caso, partimos de alguns casos de países da América Latina para compreender a capacidade de reação desses indicadores as transformações nesses regimes políticos, bem como a maneira com a qual esses indicadores podem ser úteis para refletir sobre situações de atenção nos casos analisados. Baseamo-nos especialmente na emergência de uma literatura que busca traçar meios para superar as possibilidades de crise, retração ou estagnação democrática (Diamond, 2005; Levtsky e Ziblatt, 2018; Runciman, 2018; Przeworski, 2018; Brown, 2019; Wood, 2007).

Nesse sentido, em seguida propomos um breve estudo de caso acerca da mensuração democrática. Com o breve estudo de caso, visamos descrever de que forma os projetos de medição são instituídos e operacionalizados.

3.4 Unidade de Observação

Por fim, nossa unidade de observação dá-se pelo uso comparado de três índices. Espera-se com isso identificar de que forma eles se comportam em relação a um mesmo período e espaço. Usamos os índices de três projetos: o de Democracia Liberal do V-Dem, o geral do FH formado através dos seus dois polos constitutivos e o do D-Max utilizando os três índices de formação da ideia central de democracia.

3.4.1 Índice de Democracia Liberal (V-Dem)

A formação do índice de Democracia Liberal pelo V-Dem pode ser analisada conforme o Quadro 2. O processo de formação do índice segue o que se explica na Figura 2, de onde se estabelece uma ideia conceitual por meio de um questionamento; seguida pela formação de sua classificação através de um conceito posto difundido sobre uma ideia mínima de democracia; para então ser operacionalizado por meio da sua respectiva fórmula de agregação.

Quadro 5 – Estruturação do índice para o V-Dem

COMPONENTES	DESCRIÇÃO
Questionamento	Até que ponto o ideal da democracia liberal é alcançado?
Classificação	The liberal principle of democracy emphasizes the importance of protecting individual and minority rights against the tyranny of the state and the tyranny of the majority. The liberal model takes a "negative" view of political power insofar as it judges the quality of democracy by the limits placed on government. This is achieved by constitutionally protected civil liberties, strong rule of law, an independent judiciary, and effective checks and balances that, together, limit the exercise of executive power. To make this a measure of liberal democracy, the index also takes the level of electoral democracy into account.
Fórmula de Agregação	$v2x_libdem = .25 * v2x_polyarchy1.585 + .25 * v2x_liberal + .5 * v2x_polyarchy1.585 * v2x_liberal$

Fonte: V-Dem Codebook (Coppedge, 2024, p. 48).

O conceito explora até que ponto o ideal da democracia liberal pode ser alcançado. O primeiro ponto versa em quantificar o princípio da democracia liberal, traduzido na proteção aos direitos individuais e das minorias contra as tiranias instrumentais do Estado ou da maioria. Além disso, agrega-se uma visão negativa de poder, levando em consideração a necessidade de limitações a prática da governança afim de proteger os grupos anteriormente citados, por de, por exemplo: garantia constitucional das liberdades civis, manutenção do Estado de Direito, independência do judiciário, funcionalidade indiscutível do sistema de freios e contrapesos, entre outros. No geral, considera-se não somente a qualidade atribuída a democracia liberal, como também a limitação aos governos.

3.4.2 Índice de Liberdade (Freedom House)

O *Freedom in the World (FW)* é um relatório anual publicado pelo *Freedom House*, que fornece informações sobre dos direitos políticos e das liberdades civis a nível mundial. O índice constituído nesses relatórios pondera essas duas dimensões na formação de um score médio, levando em consideração tais componentes essenciais da democracia, partindo-se da premissa de que esses indicadores podem melhor desenvolver-se em democracias liberais (Freedom House, 2024).

O índice a ser utilizado na pesquisa é justamente o explorado pelos relatórios anuais do projeto. A fonte de informação utilizada pelos pesquisadores para a preparação na resposta da pesquisa sobre a qualidade democrática é muito ampla, levando em consideração o uso de artigos científicos, relatórios de ONGs locais, notícias, pesquisas de campo, entre outros. A pontuação máxima atribuída para a dimensão de Direitos Políticos é de 40 pontos, enquanto a de Liberdades Civis é de 60 pontos (Freedom House, 2024, p. 2). Através disso, acessamos as respectivas informações de status e formação de score do índice, conforme a resolução do questionário do projeto (ver Anexo E) em que há a aplicação de uma pontuação entre zero e quatro pontos para cada indicador – dez de liberdades civis e quinze para direitos políticos.

3.4.3 Índice Geral (Democracy Matrix)

O índice de democracia adotado para nossa pesquisa extraído do D-Max é uma média simples entre os três índices principais gerados pelo projeto. Com exceção do índice de trade-offs, os demais possuíam ampla disponibilidade de dados. No Quadro 3, dispomos a configuração do índice geral utilizado em nossa pesquisa.

Quadro 6 – Estruturação do índice para o D-Max

COMPONENTES	DESCRIÇÃO
Núcleo	Refere-se aos elementos fundamentais que constituem uma democracia. Inclui indicadores que medem a qualidade das instituições democráticas e práticas essenciais.
Contexto	Considera os contextos influentes que afetam a democracia, mas não são constitutivos dela. Esses contextos podem apoiar ou prejudicar a qualidade democrática.
Trade-offs	Mede os impactos conflitantes entre diferentes dimensões da democracia. Identifica e avalia os trade-offs (compensações) entre liberdade, igualdade e controle.
Agregação	Uso de médias gerais para cada caso de análise, somadas e divididas por três. Adotamos pesos iguais para os três índices que nesse caso comportam-se como indicadores, na formação do índice geral.

Fonte: O autor, com dados do Democracy Matrix V.4 (2024).

Ainda sobre as dimensões utilizadas, os componentes utilizados para cada dimensões possuem importância articulares para o sentido geral de democracia. O primeiro caso contempla a ocorrência de eleições livres e justas, bem como a garantia e manutenção do exercício de direitos civis e políticos e a separação dos poderes. Em sequência, os componentes do segundo índice contemplam o estado do ambiente econômico, tensões sociais em geral e outros, de forma a se pensar a qualidade democrática através do contexto institucional. Por fim, o terceiro reflete sobre as tensões existente entre elementos de comportam-se de forma distinta a depender da cultura política de cada recorte, como é o caso do choque entre liberdade e igualdade ou liberdade e controle.

4 OBSERVAÇÕES E ANÁLISES

Até aqui, explicamos o processo de operacionalização, conceituação e agregação para a formação dos índices e indicadores de democracia. Com relação ao estado atual do debate da classificação de regimes políticos, podemos afirmar que possuímos ampla disponibilidade de ferramentas para a leitura empírica das democracias. Porém, esse debate segue acompanhado

No entanto, a convergência e intercambialidade entre esses índices é um campo cercado de controvérsias e tensões, o que demanda aprofundamento das pesquisas desenvolvidas acerca da constituição metodológica destes. Levando em consideração essas questões, propomos como última etapa desta pesquisa uma comparação dos *outputs* de índices de democracia, adotando como recorte territorial a América Latina da metade do séc. XX ao presente momento do XXI. Buscamos com a presente análise descrever os pontos centrais da metodologia constituinte adotada pelos projetos de mensuração, e consequentemente apresentar a materialização da polissemia para a democracia, e de como esta pode ser medida apesar disso.

A comparação a ser realizada envolve os índices do *D-Max*, *V-Dem* e *Freedom House*. No contexto da presente pesquisa, explorar a metodologia conceitual desses projetos nos ajudará a pensar adequadamente os desafios e possibilidades da observação empírica das democracias, o que nos possibilitará analisar de forma crítica os resultados obtidos com o nosso breve estudo de caso. Ainda, adotamos como recorte territorial para investigar a situação democrática representada pelos respectivos índices primeiro na América Latina (1972 – 2020) como uma unidade, em seguida do Brasil (1986 – 2020), Costa Rica (1972 – 2018) e Nicarágua (1990 – 2006).

Nesses termos, o presente capítulo é dividido em duas partes: uma de observações metodológicas e outra de análise prática do desempenho dos índices. Buscamos, em primeiro lugar, explicar o processo metodológico de formação de suas avaliações, o que no final das contas representa a forma com a qual os regimes políticos são classificados em cada um deles. Em segundo lugar, analisaremos de forma comparada as pontuações entre eles, buscando refletir sobre a convergência e intercambialidade entre os índices.

4.1 Observações

Sobre a disponibilidade de múltiplos índices de democracia, Herre e Rosser (2022) defendem que tal pluralidade não é um problema em si para a concepção democrática, ao contrário, o pesquisador defende que a pluralidade de ferramentas para a mensuração permite compreender a trajetória do regime e pensá-lo para além do presente e sob diversas perspectivas de objeto. Além disso, no estudo se explica a utilização de determinado índice depende diretamente da questão que se busca responder ao se buscar determinado índice, de forma que a justificativa para o uso de um determinado índice fica condicionada a questão de pesquisa a ser respondida.

Por exemplo, no caso de adequação para uma questão de pesquisa que vise pensar a concessão de direitos civis e liberdades políticas em um contexto democrático, a base de dados do *Freedom House* pode agregar mais especificidade a essa investigação. Por outro lado, se o que se busca é compreender as variações de democracia ao longo do tempo, levando em consideração a diversidade de características do regime político, a base de dados do V-Dem pode ser mais aquedada. Se, por outro lado, busca-se pensar sobre a influência da cultura política local sobre o desenvolvimento do regime político tal qual ele é, o pesquisador pode ter mais sucesso ao acessar a base de dados sob a perspectiva de *trade-offs* fornecida pelo D-Max.

No geral, é preciso reconhecer que as medidas construídas para a democracia podem vir a representar uma pontuação geral com os índices, ou pontuações pensadas em características diversas da democracia com a formação de indicadores. Para a nossa pesquisa, nos atentaremos a essa primeira ocorrência, quando os índices de democracia representam pontuações gerais sobre o regime.

Retomando o que já foi apresentado no segundo capítulo desta pesquisa, o índice que representa o projeto V-Dem é de Democracia Liberal, enquanto os índices relativos ao FH e D-Max foram obtidos por meio de médias simples das instituições políticas de representação direta. No caso do FH, ponderamos as médias de direitos civis e liberdades políticas, enquanto no D-Max, calculamos a média de contexto, núcleo e *trade-offs* na formação de um índice global do projeto. Nós três casos, as escalas numéricas são apresentadas em formato decimal (0 – 1), formato aplicado naturalmente pelos próprios projetos de mensuração.

Para a classificação dos regimes políticos, zero (0) como medida mínima representa uma autocracia absoluta ou regime político sem pontuação expressiva na

garantia de direitos civis e liberdades políticas, enquanto um (1) representaria a contrária, com o regime político alcançando a pontuação absoluta enquanto uma poliarquia. Nesse sentido, no presente momento discutiremos as principais considerações metodológicas acerca desses três índices, de forma a auxiliar a discussão dos resultados obtidos no estudo de caso como produto desta pesquisa.

4.1.1 Considerações metodológicas

4.1.1.1 Democracy Matrix

Os índices propostos pelo *Democracy Matrix* são formados por uma representação matricial contendo quinze campos, com cobertura temporal iniciada em 1900 até a presente data (2024). Ainda, aproximadamente 200 países são contemplados por sua base de dados, constituído por meio de uma seleção de dados do projeto V-Dem, e tendo como principal abordagem de classificação componentes e subcomponentes voltados a explicar a qualidade democrática (Democracy Matrix, 2024). Partindo da ideia conceitual adotada, os pesquisadores Lauth e Schlenkrich (2020) a explicam a democracia como uma forma de governo legal que afirma a autodeterminação cidadã, garantindo-se a participação efetiva do tecido social em processos políticos livres, justos e competitivos. Além disso, esse regime político deve ser um terreno receptivo ao desenvolvimento de oportunidades contínuas e abrangentes dos diversos grupos na condução do processo político decisório.

Com a formatação do índice enquanto uma matriz, uma pluralidade de variações de agregação e desagregação é permitida. Pode-se explorar diversas perspectivas da democracia baseadas na observação isolada de um indicador em questão, ou de um grupo deles, o que permite pensar a democracia com certo grau de especificidade para questões de pesquisa diversas. Como ilustração, podemos perceber essa lógica aplicada as abordagens de mensuração de Núcleo, Contexto e *Trade-offs* de democracia, estruturados utilizando combinações possíveis através dos campos da matriz, para a formação de índices que mensuram qualificações distintas.

Em relação ao campo matricial, este é formado por três dimensões (Liberdade, Igualdade e Controle Político-legal) e cinco instituições (Procedimentos Decisórios, Regulação da Esfera Intermediária, Comunicação Pública, Garantia de Direitos, e,

Estabelecimento e Implementação Normativa). Conforme se vê no Quadro 7, a lógica de mensuração democrática se dá pelo cruzamento entre as instituições-chave e as dimensões políticas, que podem ser utilizadas para formar avaliações individuais dos indicadores ou conseqüentemente a formação de observações mais gerais sobre o regime político, com índices. As pontuações atribuídas aos indicadores, é apresentada em escala decimal, variando entre zero (0) para maior deficiência dessa função, até dez (10) que representaria a maior possibilidade de funcionalidade desse componente.

Quadro 7 – Caracterização do conceito democrático segundo o *Democracy Matrix*

INSTITUIÇÕES POLÍTICAS	DIMENSÕES		
	Liberdade Política	Igualdade Política	Controle Político e Legal
Procedimentos de Decisão	Eleições Livres	Mesmas oportunidades de participação no processo político decisório e Voto Igualitário	Supervisão das Comissões Eleitorais
Regulação da Esfera Intermediária	Liberdade de Organização	Igualdade de Direitos de Organização e Ação	Fiscalização por meio das Associações, Partidos Políticos e da Sociedade Civil Organizada
Comunicação Pública	Liberdade Comunicativa	Igualdade de Oportunidades de Participação	Fiscalização pela Mídia
Garantia de Direitos	Independência do Judiciário e Segurança Jurídica	Igualdade de Direitos e Igualdade Processual	Jurisprudência
Sistema Jurídico Interno e Implementação Normativa	Independência e Satisfatoriedade Governamental	Igualdade de Tratamento por parte do Poderes e da Administração Pública	Supervisão dos Poderes e da Administração Pública

Fonte: Democracy Matrix (V.4).

Quanto aos níveis de medição promovidos pelo índice, são apresentados em três: Núcleo (ou central), Contexto e por *Trade-offs*. O primeiro caso, traz uma mensuração com avaliações diretas da democracia por meio dos indicadores que representam os campos das dimensões dessa medida. Por meio dessa medida, uma vez apresentando detalhadamente aspectos muito específicos do regime político, é possível perceber fragilidades ou potencialidades deste em determinado recorte de análise, possibilitando

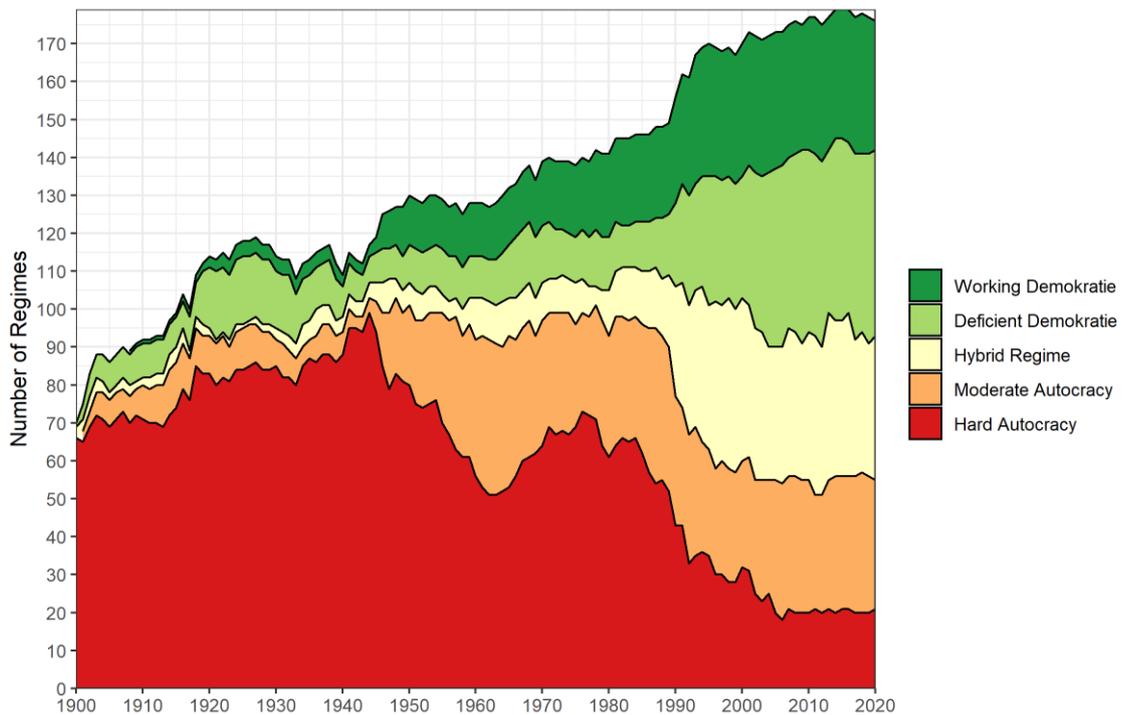
não apenas pensar na pontuação global da democracia, como também no direcionamento de recursos para assegurá-la ou aprimorá-la.

Em segundo lugar, além dos componentes levados em consideração na medição de Núcleo, a medição do Contexto leva em conta fatores históricos, sociais, econômicos e culturais para o processo, e sua respectiva capacidade de influenciar o comportamento democrático. Nesse caso, essa quantificação permite identificar quais elementos e de que forma fatores externos e internos influenciam a situação desses regimes ao longo do tempo, auxiliando também no processo de ações para o aperfeiçoamento do regime político com planos específicos para recortes com trajetórias distintas. É caso, por exemplo, de pensar com maior grau de profundidade situações de hibridismo, que variam em graus de manifestação de fatores autocráticos.

Em terceiro lugar, a mensuração sob a perspectiva de *trade-offs* permite identificar os principais pontos de atenção das democracias em relação ao equilíbrio entre as dimensões políticas representativas. Nesse caso, quando pensamos os aspectos da cultura política de cada recorte, podemos notar em que medida uma dimensão pode ser flexibilizada em detrimento de outra, como é o caso da manutenção da estabilidade do regime em detrimento da liberdade política. Essa medida é essencialmente relevante para se pensar situações de transição de regime político, seja para melhoria ou derrocada da democracia.

Ainda pensando no universo de casos do índice, dos 165 países contemplados pela análise da situação democrática em 2020 conforme a Figura 3, que representa um gráfico de área escrito em 120 anos de análise, houve uma expansão quantitativa da democrática, paralela a uma diminuição significativa dos regimes políticos categorizados como Autocracias Absolutas. Por outro lado, nota-se a expressiva expansão de regimes políticos categorizados como Autocracias Funcionais, Regimes Híbridos e Democracias Deficitárias no séc. XXI, o que exige maior atenção para o desenvolvimento de estudos voltados para entender qualitativamente esses regimes.

Figura 3 – Classificação de regimes políticos por mensuração de contexto, segundo o D-Max (1900 – 2020)



Fonte: Democracy Matrix (Dataset V.4).

Conforme a Figura 3, em 2020 dos 165 países analisados no escopo da pesquisa (n = 165), 92 são considerados democráticos em algum grau, sendo desse total 54 Democracias Deficitárias e 38 Democracias Funcionais. Paralelo a esse dado, os 68 casos são distribuídos em Regimes Híbridos, Autocracias Moderadas e Absolutas – 32, 20 e 18, respectivamente.

Para a mensuração, são estabelecidas variáveis que podem representar processos políticos de representação, manifestação de direitos individuais e coletivos, funcionalidade do sistema judiciário entre outros. Nesse ponto, podemos destacar a convergência de avaliação sobre o fenômeno da expansão da autocratização na forma de tendência ao hibridismo dos regimes políticos entre a avaliação do D-Max na Figura 3 em questão, em paralelo ao conteúdo dos relatórios *Democracy Report (2020 – 2024)* do V-Dem.

O indicador auxilia especialmente na percepção de *trade-offs* que ocorrem na arena político, o que possibilita compreender como um perfil de democracia pode ser moldado pela cultura política de determinadas unidades de análise. Traços autoritários podem ser melhor analisados quando vistos sob a óptica da limitação da organização de

grupos em torno de uma oposição política, ou pode-se evidenciar fragilidades sistêmicas constantes em países específicos quando se analisa a incapacidade de manutenção do produto do processo eleitoral. De forma geral, os *trade-offs* podem organizar-se em forma de antagonismos de fato ou com efeitos de reforço mútuo, sendo essa condição um ponto essencial para entender as camadas dos perfis de democracia.

Quadro 8 – Classificação de Regimes Políticos (*Democracy Matrix V.4*)

Regimes Políticos	Descrição e valores de referência
Democracia Funcional	Todos os valores dos índices dimensionais e institucionais estão acima de 0.75 para o regime em questão
Democracia Deficitária	No mínimo 7 dos 8 índices de qualidade democrática estão acima do valor limite para uma democracia (0.5), em que pelo menos um dos índices não atinge o valor limite para uma democracia funcional (0.75)
Regimes Híbridos	Pelo menos uma instituição e uma dimensão da matriz estão acima da referência de democracia (0.5), ou quanto as dimensões ou instituições estão acima do valor de referência para a democracia, exceto uma de cada
Autocracia Moderada	Quando 7 dos 8 índices estão abaixo do valor de referência democrática (0.5), ou quanto pelo menos um índice institucional ou dimensional do regime está acima do valor limite autocrático (0.25)
Autocracia Absoluta	Todos os índices dimensionais ou institucionais estão abaixo do valor limite de referência ao regime (0,25)

Fonte: Lauth e Schlenkrich (p. 5, 2020).

Ainda sobre a formação dos indicadores de democracia, é válido destacar que estes são instrumentos munidos de uma lógica quantificável de múltiplas expressões da ocorrência fenomenológica. Como forma de ilustrar o exposto, pode-se mencionar os campos da matriz que compõem o indicador *Democracy Matrix* representando as instituições políticas de interesse (Procedimentos de Decisão, Regulação da Esfera Intermediária, Comunicação Pública, Garantia de Direitos, Sistema Jurídico Interno e Implementação Normativa) sobre as dimensões políticas em que cada um desses aspectos do funcionamento do regime deve ser analisado (Liberdade Política, Igualdade Política e Controle Político e Legal).

Assim, a *Democracy Matrix* é utilizada como via para a classificação dos regimes da região, bem como possibilidade de mensuração de seus padrões de estabilidade política e sua respectiva relação com as variáveis que representam as

dimensões do desenvolvimento econômico. Quanto à definição de democracia pelo indicador, entende-se que a adoção de três dimensões analisadas sob a perspectiva de cinco instituições políticas apresenta possibilidades promissoras para o desenvolvimento da presente pesquisa. Assim, para o desenvolvimento da presente pesquisa entende-se que a democracia é

a legal form of rule, which makes possible self-determination for all citizens, in the sense of popular sovereignty, by securing their significant participation in filling political decision-making positions (and/or in the decision itself) in free, competitive and fair processes (e.g. elections) and securing opportunities for continuously influencing the political process, and by, in general, guaranteeing political rule is subject to oversight. Democratic participation in political rule thus gets expressed in the dimensions of political freedom, political equality and political and legal control (Lauth, 2004, p. 100).

O conceito orienta-se a ocorrência da democracia sob a perspectiva da liberdade política, igualdade política e controle político e legal, e de como as cinco instituições políticas chave para o entendimento do fenômeno funcionam perante cada uma delas. Nesse sentido, Dahl (1971) ao formular sua teoria democrática com o modelo de Poliarquia, permite a formação de uma tendência que acompanha a percepção do conteúdo do regime em diversos indicadores de democracia, inclusive o desenvolvido pelo *Democracy Project*.

Na perspectiva da Poliarquia, a inclusão e a participação que orientam o modelo embasam o pensamento para a liberdade, igualdade e controle político, já que se defenda os exercícios das liberdades humanas liberais, culminando na possibilidade de maior ocorrência de um estado de bem-estar social. Assim, no Quadro 1, podemos analisar como as matrizes são formadas levando em consideração a relação entre as dimensões do fenômeno e as principais instituições de interesses.

4.1.1.2 V-Dem

No site do projeto, ele se apresenta como

a unique approach to conceptualizing and measuring democracy. We provide a multidimensional and disaggregated dataset that reflects the complexity of the concept of democracy as a system of rule that goes beyond the simple presence of elections. The V-Dem project distinguishes between five high-level principles of democracy:

electoral, liberal, participatory, deliberative, and egalitarian, and collects data to measure these principles. (Varieties of Democracy, 2024).

Algumas informações dessa passagem tornam-se imediatamente relevantes para nossa discussão. Primeiro, há preocupação em fornecer uma base de dados multidimensional e desagregada para a análise do regime político, o que possibilita atender a um universo maior de questões de pesquisa voltadas a avaliação democrática, seja por ideias mais gerais do regime ou por aspectos mais específicos, como o caso da avaliação individual de algum indicador representativo.

Além disso, essa abordagem compreende a democracia para além do processo eleitoral, entendendo-a por meio da evidente complexidade conceitual e não a reconhecendo sob uma perspectiva binária, indicando que a abordagem conceitual a ser considerada seria a minimalista. Isso é corroborado quando o projeto de mensuração apresenta os cinco princípios norteadores do processo de concepção: eleitoral, liberal, participativo, deliberativo e igualitário. Em último caso, esses princípios representam a forma como a coleta e avaliação dos dados será conduzida para aferir o grau de democracia.

Conforme a abordagem adotada para a compreensão da democratização, os princípios fundamentais representam índices específicos. Por exemplo, para o estudo de caso na presente pesquisa utilizamos o índice de Democracia Liberal como medida comparativa para os demais índices dos projetos de mensuração (Freedom House e Democracy Matrix). Além disso, cada índice pode ser decomposto para análises isoladas de seus indicadores, como é o caso das análises acerca da ocorrência de eleições livres e justas, acesso a liberdades civis, independência judicial, restrições executivas, igualdade de gênero, liberdade de mídia e sociedade civil entre outras (Varieties of Democracy, 2024); por fim, cada um dos componentes é desagregado em indicadores específicos para cada um deles.

Essa abordagem de mensuração é essencialmente importante para os pesquisadores que visam compreender em maiores graus de detalhamento como a democratização é afetada por indicadores ou índices específicos ou agrupados, uma vez que a base de dados do projeto permite o acesso a mais de 600 indicadores, com cobertura temporal que tem início em 1789 até a presente data (2024). Quanto colaboradores do projeto, conta-se com cinco pesquisadores principais (Michael Coppedge, John Gerring, Carl Henrik Knutsen, Staffan I. Lindberg e Jan Teorell), 23 Gerentes de Projeto por área

temática para o conjunto de dados, 33 Gerentes Regionais, 134 Coordenadores de País e aproximadamente 4000 Especialistas de País.

Quanto a metodologia, as pesquisas direcionadas a especialistas é a substância para a formação da base de dados. As pesquisas são realizadas de forma on-line e direcionadas a especialistas com expertise diversas como forma de melhor compreender a situação do componente democrático em um recorte específico. É importante notar que essa metodologia viabiliza a formação do conhecimento baseada nos debates locais do regime político por especialistas naturais ou residentes no país ou região, com dois terços do corpo de colaboradores.

Ainda, de acordo com o V-Dem, no mínimo cinco especialistas são designados a avaliar os indicadores do recorte isoladamente, de forma que cada país tenha um número igual ou superior 25 especialistas recrutados seguindo cinco critérios para a manutenção da imparcialidade e qualidade dos dados: expertise, conhecimento local aprofundado, seriedade de propósito, imparcialidade e diversidade.

O primeiro critério versa sobre a busca por uma visão de perícia para a área a ser decodificada, levando em consideração sua validade para a compreensão do país ou região a ser analisado. Em segundo lugar, como forma de manutenção do critério de especialidade para o caso a ser analisado, dois terços dos especialistas devem ser naturais residentes permanentes do país, uma vez que se torna necessário o olhar dessa população sobre as nuances de regimes políticos específicos. Em terceiro lugar, é visado que os especialistas tenham dedicação para a deliberação e resolução dos questionários para uma melhor qualidade dos dados gerados.

Em seguida, o critério da imparcialidade diz respeito a um comportamento imparcial da resolução dos questionários, debate esse que é constante na validação de dados para a mensuração democrática. Por fim, a formação do corpo de especialistas de determinado país deve atender ao critério de diversidade, como medida de respeito a pluralidade de pensamento para a avaliação do país.

Mesmo com esses critérios, o grande ponto a se tratar versa sobre o anonimato desses especialistas. O projeto mantém sob sigilo os profissionais e pesquisadores que integram esse quadro, sendo optativo para o caso de avaliadores históricos (pré-1900) manter-se em anonimato, ou não. Nesse caso, dificilmente pode-se aferir diretamente os critérios que versam sobre a situação de imparcialidade destes, bem como a situação de diversidade do grupo. O que por um lado é justificado, no caso de especialistas que podem sofrer repressão sistêmica de regimes políticos autoritários, mas pode lançar dúvida

quanto a validade desses dados, de toda forma, a metodologia adotada na formação da base de dados é assegurada pela *Bayesian Item-Response Theory (IRT)*, conforme contribuição de Marquardt & Pemstein (2018).

Marquardt & Pemstein (2018) desenvolveram uma estratégia de estimação Bayesiana da Teoria da Resposta ao Item (IRT) para lidar com problemas em dados codificados por especialistas. Este método converte respostas ordinais de especialistas em estimativas contínuas, considerando erros de medição aleatórios. O modelo pressupõe a existência de um traço latente subjacente, com as respostas observadas servindo como indicadores imperfeitos. Ele fornece estimativas pontuais e medidas de incerteza (regiões credíveis). O modelo também ajusta as diferenças nos limiares de classificação dos especialistas (Funcionamento Diferencial dos Itens) e na confiabilidade, garantindo que especialistas mais confiáveis tenham maior influência nas estimativas.

Quadro 9 – Descrição dos indicadores do projeto V-Dem

ESCALA	DESCRIÇÃO	USO RECOMENDADO
Intervalo	Estimativas do modelo de medição V-Dem	Análise de regressão
Intervalo	Transformação linearizada das estimativas do modelo na escala original	Interpretação substantiva de gráficos e dados
Ordinal	Valor ordinal mais provável das estimativas do modelo na escala original	Interpretação substantiva de gráficos e dados
Intervalo	Um desvio padrão acima (<code>_codehigh</code>) e abaixo (<code>_codelow</code>) de uma estimativa pontual	Avaliando diferenças ao longo do tempo dentro das unidades
Intervalo	Desvio padrão da estimativa intervalar	Criando intervalos de confiança com base nas necessidades do usuário

Fonte: V-Dem (2024).

4.1.1.3 Freedom House

Para a *Freedom House*, adotamos como objeto de interesse o conteúdo dos relatórios *Freedom in the World (FIW)*. O relatório em questão possui edições anuais, que adota direitos políticos e liberdades civis como objeto de classificação de regimes políticos. Nesse caso, há um foco total na situação fática a qual os indivíduos encontram-se em cada recorte, de forma que a lógica metodológica empregada leva em consideração agentes governamentais ou não. Isso porque, segundo a ferramenta classificatória,

“political rights and civil liberties can be affected by both state and nonstate actors, including insurgents and other armed groups” (Freedom House, 2023).

Nesses termos, ao nos referirmos a metodologia constitutiva da *Freedom House*, nos deparamos essencialmente com as modalidades de classificação numérica em escala decimal e textos descritivos para cada unidade de análise. Em 1972, com a publicação do *The Comparative Study of Freedom* (Zerndt, 2020), as investigações classificatórias foram expandidas radicalmente, onde se analisou a situação de 151 países e 45 territórios. As classificações com textos descritivos passaram a ser incorporadas a produção em 1978, por meio de recomendações e análise de situações individuais para cada unidade de análise. Tal tendência tornou-se altamente popularizada entre os projetos de mensuração democrática, como é o exemplo dos *Democracy Reports* do V-Dem.

O processo classificatório incorpora o trabalho de analistas internos e externos, que em 2023 contabilizaram 128 analistas e aproximadamente de 40 conselheiros. A coleta de dados dá-se de forma ampla, incluindo: notícias jornalísticas, análises acadêmicas, relatórios de organizações não governamentais, contribuições profissionais individuais e pesquisas de campo. Esse levantamento é realizado com base em eventos políticos, econômicos e sociais de cada recorte, de forma que uma série de debates são propostos para definir perspectivas de impacto sobre os dois grandes eixos de classificação – liberdades civis e direitos políticos.

Notoriamente, há um elemento de subjetividade agregado ao processo classificatório. Especialmente quando se pensa o sistema metodológico, o produto dos debates e verificações dá-se por consenso, de forma que há uma preocupação referente ao impacto de fatores ideológicos na formação desses resultados. Mesmo com essa perspectiva crítica, o projeto explica que *“the ratings process emphasizes methodological consistency, intellectual rigor, and balanced and unbiased judgments”* (Freedom House, 2023).

O processo classificatório é orientado pela lógica “pontuação – status”. Nesse caso, são propostas questões sobre a situação dos eixos conceptivos que são respondidas em por um processo de pontuação, onde os resultados são classificados por tabelas de conversão. Esse processo de classificação se dá por pontuação agregada, que são apresentadas em duas escalas para os respectivos eixos conceptivos: I) 0-40 p. para direitos políticos; e, 0-60 p. para liberdades civis. Dessa métrica, surgem intervalos de ponderação do quais são classificados os regimes políticos em três classes: *Free* (F),

Parcialmente Livre (PL) e *Não Livre* (NF). Na Tabela 2, podemos analisar como esse pressuposto de aplica para a classificação dos casos analisados.

Tabela 2 – Sistema classificatório baseado na conversão de pontuação para *status*

STATUS		LIBERDADES POLÍTICAS (p.)						
		0-5	6-11	12-17	18-23	24-29	30-35	36-40
LIBERDADES CIVIS (p.)	53-60	PF	PF	PF	F	F	F	F
	44-52	PF	PF	PF	PF	F	F	F
	35-43	PF	PF	PF	PF	PF	F	F
	26-34	NF	PF	PF	PF	PF	PF	F
	17-25	NF	NF	PF	PF	PF	PF	PF
	8-16	NF	NF	NF	PF	PF	PF	PF
	0-7	NF	NF	NF	NF	PF	PF	PF

Fonte: *Freedom in The Word* (2020).

O conceito central da ideia conceptiva do *FIW* é a liberdade. Com isso, utiliza-se como referência a base de dados para atestar o estado das democracias por meio da perspectiva das variáveis selecionadas, o que permite também sua classificação. Em relação a pontuação de um recorte levando em consideração a situação das liberdades civis e direitos políticos, é possível perceber as mudanças na democracia ao longo do tempo. Logo, por tratar diretamente de variáveis com representação conceptivas da democracia, notamos que o projeto de mensuração leva em conta elementos para além do processo eleitoral, levando em consideração também elementos essenciais para que seja possível a ocorrência de eleições “livres e limpas”. Essa questão pode ser mais bem observada na própria definição atribuída pelo projeto a democracia eleitoral, vejamos:

*[...] an electoral democracy designation requires a score of 7 or better in the Electoral Process subcategory, an overall political rights score of 20 or better, and an overall civil liberties score of 30 or better. These thresholds reflect the fact that a **democratic electoral system requires not just fair balloting procedures and basic political competition, but also some respect for the rule of law and civil liberties such as freedom of assembly.*** (Freedom House, 2023, grifo nosso).

Sobre o processo de mensuração do projeto (*Scoring Process*), por um sistema de pontuação e status. Basicamente, adota-se como termo de referência a Liberdade, mensurada em termos de perguntas que funcionam como indicadores de estado político. Para a formação dos dados, cada pergunta recebe uma pontuação de zero a quatro (0-4),

onde zero representa o menor grau possível de liberdade para um dos eixos conceptivos, e 4 o maior grau possíveis de exercício destas. Ao todo, a metodologia é constituída pela aplicação de dez indicadores de direitos políticos e 15 de liberdades civis (Ver Anexo C para maiores detalhamentos).

As questões que fundamentam o conceito de regime político do projeto de mensuração são distribuídas em subcategorias. Primeiro, as questões relativas aos direitos políticos, que no processo de pontuação representam 40 pontos, são distribuídas em: Processo Eleitoral (3 questões), Pluralismo e Participação Política (4) e Funcionamento do Governo (3). Ainda, para abordar situações de mudanças demográfica forçadas, especialmente levando-se em consideração tutelas militares não legitimadas, uma questão sobre direitos políticos discricionários pode ser agregada a formação desses dados, onde pode seguir com a subtração da pontuação em relação a essa dimensão do fenômeno analisado.

Em sequência, as questões relativas ao eixo de liberdades civis (representando 60 p. do *Scoring Process*), são distribuídas nas subcategorias de Liberdade de Crença e Expressão (4), Direitos Associativos e Organizacionais (3), Estado de Direito (4) e Autonomia Pessoal e Direitos Individuais (4). Ainda sobre o desenvolvimento do *Scoring Process*, é valido destacar que a depender da trajetória dos indicadores de liberdades civis e direitos políticos ao longo do tempo, alguns eventos podem ser de interesse da formação dos dados, desde que representem alterações na materialidade que justificam aumento ou expansão do valor. De acordo com o projeto, podemos adotar como exemplo eventos ligados a repressão de crença ou mídia ou a primeira ocorrência de eleições livres e justas, bem como eventos de sinais ligados como os relacionados a tutelas militares ou insurgências, que podem ser levados em conta na formação metodológica das questões para outros anos subsequentes.

É a través desse processo de pontuação que os *status* são atribuídos aos casos analisados. Com a ponderação das pontuações entre os dois eixos conceptivos, surge a classificação por status, como apresentados na tabela anterior. No entanto, como é comum na prática observacional de fenômenos sociais e políticos, a mensuração proposta não é capaz de lidar com toda a complexidade da liberdade nos casos analisados, sendo necessário também analisar individualmente os eixos conceptivos como forma de desempenhar um olhar mais detalhado sobre o objeto de análise.

Outro detalhe a ser pensado sobre a perspectiva metodológica do projeto é em relação as variâncias entre experiencias democráticas. As unidades de análise são

observadas de forma a se perceber graus de liberdade por vias do estado dos direitos políticos e liberdades civis, trata-se de entender problemas estruturais e limitações quanto ao desenvolvimento desses componentes, onde as unidades de análise “*that it enjoys comparatively more freedom than those rated Partly Free or Not Free (and some others rated Free)*” (Freedom House, 2023).

Nessas condições, a classificação de *status* (Livre, Parcialmente Livre e Não Livre), permite a classificação democrática em termos de democracias eleitorais e liberais. Com uma classificação geral e ponderada de direitos políticos e liberdades civis, entre =/+ a 20 e =/+ a 30, respectivamente, caracterizaria uma democracia eleitoral. A democracia liberal para o projeto difere-se da eleitoral, levando em consideração que no primeiro o conceito atribuído possui uma maior significância no que se refere ao cumprimento mais rigoroso dos princípios democráticos e uma variedade com maior amplitude de liberdades civis (*Freedom House, 2023*).

Por fim, para a concepção do relatório *FIW* a faixa classificatória 1-7 passou a não constar na apresentação desses resultados. Basicamente, davam-se duas notas que dentro do intervalo 1-7 para as unidades de análise, cada uma versando sobre um dos eixos conceptivos do conceito democrático difundido pelo projeto. Por meio dessas pontuações, atribuíam-se duas notas representativas para cada eixo. Essa medida norteia o processo de classificação: quanto mais próximo de um, maior o grau de liberdade. quanto mais próximo de 7, menor seria esse grau; de onde surge a classificação. Porém, essa estratégia metodológica ainda consta nos dados brutos do projeto, também mantendo-se a fórmula de cálculo, tal estratégia pode ser mais bem analisada como disposto na Tabela 3.

Tabela 3 – Classificação dos eixos conceptivos por faixa de pontuação apresentados no *FIW* (2015 – 2020)

LIBERDADES CIVIS	DIREITOS POLÍTICOS	CLASSIFICAÇÃO
53 – 60	36 – 40	1
44 – 52	30 – 35	2
35 – 43	24 – 29	3
26 – 34	18 – 23	4
17 – 25	12 – 17	5
8 – 16	6 – 11	6
0 – 7	0 – 5	7

Fonte: *Freedom House* (2020).

4.1.2 Considerações práticas: uma breve apresentação

4.1.2.1 Democracy Matrix

O principal desafio enfrentado para o uso da base de dados do Democracy Matrix, versou sobre as ausências no banco de dados (2023 – atualmente). Das observações gerais (1.393.790), mais de um quarto são de dados indisponíveis (NA), que ocorre quando não existem informações suficientes para calcular a pontuação do campo da matriz. Os valores indisponíveis representam 26,8% da totalidade de informação, e em especial para regiões como a América Latina o déficit torna-se ainda mais evidente. A depender da região que o pesquisador pretenda investigar, tal ausência pode limitar o desenvolvimento da pesquisa, e conseqüentemente levar problemas de ordem empírica. Na nossa investigação, tal ocorrência materializou-se na breve faixa temporal analisada na Nicarágua (1900 – 2006) de apenas dezesseis anos, o que limita a comparação entre índices.

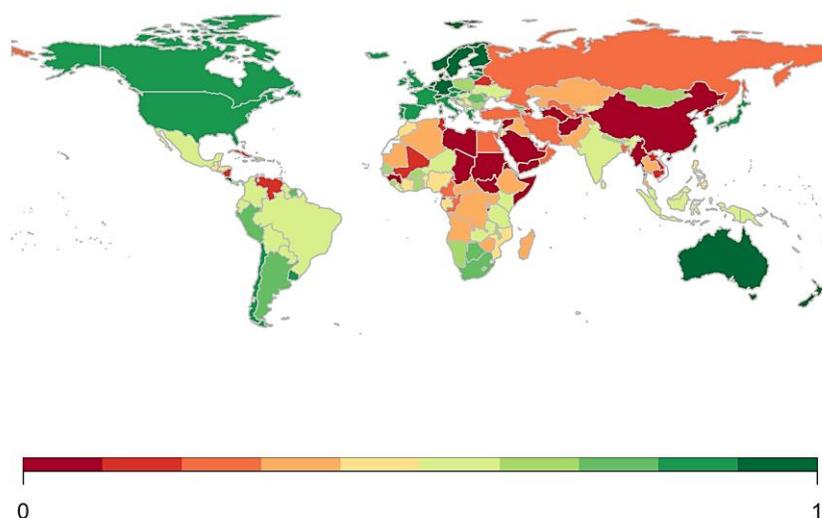
O projeto de mensuração conta com cinco ferramentas analíticas principais: a representação matricial, gráfico de radar, de país, por variáveis e os rankings globais. Tais ferramentas são ofertadas online, junto a base de dados com cobertura de 1900 a 2022, de forma que é possível explorar o conjunto informacional por meio de outras perspectivas teóricas e metodológicas de acordo com a necessidade imposta pelos diversos objetos de pesquisa.

A cobertura territorial da base de dados abrange: a América do Norte, incluindo a Austrália e Nova Zelândia; Estados pós-soviéticos (excluindo-se os casos membros da UE); África Subsaariana; Sudeste Asiático; o grupo de pequenos estados insulares; a América Latina; Oriente Médio e Norte da África; e o Sul e Leste Asiático. Seguindo os critérios de classificação de regimes político, a Figura 4 representa a síntese do estado global ao longo do tempo, de forma que utilizamos o ano de 2020 como referência ao exposto. A escala de representação cromática¹⁶ varia do Red4 (458B74) ao SeaGreen4 (EE3B3B), para uma autocracia absoluta e democracia funcional em suas escalas

¹⁶ Adotamos como escala de representação cromática o Infográfico dos códigos das cores em HTML ou a Tabela de Cores HTML, como referência de padronização. Nesse caso, o infográfico oferece uma tabela contendo códigos hexadecimais de cores utilizadas no desenvolvimento web, que basicamente é universalmente utilizada para padronizar cores com precisão. Adotamos essa escala como medida a todo o corpo do trabalho. Ver mais em: <https://www.devmedia.com.br/codigo-cor-infografico-dos-codigos-das-cores-em-html/372381>

máximas, respectivamente. Nessa escala, o zero (0) representa uma equivalência ao Red4, enquanto o um (1) ao SeaGreen4, partindo das possibilidades possíveis entre uma autocracia absoluta a uma poliarquia nesse percurso, e ainda com o LtGoldenrodYellow (FAFAD2) como ponto neutro desta escala.

Figura 4 – Classificação dos regimes políticos no mundo segundo o *Democracy Matrix* (2020)



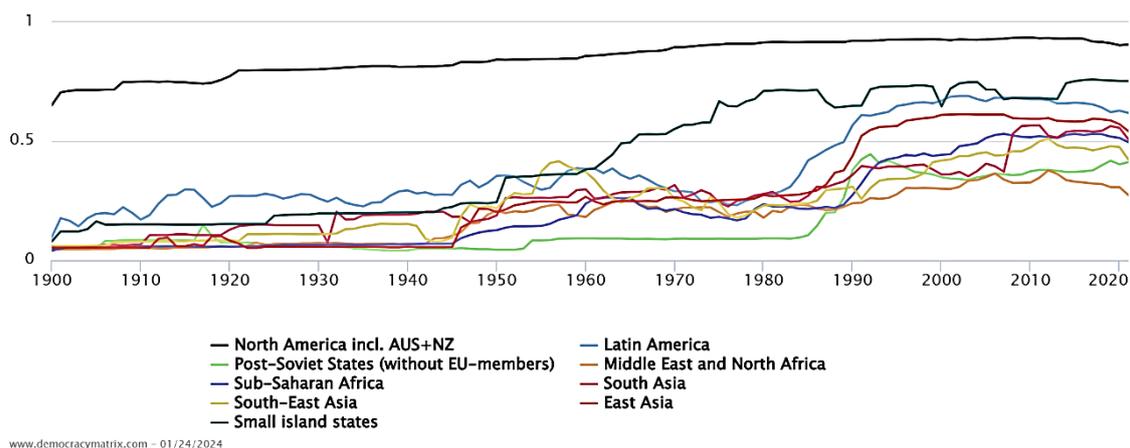
Fonte: *Democracy Matrix* (2020).

Na Figura 4, são apresentadas tendências globais a autocratização na atualidade. As regiões do Oriente Médio, Norte da África, América Latina, África Subsaariana e o Leste e Sul Asiático foram os principais casos de inclinação autocrática segundo a exposição, variando entre graus em que essa ocorrência é apresentada. É caso de, como exemplo, haver maiores preocupações com a masterização de autocracias absolutas no norte africano, paralelo a tendência em crescimento ao hibridismo na América Latina. Em ambos os casos, os princípios obtidos como generalizáveis para a mensuração democrática como a defesa aos direitos civis e liberdades políticas, podem ser acompanhados em nesses graus diversos de flexibilização.

Na Figura 5, notamos que essas regiões se encontram em estado de diminuição dos valores dos seus núcleos democráticos, compilando fatores relativos à liberdade e igualdade política bem como a responsividade aos governos. Em relação a essa tendência para as regiões globais, o desenvolvimento democrático dos anos de 1950 aos 2000, passou por uma progressiva expansão, mesmo com períodos de variação negativa como

é o caso da década de 1960 a 1980. No entanto, mesmo que a democracia tenha alcançado esse espaço, é certo que esse número está em processo recessivo, como podemos perceber pelo comportamento da maioria das linhas de representação regional depois de 2010 e até o presente momento (2024), como é o caso do leste europeu e norte da África.

Figura 5 – Mensuração integral das variáveis conceptivas por regiões globais (1900 – 2020)



Fonte: Democracy Matrix (2024).

A apresentação da matriz pelo indicador permite visualizar direta e empiricamente o conceito de democracia. Por meio dos campos, podemos formular e comparar perfis do regime político caracterizado com base nas variáveis que juntas compõem o índice geral. O Índice Geral ou *Overall Index*, expressa uma leitura sintética da qualidade democrática do recorte a ser analisado, baseado no desempenho do controle, liberdade e igualdade cruzado com as respectivas instituições políticas. Assim, a representação da matriz é a própria materialidade do conceito.

Para a respectiva ferramenta, há utilização de escala numérica e cromática como medidas a mensuração. A escala numérica corresponde é apresentado pela distribuição decimal, entre os números um e zero. A maior proximidade ao número um na escala corresponde a alocação deste como uma democracia funcional, e o contrário, maior proximidade ao número zero, a adequação classificatória a uma autocracia absoluta. Quanto a classificação cromática, há equivalência de sentido com o verde a uma democracia funcional e vermelho a uma autocracia absoluta, de forma que o espectro de cores correspondente entre essas duas representa a classificação de regimes políticos, conforme se verifica na Figura 5.

Com base nessa dupla classificação, o projeto permite a identificação de subtipos de democracia: Democracias Iliberais (com déficits de liberdade); Inigualitárias (déficits de igualdade) e Irresponsivas (déficits de responsividade). Buscaremos pensar tais perfis com base no caso latino-americano, entre 1980 e 2020. Primeiro, podemos pensar na possibilidade de comparação entre as décadas de 1980 e 1990, como forma de pensar as transformações ocorridas na perspectiva do regime nesse recorte temporal, com um aumento de 0,29 no índice geral de democracia.

Segundo o projeto, houve melhoria nesse período de forma generalizada nos indicadores dimensionais e institucionais. Todos os campos da matriz obtiveram aumentos de no mínimo 0,15 p., o que significa dizer que tópicos como a liberdade, igualdade e controle político foram potencializados na região. Conforme os critérios metodológicos, o aumento do índice corresponde a melhorias no processo eleitoral, com ocupação dos cargos por meio de processo legitimado pelas vias do Estado Democrático de Direito, bem como com a participação de observadores independentes para fins de processo decisório. Dos anos de 1990 para 2000, o índice de Processo Decisório continuou uma trajetória crescente observada a partir da década de 1980, passando de 0,6 para 0,75, mantendo-se estável ao longo da década. No entanto, entre 2010 e 2010 o índice foi depreciado em 0,06 p.

Tabela 4 – Mensuração de contexto na América Latina (1980 – 1990)

INSTITUIÇÕES	LIBERDADE (+ 0,26)			IGUALDADE (0,26)			CONTROLE (0,34)		
	1980	1990	↑↓	1980	1990	↑↓	1980	1990	↑↓
Processo Decisório	0,24	0,53	+ 0,29	0,42	0,72	+ 0,3	0,28	0,62	+ 0,34
Regulação da Esfera Intermediária	0,5	0,78	+ 0,28	0,5	0,63	+ 0,13	0,26	0,65	+ 0,39
Comunicação Pública	0,42	0,7	+ 0,28	0,45	0,75	+ 0,3	0,45	0,75	+ 0,3
Garantia de Direitos	0,35	0,52	+ 0,17	0,36	0,51	+ 0,15	0,36	0,58	+ 0,22
Implementação Normativa	0,22	0,43	+ 0,21	0,32	0,55	+ 0,23	0,23	0,53	+ 0,3

Fonte: O autor, com dados do *Democracy Matrix*.

Comparando as duas realidades expostas na Tabela 4 e 5, algumas considerações relevantes podem ser feitas em relação a qualidade democrática para a região. No que se refere ao índice geral de democracia, houve um aumento de 0,29 p. entre 1980 (0,28 p.)

e 1990 (0,57 p.), com contínuo crescimento até o ano de 2012, com depreciação desde então. O valor obtido para o índice em questão em 2021 corresponde a 0,62 p. para a região da América Latina, significando dizer que, segundo a base de dados do projeto de mensuração analisado o território conta com uma ocorrência de recessão democrática na última na década de 2010 a 2020, que persiste na presente década.

Aproximando nosso olhar dessa realidade, de acordo com a base de dados consultada houve uma depreciação generalizada nos indicadores institucionais e dimensionais durante o período adotado como referência. Para os índices dimensionais de Liberdade, Igualdade e Controle, as reduções foram de 0,06, 0,05 e 0,04 respectivamente para o período. O índice global de democracia para a região nesse período foi reduzido em 0,05 p., com reduções lógicas em todos os índices institucionais. Para o período, o mais afetado diz respeito a implementação normativa, depreciado em 0,07 p.

Tabela 5 – Mensuração de contexto na América Latina (2010 – 2020)

INSTITUIÇÕES	LIBERDADE (- 0,06)			IGUALDADE (- 0,05)			CONTROLE (- 0,04)		
	2010	2020	↑↓	2010	2020	↑↓	2010	2020	↑↓
Processo Decisório	0,67	0,56	- 0,11	0,86	0,74	- 0,12	0,76	0,64	- 0,12
Regulação da Esfera Intermediária	0,82	0,67	- 0,15	0,74	0,62	- 0,12	0,71	0,58	- 0,13
Comunicação Pública	0,77	0,66	- 0,11	0,82	0,69	- 0,13	0,79	0,69	- 0,1
Garantia de Direitos	0,55	0,48	- 0,07	0,57	0,47	- 0,1	0,58	0,49	- 0,09
Implementação Normativa	0,64	0,45	- 0,19	0,63	0,48	- 0,15	0,63	0,55	- 0,08

Fonte: O autor, com dados do Democracy Matrix.

Em relação aos subtipos de democracia, podemos pensar as potencialidades e fragilidades de cada recorte baseando-se na trajetória das respectivas variáveis de representação. No caso, a especificidade do comportamento deficitário que fundamenta o subtipo pode ser utilizada como substância para o desenvolvimento de um plano de ação voltado especificamente para o déficit decisório da matriz, como no caso dos exemplos do Brasil com tendência histórica a riscos para a liberdade política da segunda metade da década de 1940 em diante, ou como no caso da Nicarágua com déficits ainda mais significativos no que se refere ao controle e a liberdade política.

Tabela 6 – Ranking classificatório por valor geral de índice (2020)

CLASSIFICAÇÃO	PAÍSES	VALOR (p.)	REGIME POLÍTICO
10	Costa Rica	0.914	Democracia Funcional
27	Uruguai	0.847	Democracia Deficitária
29	Chile	0.84	Democracia Funcional
44	Argentina	0.763	Democracia Deficitária
50	Peru	0.716	Democracia Deficitária
57	Panamá	0.691	Democracia Deficitária
72	Guiana	0.605	Democracia Deficitária
75	Brasil	0.599	Democracia Deficitária
84	Colômbia	0.566	Regime Híbrido
87	República Dominicana	0.562	Regime Híbrido
88	Paraguai	0.558	Democracia Deficitária
90	México	0.553	Regime Híbrido
97	Bolívia	0.521	Regime Híbrido
98	Guatemala	0.504	Regime Híbrido
104	El Salvador	0.485	Regime Híbrido
122	Honduras	0.379	Autocracia Moderada
131	Haiti	0.346	Autocracia Moderada
156	Nicarágua	0.137	Autocracia Moderada
159	Venezuela	0.118	Autocracia Absoluta

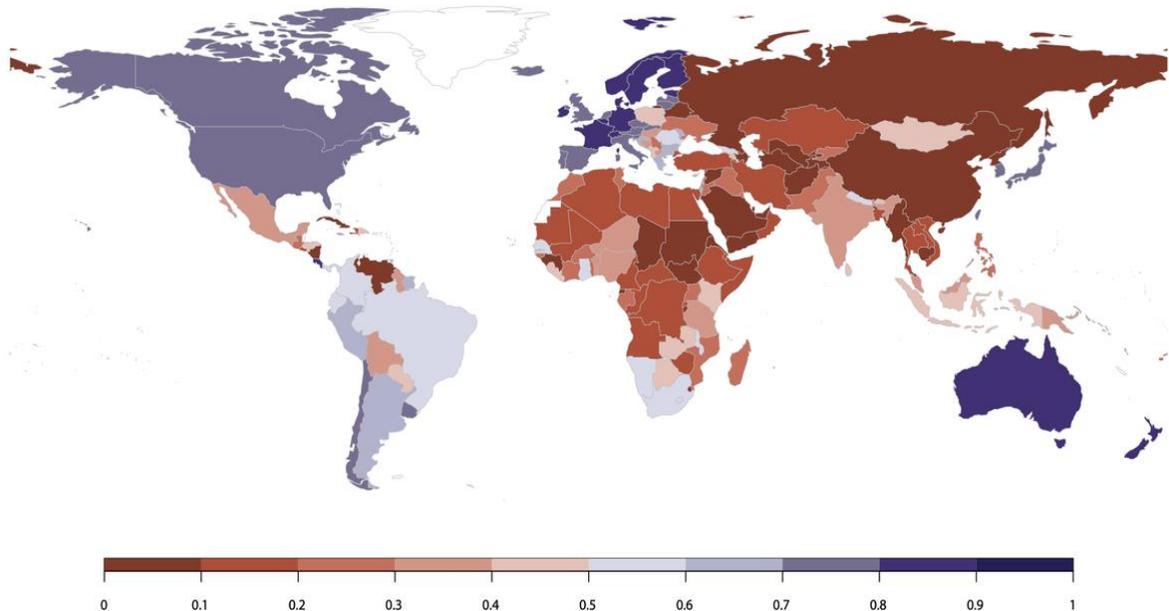
Fonte: Democracy Matrix.

Com base na Tabela 6, que representa o ranking classificatório do valor geral dos regimes políticos para o ano de 2020, podemos compreender algumas tendências para a autocratização na América Latina. Conforme a depreciação das pontuações de contexto no caso em questão (Tabela 4 e 5), a democracia na América Latina foi fragilizada de forma generalizada, levando em consideração a recessão nas dimensões políticas de Liberdade (- 0,06), Igualdade (- 0,05) e Controle (- 0,04). Os casos analisados apresentam-se da seguinte forma: Democracias Funcionais (2), Democracias Deficitárias (7), Regimes Híbridos (6), Autocracias Moderadas (3) e Autocracia Absoluta (1).

4.1.2.2 V-Dem

O projeto de mensuração em questão disponibiliza o mapeamento da qualidade democrática graficamente através de mapa. A qualidade do regime pode ser aferida pela escala cromática que vai do azul para países democráticos ao vermelho com casos de acepção autocrática. Através dessa ferramenta nota-se que há em curso no mundo um processo de autocratização levando em consideração a expansão dos casos de autocracias e fragilização progressiva dos casos democráticos.

Figura 6 - Classificação dos regimes políticos no mundo para a Democracia Liberal, segundo o V-Dem (2023)



Fonte: Democracy Report (2024, p. 9).

Podemos produzir considerações úteis sobre a situação da qualidade democrática analisando a capacidade de estabilidade política destes. Entre as ferramentas de análise de dados fornecidas pelo V-DEM está o *Predicting Adverse Regime Transitions* (PART), ou em tradução livre “Prevendo Transições de Regimes Adversos”. Basicamente, a ferramenta fornece previsões sobre a probabilidade de transições de regimes políticos adversos (Morgan, *Et al.*, 2019) conforme a diminuição da escala classificatória no intervalo de tempo de dois anos.

Utilizaremos como ilustração para o uso da ferramenta o caso da América Latina (2011/12 – 2022/23), visitando antes algumas disposições essenciais sobre a operacionalização da ferramenta. Primeiro, é importante destacar que as previsões são fatores probabilísticos, que podem ser alterados pelo comportamento das variáveis que integram o modelo em face dos muitos fenômenos que podem perturbá-las. Assim podemos destacar algumas limitações da ferramenta em questão: a depreciação da situação do regime político possui caráter descritivo, de forma que podemos identificar tendências e ciclos, sem que se mapeiem relações causais entre as variáveis utilizadas ou de que forma uma variável específica pode impulsionar determinada previsão.

**Tabela 7 – Probabilidade de Transição de Regime Adverso para a América Latina
(2011/12 – 2022/23)**

PAÍS	Presente Regime Político	Estimativa de Risco (%)	
		2011/2012	2022/2023
Argentina	Democracia Eleitoral	1	4,3
Bolívia	Democracia Eleitoral (-)	3,5	26,6
Brasil	Democracia Eleitoral	0,7	3,6
Chile	Democracia Liberal (-)	1	15,8
Colômbia	Democracia Eleitoral	2,2	7,8
Costa Rica	Democracia Liberal	1,5	15,4
República Dominicana	Democracia Eleitoral	1,3	8,6
Equador	Democracia Eleitoral	10,7	4,9
El Salvador	Autocracia Eleitoral (+)	1,5	13,7
Guatemala	Democracia Eleitoral (-)	1,9	47,5
Guiana	Democracia Eleitoral (-)	0,9	21,4
Haiti	Autocracia Eleitoral	8,2	5,9
Honduras	Autocracia Eleitoral	6,9	5,3
México	Democracia Eleitoral	2	15,8
Nicarágua	Autocracia Eleitoral (-)	1,9	19
Panamá	Democracia Eleitoral	0,8	1,5
Paraguai	Democracia Eleitoral (-)	1,6	14,4
Perú	Democracia Eleitoral	1,2	5,3
Uruguai	Democracia Liberal (-)	1,1	26,4
Venezuela	Autocracia Eleitoral	6,4	8,3

Fonte: V-Forecast (V-DEM, 2023).

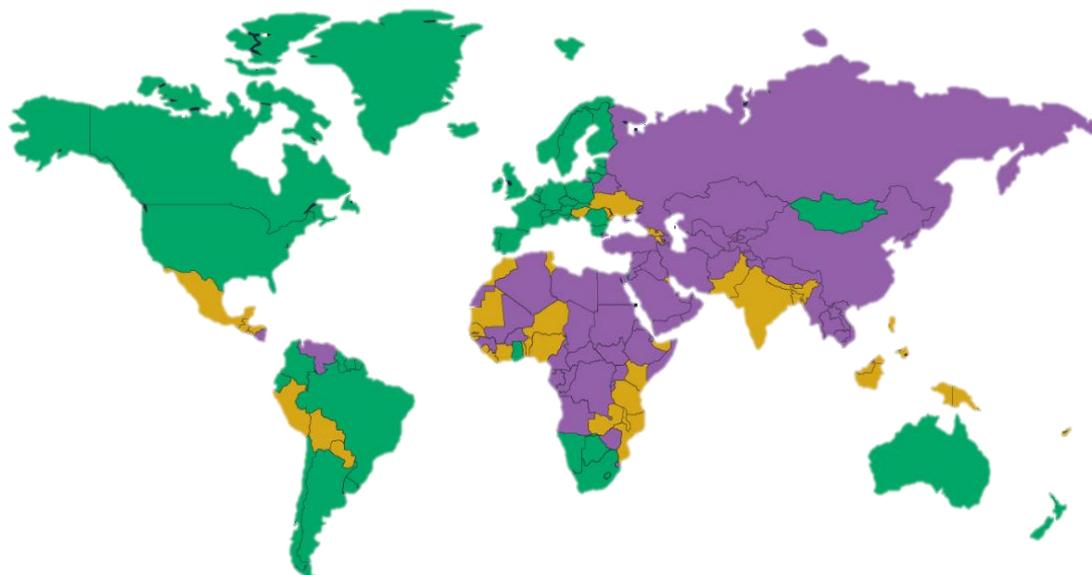
4.1.2.3 Freedom House

Quanto ao Freedom House, analisaremos às disposições da classificação de regimes políticos por formato de mapa e por ranking classificatório levando em consideração a situação da América Latina em 2023. Primeiro, com uma visão mais geral, entendemos que há uma perspectiva de expansão da autocratização no mundo, levando em consideração os casos em déficit do acesso a liberdade (Parcialmente Livres e Não Livres), conforme as dimensões constitutivas do índice (direitos políticos e liberdades civis). No caso da América Latina, 8 dos 11 casos com déficit de liberdade são países Parcialmente Livres (Peru, República Dominicana, Bolívia, Paraguai, México, El Salvador, Guatemala, Honduras), enquanto os três restantes, Não Livres (Haiti, Nicarágua e Venezuela).

Conforme a Figura 6, que representa o produto do relatório *Freedom in The World* (2023), os centros de concentração de autocratização são o leste europeu e centro-

norte africanos. Esses dois recortes abrigam os principais casos de regimes políticos de cunho autoritário na atualidade, representados no mapa pela cor roxo.

Figura 7 – Classificação dos regimes políticos no mundo segundo o *Freedom House* (2023)



Fonte: *Freedom in The Word* (2023).

Conforme o ranking classificatório do FIW no ano de 2023 disposto na Tabela 8, as unidades de análise selecionadas para o estudo de caso encontram-se na seguinte classificação por status: Costa Rica (91) e Brasil (71) como Livre, enquanto Nicarágua (19) como Não Livre. Algumas considerações podem ser tomadas dessa classificação, levando em consideração indicadores de democracia e seus respectivos estados para cada um dos casos analisados.

Tabela 8 – *Ranking* classificatório por Liberdade Global (2023)

STATUS	PÁIS	DIREITOS POLÍTICOS	LIBERDADES CIVIS	PONTUAÇÃO GERAL
Livre	Uruguai	40	56	96
	Chile	38	56	94
	Costa Rica	38	53	91
	Argentina	35	50	85
	Panamá	35	48	83
	Suriname	34	45	79
	Guiana	30	43	73
	Brasil	30	42	72

	Colômbia	31	39	70
	Equador	30	40	70
Parcialmente Livre	Peru	29	41	70
	República Dominicana	27	41	68
	Bolívia	27	39	66
	Paraguay	28	37	65
	México	27	33	60
	El Salvador	25	31	56
	Guatemala	20	29	49
	Honduras	22	26	48
Não Livre	Haiti	11	20	31
	Nicaragua	5	14	19
	Venezuela	1	14	15

Fonte: Freedom House (2023).

No caso da Nicarágua, por exemplo, em 2021 o candidato Daniel Ortega vence as eleições pela quarta vez, em um cenário em que seus principais opositores políticos estão exilados ou presos¹⁷. O processo de autocratização no caso da Nicarágua pode ser olhado com maior profundidade com base no “Gráfico 5 – Diferentes abordagens conceituais para a democracia na Nicarágua pelo V-Dem (1960 – 2020)”, observando-se a gradual deterioração desta ao longo da série histórica, levando em consideração as dimensões constitutivas adotadas pelo projeto de mensuração em questão.

4.2 Análises: a democracia na Nicarágua, Brasil e Costa Rica

Nesse ponto, podemos compreender que existem múltiplas ideias conceptivas de democracia, e isso consequentemente reflete também na variância de medidas adotadas. Dizemos isso pois com base na observação dos nossos resultados, onde o nível de agregação para o conceito influenciará diretamente na métrica, o que consequentemente pode facilitar a observação de uma convergência, mas não garante a intercambialidade mais abrangente desses indicadores (Vaccaro, 2021). Esse ponto torna-se ainda mais necessário de análises mais robustas quando pensamos situações de hibridismo, onde os diversos indicadores podem assumir comportamentos classificatórios distintos perante as transformações sociais e políticas dos casos analisados.

¹⁷ “A crise na Nicarágua com reeleição de presidente pela 4ª vez consecutiva”. Acesso: Julho de 2023, disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-59268964>.

Ao analisar a intercambialidade da mensuração democrática nas últimas décadas, Vaccaro (2021) explica a necessidade do uso de múltiplas medidas como forma de assegurar a validade das investigações que as adota. Isso torna-se essencialmente importante para nossa investigação quando analisamos as pluralidades conceituais para a democracia através do projeto *V-Dem*. Nesse caso, cinco tipos de democracia são apresentados conceitualmente: a Deliberativa, Igualitária, Eleitoral, Liberal e Participativa. Nesse caso, muito embora essas cinco ideias conceptivas abordem uma visão particular do regime, há uma convergência de significância entre elas, como pode se observar nos gráficos da seção 4.2.1 e 4.2.2 deste trabalho.

4.2.1 Analisando a pluralidade conceitual democrática

Na presente seção, nos dedicamos a descrever a pluralidade conceitual para o regime político por meio de uma avaliação comparada entre índices de democracia de acordo com os princípios centrais analisados pelo *V-Dem*. Os cinco princípios democrático funcionam como a base constituinte para o índice, que em última instância compõem a perspectiva conceitual adotada para a tipificação democrática a qual ele se propõe.

Nesse caso, estes podem ser desagregado em subcomponentes passíveis de análises isoladas ou conjuntas, critério este relacionado a questão que se pretende explorar por meio da observação empírica da democracia. Por exemplo, no caso do índice Democracia Eleitoral, temos como elementos constitutivos a Contestação e a Competição política, de forma que as instituições (eleições, partidos políticos, competitividade e alternância de poder) de interesse para a aferição do comportamento desses dois membros podem ser observadas em perspectivas variadas conforme o desenho de pesquisa.

A pluralidade conceitual a qual a presente discussão se refere é sintetizada no Quadro 8, que descreve as tipificações, princípios, questões de orientação e instituições-chave. A perspectiva de formação das pontuações segue a metodologia adotada descrita na seção anterior, com a avaliação de especialistas acompanhadas do modelo de estratégia de estimativa IRT para ponderá-las. Para a formação dos conceitos-chave, algumas questões são estabelecidas, que dialogam diretamente com os princípios nucleares que integram os índices e seus respectivos valores subjacentes (Coppedge, *Et al.*, 2024, p. 4). Por sua vez, os questionamentos versam sobre o estado em que se encontram as

instituições de interesse para cada índice, de forma que o desempenho dessas instituições é quantificado.

Quadro 10 – Concepções de democracia conforme o V-Dem

TIPIFICAÇÃO	PRINCÍPIOS	QUESTÕES-CHAVE	INSTITUIÇÕES
Eleitoral (Elitista, Mínima, Realista, Shumpeteriana)	I) Contestação; II) Competição	I) Os agentes políticos ocupam cargos públicos por meio de eleições livres e justas? II) Há competição real, ou seja, desenvolvida com base no multipartidarismo?	I) Eleições; II) Partidos Políticos; III) Competitividade; VI) Alternância de poder (<i>turnover</i>)
Liberal (Consensual ou Pluralista)	I) Limitações ao exercício de poder governamental; II) Modelo de controle institucional mútuo (<i>accountability</i> horizontal); III) Direitos Individuais; IV) Liberdades Cívicas; V) Transparência	O poder político é descentralizado e limitado?	I) Multiplicidade, independência e descentralização nas atividades da mídia, grupos de interesse e judiciário, especialmente; II) Constituição redigida com garantias explícitas e invioláveis dentro de uma perspectiva legalista;
Majoritária (Responsiva)	I) Regra da maioria; II) Centralização; III) Controle social as atividades dos agentes públicos e governamentais (<i>accountability</i> vertical);	A vontade da maioria impera sobre a dos demais segmentos sociais quanto a materialização da governança?	I) Partidos políticos consolidados e descentralizados;
Participativa	Governado pelo povo	A participação política é universalizada para todo o corpo social, independente do grau de acesso para a formação de capital político?	I) Direito Eleitoral; II) Sociedade Civil; III) Governo Local; IV) Democracia Direta
Deliberativa	Governado através da racionalização das demandas públicas	As decisões públicas são produto da deliberação pública?	Órgãos deliberativos no geral
Igualitária	Igualdade Política	Todos os cidadãos têm o mesmo poder, ou seja, capacidades iguais de formação de capital político?	I) Garantia da participação igualitária; II) Representação; III) Proteção

Fonte: Coppedge *Et al.* (2011, p. 254).

Como visto, cada uma dessas instituições agrega características particulares aos conceitos postos pelos cinco índices do V-Dem. Nesse caso, a conceituação é formada ao se estabelecer princípios, questões-chave e instituições centrais para cada um dos regimes, gerando tipos diversos de democracia, mas que podem pensar elementos comuns deste. Como forma ilustrar tal colocação, expressamos na Tabela 9 o índice de correlação desses tipos sob perspectiva comparada. Para os quatro casos de análise e suas respectivas séries temporais, o coeficiente de correlação para as dez relações apresentadas foram altos. Em um panorama geral, os coeficientes possuem valores acima de 0,9, com as seguintes médias para os quatro casos: América Latina de 0,996, Nicarágua de 0,967, Brasil de 0,990 e Costa Rica de 0,988; demonstrando que há generalizadamente uma relação linear positiva entre os valores.

Primeiro na América Latina, os dez coeficientes obtidos possuem valores superiores a 0,99, significando dizer que as correlações obtidas foram quase perfeitas. Para esse caso, a moda é de 0,996, enquanto os valores de mínimo e máximo para essa sequência de dados é de 0,993 e 0,999, respectivamente. Com essas medidas de tendência central, os coeficientes para essa unidade mostram que as associações são fortes, demonstrando que os conceitos de democracia possuem conteúdos próximos. É o caso também de comparar o exposto aos gráficos de dispersão dispostos no Anexo G, em que os valores são possuem uma distribuição paralela entre si, mesmo que seus valores nominais sejam diferentes. Nos demais casos (Nicarágua, Brasil e Costa Rica), os índices de correlação figuram

Já no caso da Nicarágua, as correlações são fortes e positivas, mesmo que nominalmente possuam valores menores em relação aos demais casos. O valor mínimo e máximo (0,949 e 0,988) do conjunto de dados ilustra isso, ao passo que o valor que mais se repete na série (0,973) também indica que há manutenção de um valor alto para os coeficientes na observação desses dados. Para o campo dos valores mínimos e máximos, a situação torna-se ainda mais próxima para os dois casos restantes, representados por 0,979 e 0,997 no caso brasileiro, e de 0,97 e 0,998 para o caso costa-riquenho.

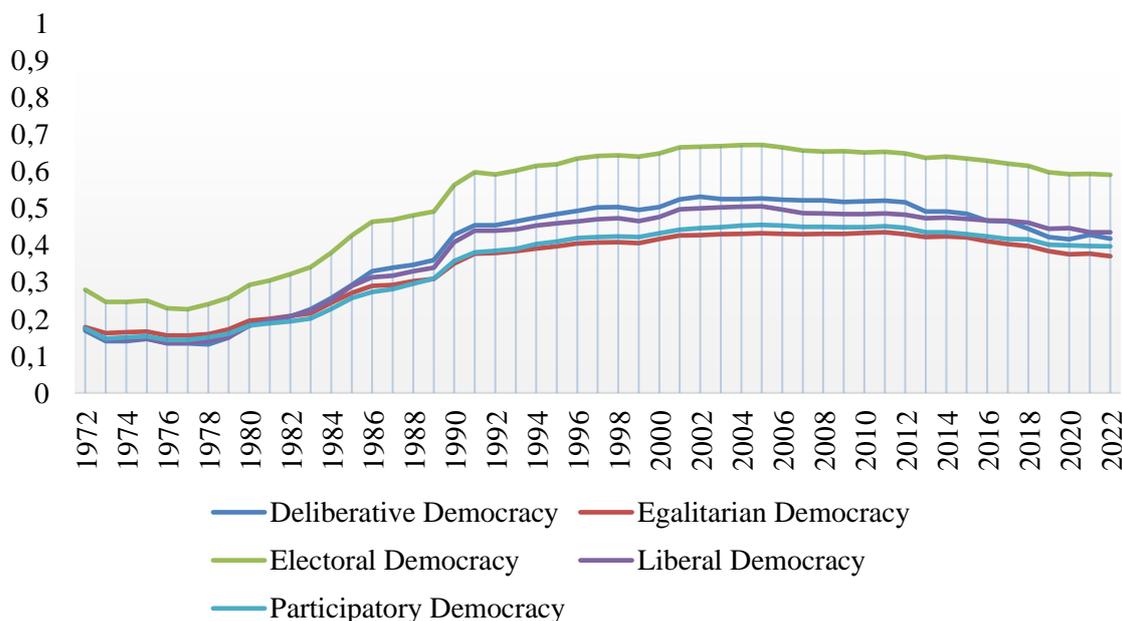
Tabela 9 – Coeficiente de correlação para os diferentes conceitos de democracia segundo o V-Dem para os casos de análise

Relação	Casos			
	América Latina (1972 – 2020)	Nicarágua (1960 – 2020)	Brasil (1960 - 2020)	Costa Rica (1960 – 2020)
Liberal \Leftrightarrow Deliberativa	0,998	0,949	0,989	0,997
Eleitoral \Leftrightarrow Deliberativa	0,999	0,988	0,980	0,996
Eleitoral \Leftrightarrow Liberal	0,998	0,955	0,997	0,995
Igualitária \Leftrightarrow Deliberativa	0,995	0,973	0,992	0,998
Igualitária \Leftrightarrow Liberal	0,996	0,981	0,990	0,997
Igualitária \Leftrightarrow Eleitoral	0,996	0,966	0,979	0,995
Participativa \Leftrightarrow Deliberativa	0,997	0,973	0,993	0,977
Participativa \Leftrightarrow Liberal	0,999	0,960	0,997	0,980
Participativa \Leftrightarrow Eleitoral	0,996	0,984	0,992	0,970
Participativa \Leftrightarrow Igualitária	0,993	0,950	0,994	0,980

Fonte: O autor, com dados do V-Dem.

Conforme observado pelo comportamento dos coeficientes de correlação na Tabela 9, podemos perceber a comunicabilidade entre os conceitos de democracia constituídos pelo V-Dem para o presente caso. Na série temporal (1972 – 2022), os cinco índices de democracia comportam-se de forma paralela, onde o índice de democracia eleitoral mate-se com valores maiores que os demais, que por sua vez mantem uma oscilação baixa entre si. Com exceção aos valores nominais do índice de democracia eleitoral, os quatro demais índices (Liberal, Participativo, Deliberativo e Igualitário) no período de 1972 a 1984 possuem valores de quase igualdade, mantendo-se com poucas oscilações de pontuação comparativa ao longo da série. Esse mesmo comportamento de proximidade ocorre no caso da Nicarágua (ver Gráfico 4) entre os anos de 1960 e 1978, o que pode ser analisado para compreender esses conceitos conjuntamente de acordo com transformações significativas para a democracia nesse recorte.

Gráfico 3 – Diferentes abordagens conceituais para a democracia na América Latina pelo V-Dem (1972 – 2022)



Fonte: O autor, com dados do V-Dem.

Levando em consideração o comportamento dos cinco índices de democracia para a América Latina conforme (Gráfico 3), acompanhada da compreensão dos elementos centrais de representação de cada um deles, algumas considerações importantes podem ser ponderadas na leitura desses dados. Primeiro, o período referente a 1972 – 1978 representa uma leve variação nas pontuações dos índices, mantendo-se estáveis, seguido de um aumento exponencial de suas pontuações.

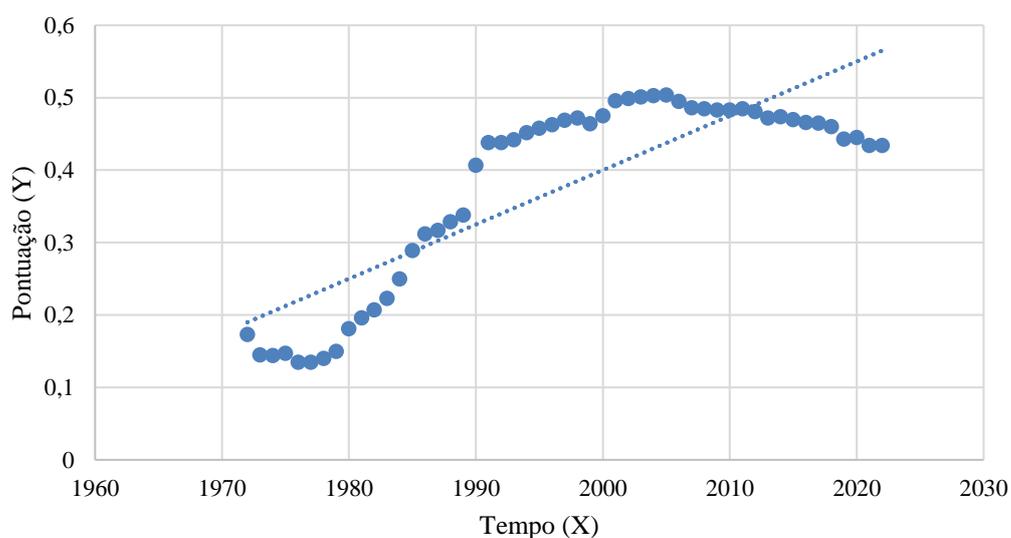
A Democracia Eleitoral, que possui uma pontuação superior aos demais índices, oscilou entre 0,168 e 0,131 pontos, o que representa um déficit reflexo dos processos ditatoriais comuns a região como por exemplo na leitura de Huntington (1994; 1991) com a terceira onda de democratização que teve início em 1974. Quanto aos demais índices, a perspectiva se manteve, com baixa oscilação de valores e com percentuais abaixo da média (0,395). Nesse caso, com a Igualitária (0,178 – 0,159), Deliberativa (0,168 – 0,131), Liberal (0,173 – 0,145) e Participativa (0,174 – 0,15), mesmo que a tendência de queda e estabilidade dos valores permaneça as pontuações afastam-se consideravelmente do índice Eleitoral, com diferenças totais acima de um ponto, respectivamente (0,111; 0,101; 0,106; 0,105).

Entre os anos de 1978 e 1992, o comportamento desses valores muda drasticamente. O percentual médio dos índices passa de 0,329 para 0,448, o que

representa um crescimento de 36% nessas pontuações no período em questão, o que talvez seja explicado pela reconstrução das democracias nesse recorte após a onda de regimes ditatórias presentes na América Latina na segunda metade do século XX. Em sequência, e seguindo a leitura de Huntington (1994; 1991) sobre as ondas e contra-ondas de democracia, podemos perceber uma diminuição lenta, porém gradual das pontuações para a região a partir de 2014 até a presente data. Do ano em questão até o final dessa série (2022), os índices Deliberativo (0,49 – 0,417), Igualitário (0,423 – 0,369), Eleitoral (0,638 – 0,589), Liberal (0,474 – 0,434) e Participativa (0,434 – 0,396) caíram substancialmente em relação as suas pontuações anteriores.

Como forma de aproximar nosso olhar no índice de democracia particularizado na nossa análise, para o caso da América Latina a democracia liberal tende a aumentar ao longo do tempo. Conforme o Gráfico 4, que fornece a relação entre tempo (eixo x) e pontuação (eixo y), a tendência global dos dados explica uma melhoria generalizada nesse índice ao longo do tempo, com variações de 0,1 a 0,5 pontos. A equação para a respectiva linha de tendência é $y=0,0075x-14,601$, de onde se extrai a tendência de inclinação da linha em 0,0075. Ainda, o coeficiente de determinação ($R^2=0,7084$) aponta para a possibilidade de explicação de 70% da variação da pontuação (y) desse índice em relação a variável de tempo (x), sugerindo significância na leitura da variação, limitada pela natureza da própria ferramenta de análise.

Gráfico 4 – Dispersão para o índice de Democracia Liberal na América Latina segundo o V-Dem (1972 – 2022)

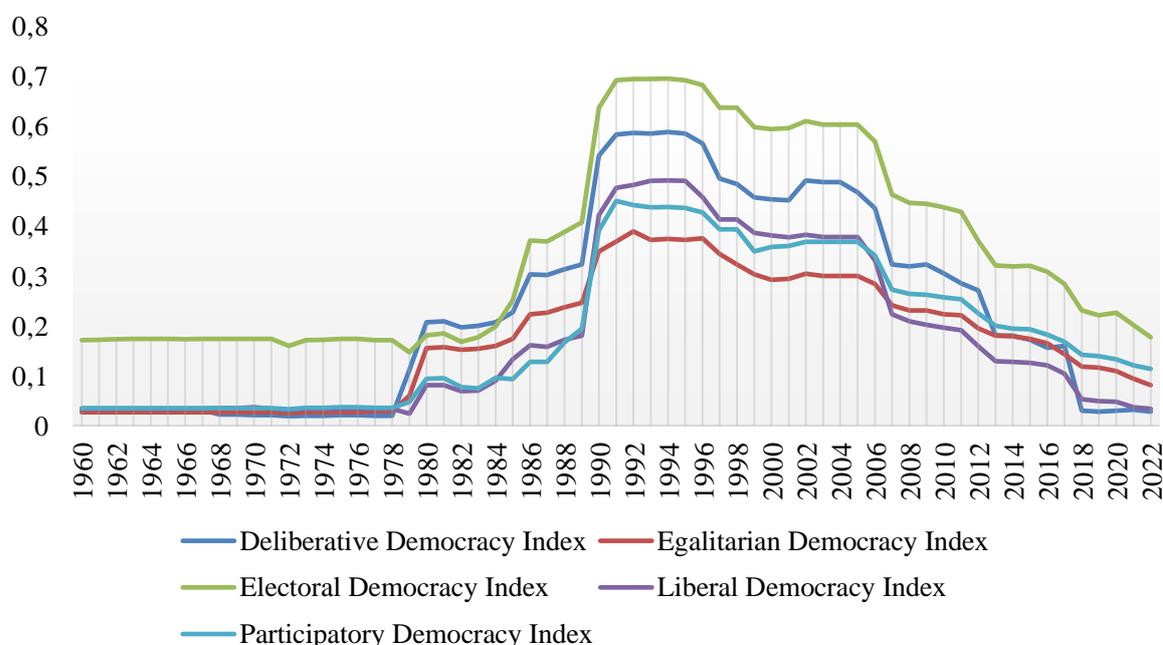


Fonte: O autor, com dados do V-Dem.

Apesar das contribuições para nossa análise, é preciso ressaltar alguns detalhes acerca do Gráfico 4 quanto a suas limitações. Muito embora seja reconhecida uma tendência crescente que se comunica para as variáveis com grau considerável de confiabilidade, as flutuações presentes dos anos de 1990 até o final da série (2022), demonstram a necessidade de pensar aumentos ou diminuições dessas pontuações em um grau diferente da percebida pela linha de tendência, de forma que utilizá-la individualmente pode recair em insensibilidade quando a interpretação dos dados.

Além disso, cabe pensar em outras variáveis que podem ser exploradas para explicar as pontuações da democracia liberal, questão que pode ser melhor desenvolvida com o uso dos elementos de conceituação, por exemplo. Essa questão torna-se essencialmente importante quando nos propomos a analisar a democracia liberal nos demais casos de análise (Nicarágua, Brasil e Costa Rica), quando a relação entre as variável tempo (x) acaba possuindo diferentes graus significância sobre a variação nas pontuações (y) do índice, como é o caso de ajuste fraco do R^2 para a Nicarágua, moderado para o Brasil e alto para a Costa Rica, levando em consideração a diversidade de situações democráticas presentes na América Latina.

Gráfico 5 – Diferentes abordagens conceituais para a democracia na Nicarágua pelo V-Dem (1960 – 2020)



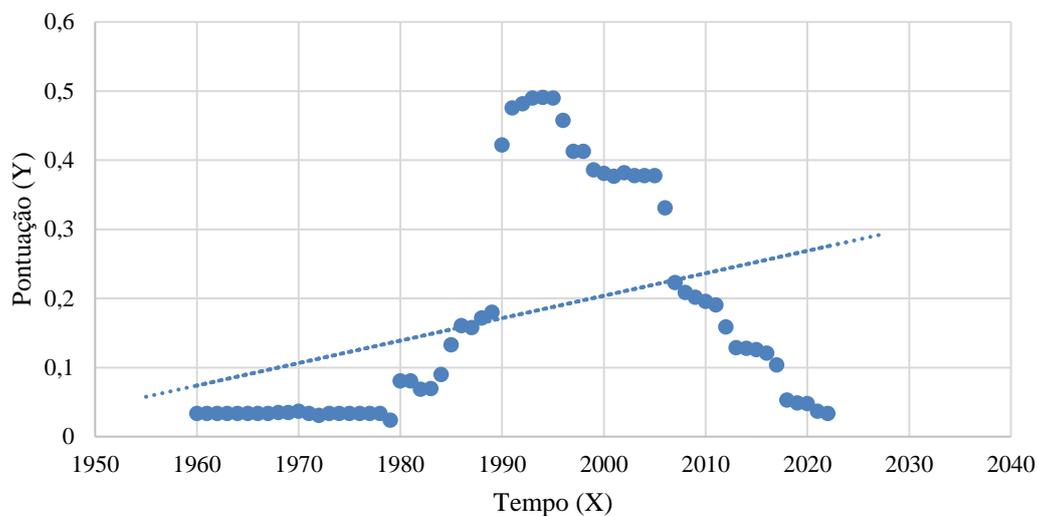
Fonte: O autor, com dados do V-Dem.

É importante notar como a democracia da Nicarágua comporta-se ao longo da série constante no Gráfico 5, de forma que os índices mesmo possuindo pontuações diferentes convergem para um mesmo sentido de erosão do regime. É caso de perceber a manutenção da baixa pontuação da década de 1960 até 1978, seguida por um crescimento desses valores entre as décadas de 1980 até o começo da década de 1990, até sua queda brusca desse período até a segunda década dos anos 2000, com os valores dos índices Deliberativo, Igualitário, Liberal e Participativo serem reduzidos até uma pontuação equivalente aos anos de 1960.

Em termos reais, isso representa um retrocesso dos componentes institucionais do regime político quase imensurável, levando em consideração os componentes representativos dos índices em questão, como garantias ligadas aos direitos civis e liberdades políticas ao a existência do Estado Democrático de Direito. Nesse caso, mesmo com pontuações distintas e até distantes em alguns casos, os índices convergem para um mesmo sentido: a democracia da Nicaragua sofre com uma depreciação desde o início dos anos de 1990.

Analisando a dispersão dos valores do índice de democracia liberal (ver Gráfico 6), a linha de tendência linear apresenta uma leve inclinação ao crescimento na pontuação (y) do índice ao longo do tempo, tendo como valor de curvatura 0,0032 conforme a equação $y=0,0032x-6,2946$. Para o caso da Nicarágua, há baixa significância da variável de tempo (x) para a análise das variações da pontuação (y) da democracia em questão ($R^2=0,1365$). Nesse caso, apenas 13% podem ser relevantes para a explicar tal relação, demonstrando que outras variáveis possuem mais força para explicar tal alteração.

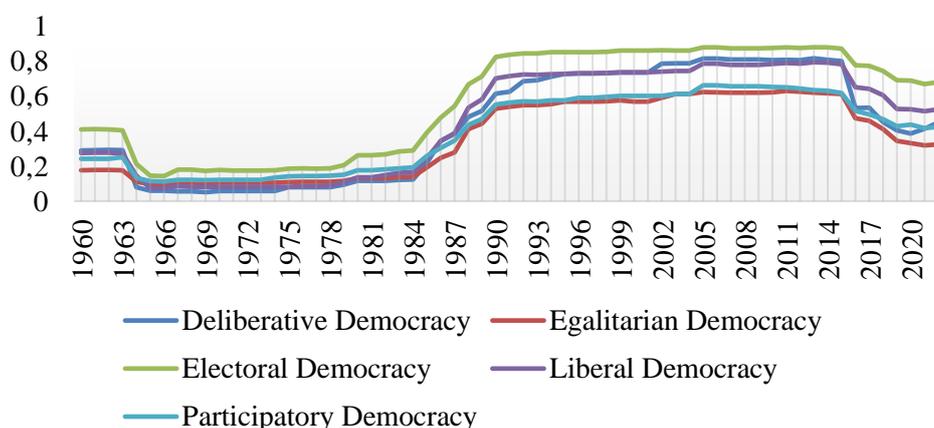
Gráfico 6 – Dispersão para o índice de Democracia Liberal na Nicarágua segundo o V-Dem (1960 – 2022)



Fonte: O autor, com dados do V-Dem.

No caso brasileiro, os cinco índices apresentados possuem um mesmo sentido de convergência, mesmo com diferentes valores. Nesse sentido, é expresso um déficit nos valores dos índices entre as décadas de 1960 a 1980 representados pelo período ditatorial a qual o país enfrentou, seguindo uma tendência de crescimento após 1984 até 1990, mantendo-se estável até 2014. Nesse período, os índices de democracia igualitária e participativa com valores próximos, comportamento que se reproduz no caso do índice deliberativo e liberal. No caso da democracia eleitoral, o tipo segue sendo a forma mais dominante entre os cinco para todos os casos analisados.

Gráfico 7 – Diferentes abordagens conceituais para a democracia no Brasil pelo V-Dem (1960 – 2020)



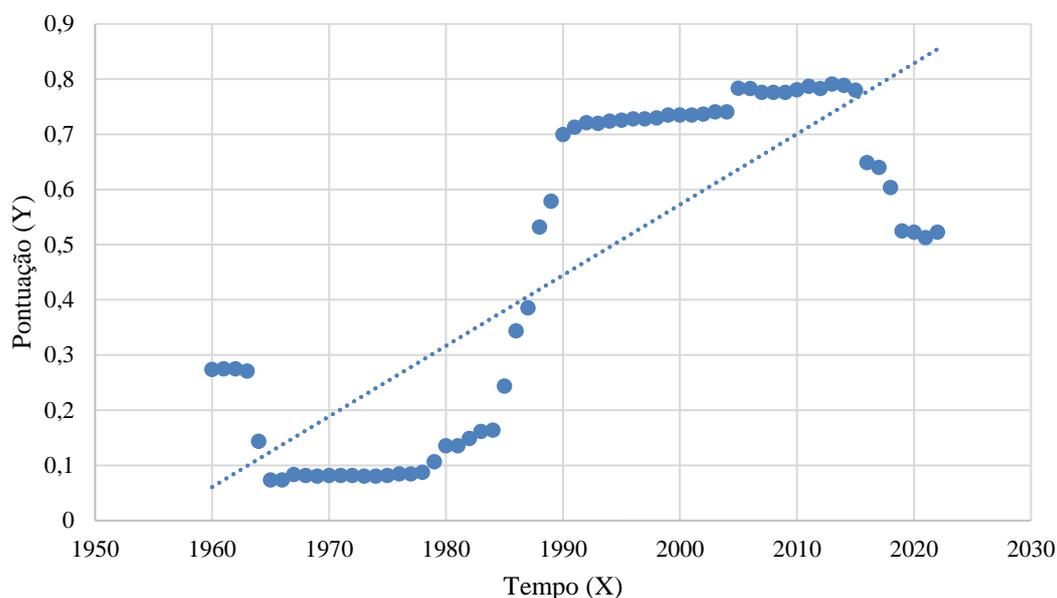
Fonte: O autor, com dados do V-Dem.

No geral, os cinco conceitos de democracia explorados possuem comportamentos semelhantes, apesar de possibilidades de diferenças nominais entre os valores. No biênio 1963 e 1964, os índices convergem em sentido e em valores representativos muito próximos, onde para o primeiro ano (0,291; 0,271; 0,403; 0,175 e 0,251) e segundo ano (0,079; 0,144; 0,212; 0,111 e 0,132) eles alcançam o maior período de proximidade na série.

Já nos aproximando ao final da série a partir de 2014 quando a democracia passa a apresentar redução em suas pontuações, os cinco índices possuem comportamentos semelhantes onde vê-se a recessão comum, mas que podem apresentar valores nominais com graus maiores de diferença (0,448; 0,523; 0,678; 0,324 e 0,424). O caso mais expressivo surge quando comparamos as pontuações da democracia eleitoral em 2022 com 0,678 pontos ao de democracia igualitária, com 0,324 pontos. Outros detalhes relevantes podem ser percebidos quando analisamos a perspectiva de dispersão dos valores para a democracia liberal no recorte.

O Gráfico 8 apresenta a dispersão dos valores do índice de democracia liberal para o Brasil no período em questão. A equação da linha de regressão obtida foi $y=0,0128x-25,025$, que conforme o coeficiente de inclinação da linha ($x=0,0128$) espera-se que x e y aumentem linearmente limitados a esse valor. No entanto, tal afirmação desse ser analisada com cuidado pela variabilidade de comportamento que o índice assume na série em relação as duas variáveis levadas em consideração (tempo e valor do índice). Outra forma em que isso foi percebido foi através do valor moderado do Coeficiente de Determinação ($R^2=0,649$), de onde compreendemos que 64% do conjunto de dados pode ser explicado pela relação, enquanto o restante da porcentagem depende de outras variáveis para a compreensão da democracia do recorte. Em outras palavras, mesmo que essa tendência seja significativa, outros fatores dessa relação influenciam o eixo y .

Gráfico 8 – Dispersão para o índice de Democracia Liberal no Brasil segundo o V-Dem (1960 – 2022)

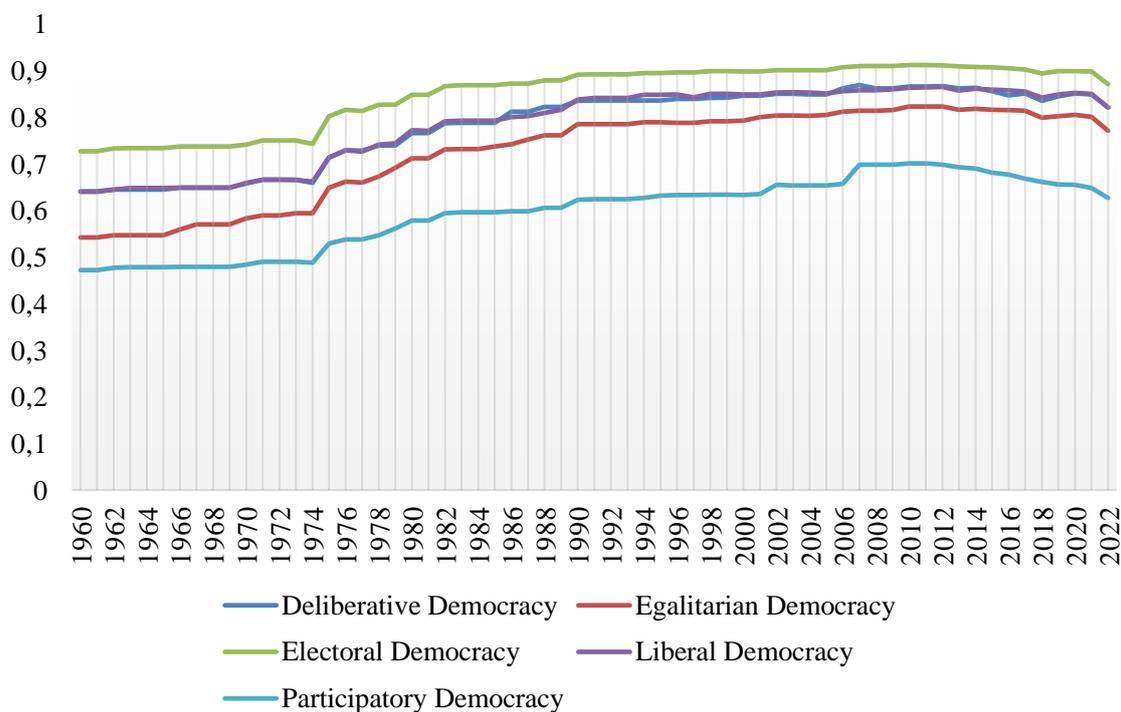


Fonte: O autor, com dados do V-Dem

No caso dos cinco índices de democracia para o caso da Costa Rica, as medidas são mais lineares em relação aos demais casos. Em uma perspectiva geral, o regime político do recorte possui maior estabilidade e pontuações melhores em relação ao Brasil e Nicarágua, onde o crescimento dos cinco índices é contínuo desde o início da série até aos anos 2000, mantendo-se estável, sofrendo um leve déficit recente, de 2018 em diante. Além disso, os valores nominais no recorte para os índices de democracia liberal e deliberativa mantem-se em comunhão quase perfeita, sendo o índice participativo o que assume os menores valores, conforme se vê na leitura do Gráfico 8.

Ainda sobre o conteúdo do Gráfico 6, a perspectiva de estabilidade entre as medidas é reforçada pelas medidas de tendência central. Em relação as medidas mínimas e máximas, os valores tendem a menores graus de discrepância, no caso: 0,64 e 0,865 para a democracia liberal; 0,542 e 0,823 para a igualitária; 0,727 e 0,912 para a eleitoral; 0,641 e 0,869 para a deliberativa e, por fim, 0,472 e 0,701 para o tipo participativo. Além disso, com exceção do último caso (37), a soma das 63 observações da série é superior a 45 pontos para os quatro índices restantes, demonstrando pontuações maiores para a democracia na Costa Rica em comparação aos demais casos analisados.

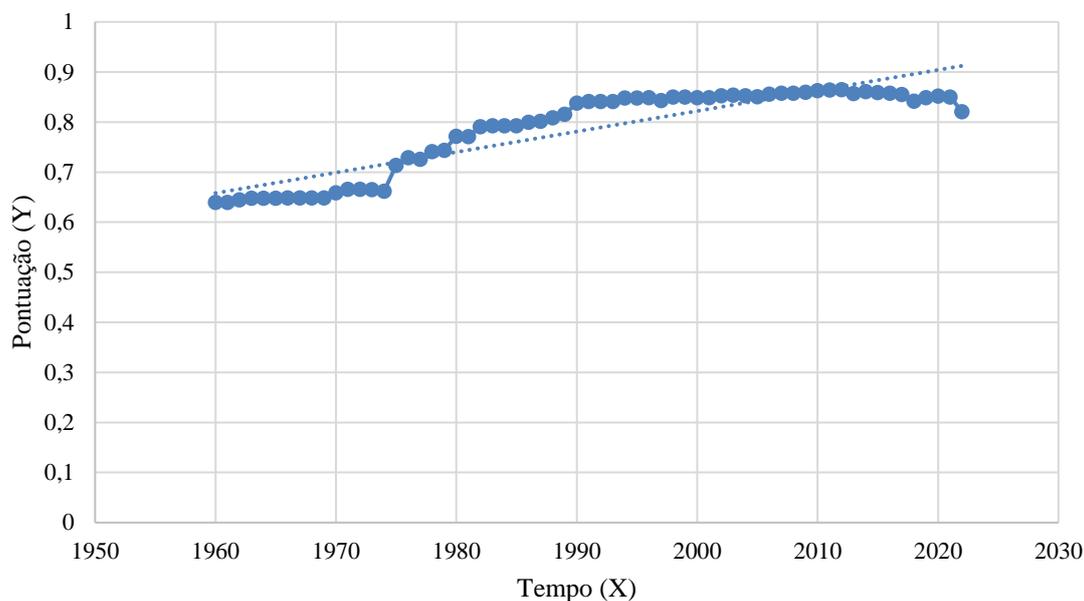
Gráfico 9 – Diferentes abordagens conceituais para a democracia na Costa Rica pelo V-Dem (1960 – 2020)



Fonte: O autor, com dados do V-Dem.

Tratando-se das medidas de dispersão, a equação da linha de tendência obtida foi: $y = 0,0041x - 7,38$. Interpretando o exposto, com o Coeficiente de Inclinação da linha de 0,0041, encontra-se uma inclinação positiva dessa relação, onde espessa-se que as variáveis de pontuação (y) e tempo (x) variem juntas em um mesmo sentido. Além disso, em relação a qualidade do ajuste ($R^2 = 0,8143$) entre os conjuntos de dados pertencentes as duas variáveis mostram uma tendência alta de ajuste, onde 81% da variabilidade dos valores assumidos por y podem ser explicados pela variação de x . Isso significa dizer que, dentro os casos analisados, a Costa Rica possui uma significância mais alta para a relação linear entre os eixos, mesmo que ainda necessite de análises residuais para a compreensão da porcentagem não contemplada na análise do Gráfico 10.

Gráfico 10 – Dispersão para o índice de Democracia Liberal para a Costa Rica, segundo o V-Dem (1960 – 2022)



Fonte: O autor, com dados do V-Dem.

No geral, mesmo se tratando de uma mesma fonte de conceituação, os índices do V-Dem podem levar a resultados de pesquisa mais ou menos otimistas sobre a democracia no recorte que se pretende analisar. Por exemplo, ao adotarmos o conceito de democracia eleitoral como base para nossas análises a visão para recortes com tensões econômicas, sociais ou que demandam pensar outros fenômenos políticos pode ser diferente da que teríamos a adotar o índice de democracia liberal, o que poderia alterar os resultados de uma determinada pesquisa. Para além de observar a tendência conjunta desses índices, devemos também perceber como índices de outras fontes comportam-se nos casos analisados, atividade desenvolvida na próxima seção desta pesquisa.

4.2.2 Analisando a pluralidade de abordagens de mensuração

Sobre o processo de agregação, Munck e Verkuilen (2002, p. 24) explicam que *“the selection of a rule of aggregation proper is a distinct task driven by the concern with formalizing the theoretical understanding of the links between attributes”*. Nesse caso, entendemos necessário conduzir o processo de agregação com base na compreensão lógica dos vínculos admitidos na etapa de conceituação. Como forma de ilustrar o exposto, quando retornamos ao “Quadro 8 – Concepções de democracia conforme o V-

Dem”, compreendemos os princípios constitutivos como dimensões relacionais para a teoria que os embasa, e conseqüentemente as instituições representativas para cada modelo democrático possuem significância para a mensuração.

Nesses termos, nossa pesquisa procedeu com a agregação dos atributos das medições dos índices do Democracy Matrix e Freedom House baseando-nos na lógica de vinculação teórica entre as medidas. Retomando a descrição dessas medidas conforme apresentamos no Capítulo segundo da nossa investigação (Materiais e Métodos), onde cada uma representa a respectiva abordagem do projeto de mensuração.

Assim, adotaremos como referência para a definição aqueles que se aproximem do que se entende por democracia liberal. Nesse caso, o V-Dem possui um índice direto para o tipo, enquanto os projetos D-Max e Freedom House, seram representados por médias simples das dimensões constitutivas que geralmente são usadas para representar o nexos teórica das medidas. Para isso, médias simples das pontuações gerais das dimensões políticas e institucionais do primeiro (núcleo, contexto e trade-offs) e das dimensões do segundo (direitos políticos e liberdades civis) foram geradas, de forma que as escalas das variáveis de interesse são nata-decimais. Em continuidade, Laudman (2007, p. 3), explica que

Liberal definitions of democracy maintain concerns over contestation and participation, but add more explicit references to the protection of certain human rights. Liberal definitions include an institutional dimension that captures the idea of popular sovereignty, and includes notions of accountability, constraint of leaders, representation of citizens, and universal participation. But it adds a rights dimension, which is upheld through the rule of law, and includes civil, political, property, and minority rights. [...] Liberal definitions include the full protection of civil, political, property, and minority rights, which are meant to curb the possible negative consequences of democratic governance based on majority rule only.

Assim, buscando nexos teórico nas definições liberais de democracia, alguns elementos podem ser destacados. Primeiro, é comum a essas abordagens a referência direta as duas dimensões modelo proposto por Dahl (2012), no caso a participação e a oposição, acrescidas de alguns direitos transversais a elas, como é com o caso dos direitos políticos e liberdades civis. Com especial ênfase na busca por limitação do poder (Landman, 2018), essas definições comungam entre si a presença do Estado Democrático de Direito basilar para a promoção de partilha do poder, de forma que a vontade da

maioria sobre um grupo minoritário não seja viabilizada em face das consequências dessa modalidade de governança.

A questão é que os diferentes índices de democracia podem perceber o comportamento dessas instituições de formas diferentes, gerando a atribuição de pontuações distintas. Nesse sentido, na Tabela 10 encontram-se os coeficientes de correlação das medidas desses índices em três relações: V-Dem \Rightarrow FH, FH \Rightarrow D-Max e D-Max \Rightarrow V-Dem. Entendemos que a importância de execução de tal teste versa sobre a possibilidade de entender como essas medidas se relacionam, especialmente se tratando de avaliações mútuas de democracia.

Nossos resultados apontam para um grau de correlação maior entre as medidas do V-Dem e D-Max, enquanto, quando comparamos esses índices com o FH as correlações tornam-se baixas. É importante notar ainda que em uma visão restritiva para a América Latina com o uso dos três índices podem suprimir detalhes importantes da mensuração para países com perspectivas democrática diferentes, como é o caso expresso na Tabela em questão onde a correlação para o três na América Latina é alta (acima de 0,9), e sofre queda quando aproximamos o olhar dos casos analisados em separados.

Muito embora a tendência seja para a variação conjunta dos valores em uma perspectiva macro, isso muda quando pensamos os demais casos. De forma geral, a relação entre V-Dem e D-Max apresenta tendência a uma consistência maior para o uso dessas medidas em conjunto, o que por outro lado não permanece quando contrapostos ao FH, que pode divergir a depender do país ou período analisado.

Na Nicarágua, os coeficientes de correlação para a relação do FH com V-Dem e D-Max é negativa moderada (-0,688 e -0,655, respectivamente), mantendo-se alta para a relação seguinte (0,982). No caso brasileiro, as duas primeiras relações são ainda menos consistentes: primeiro quase não há indício de correlação (-0,028) e outra negativa muito fraca (-0,119); por outro lado, a relação restante a ser analisada mantém-se alta com o valor de 0,916. Por fim, para o caso costa-riquenho, a tendência segue o que se vê nas análises isoladas: primeiro, duas correlações negativas e fracas (-0,316 e -0,304, respectivamente), seguida da permanência alta do coeficiente para o V-Dem e D-Max (0,966).

Tabela 10 – Coeficiente de correlação para os diferentes índices de democracia

Relação	Casos			
	América Latina (1972 – 2020)	Nicarágua (1990 – 2006)	Brasil (1986 – 2020)	Costa Rica (1972 – 2018)
V-Dem \Leftrightarrow FH	0,936	-0,688	-0,028	-0,316
FH \Leftrightarrow D-Max	0,927	-0,655	-0,119	-0,304
D-Max \Leftrightarrow V-Dem	0,997	0,982	0,916	0,966

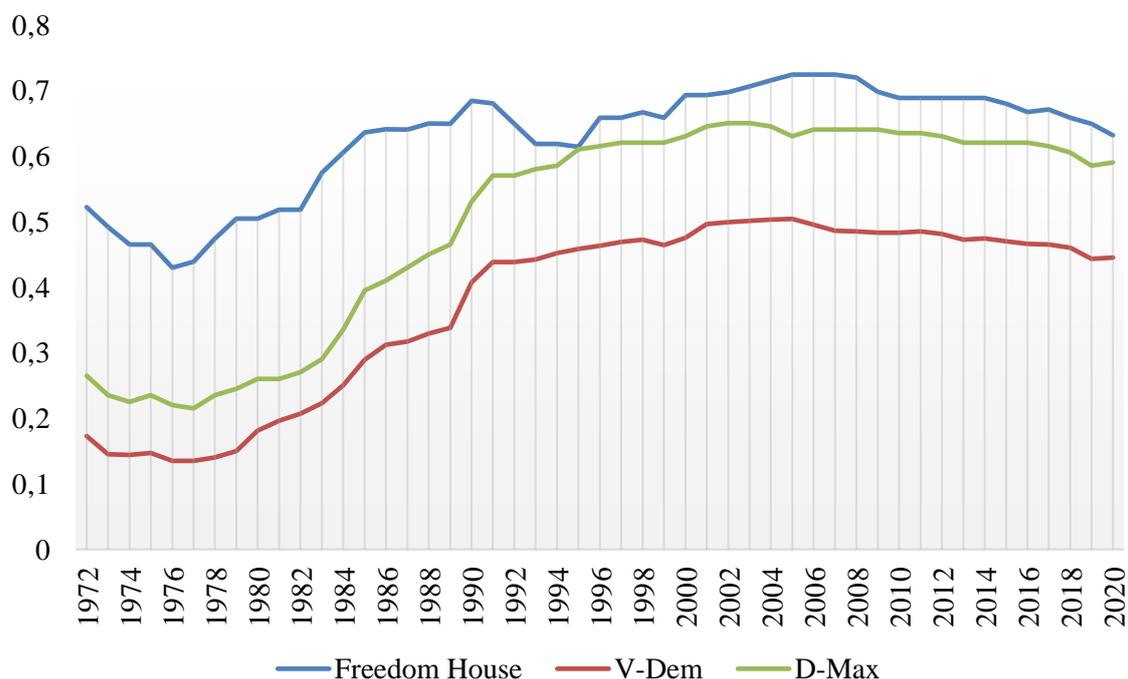
Fonte: O autor, com dados do V-Dem, FH e D-Max.

Na comparação entre os três índices de democracia alvo, propomos a análise da América Latina entre 1972 e 2020. O critério de seleção para a série temporal consiste no início da cobertura do FH e a cobertura final do D-Max, contemplando 49 observações para cada um dos três. O comportamento dessas medidas pode levar a diferentes perspectivas sobre a democracia do recorte conforme o levantamento das medidas de tendência central, como é o caso das médias para os três de para o FH de 0,626, 0,375 para o V-Dem e 0,5 para o índice do D-Max.

Ainda sobre as medidas de tendência central, visão mais pessimistas ou otimistas podem ser admitidas a depender do índice adotado para a observação da democracia nesse tempo e espaço. Dizemos isso especialmente contraponto os índices do FH e V-Dem, que possuem como valores mínimos obtidos na série de 0,4295 e 0,135 enquanto os assumem os valores máximos de 0,724 e 0,504, respectivamente. De forma comparada, essa é a maior divergência de comportamento entre índices na série.

Em conformidade, os valores para a soma desses dois índices são de 30,7 e 18,3, fazendo com que se torna evidente que há a existência sensibilidades distintas no que se refere a mensuração para a democracia do recorte. O índice D-Max assume nominalmente um comportamento próximo do V-Dem para as medidas de mínimo e máximo, e aproxima-se do FH na estatística de soma e média. Mesmo com tais diferenças, os índices possuem convergência de sentido, mais acentuada para o V-Dem e D-Max com base na observação do Gráfico 11.

**Gráfico 11 – Comportamento dos índices democráticos na América Latina
(1972 – 2020)**

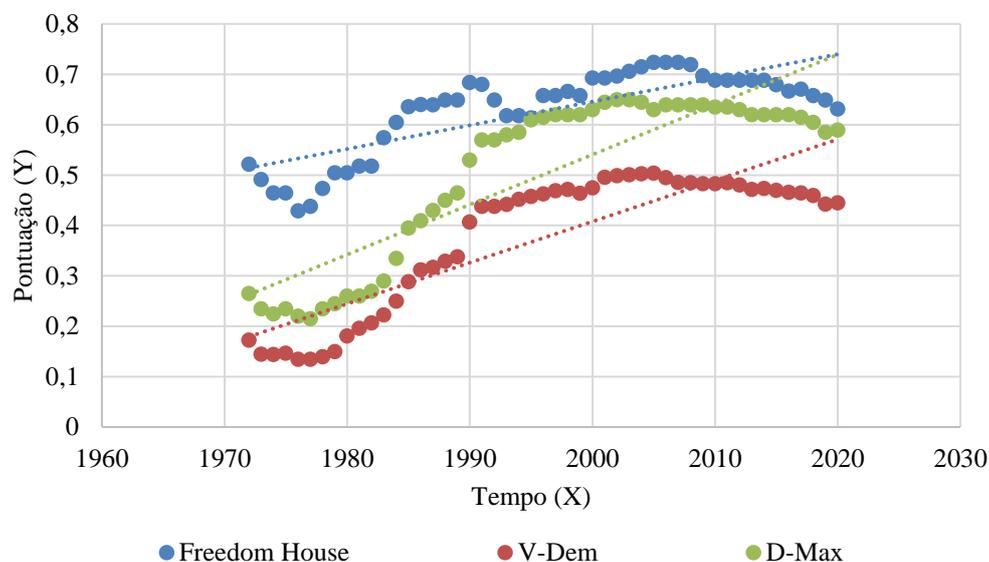


Fonte: O autor, com dados do V-Dem, FH e D-Max.

Quando aproximamos nosso olhar do cálculo de dispersão para os três índices do recorte em questão, havendo uma tendência geral de crescimento para as pontuações, mas com níveis diferentes. As equações obtidas com as linhas de tendência no Gráfico 12 para o FH ($y = 0,0047x - 8,7564$) demonstram um crescimento constante, apesar de mais lento que os demais; o caso do índice do V-Dem ($y = 0,0099x - 19,304$) encontramos um crescimento mais rápido que os demais; seguido pelo índice do D-Max ($y = 0,0082x - 15,919$). Dizemos isso com base nos coeficientes de inclinação, que no caso do V-Dem ($x = 0,0099$) tem uma diferença de 0,0052 para o FH ($x = 0,0047$).

Ainda sobre o Gráfico 12, sobre a variação dos dados em relação ao cruzamos dos eixos trabalhados, as correlações obtidas são significativas, mesmo com o valor menor do FH. O índice com maior perspectiva de ajuste é o V-Dem, que tem capacidade de explicar 75% da variação das pontuações em função do tempo, seguido pelo D-Max com 74% e com o FH, explicando 62%. É importante notar que, nos três casos analisados a relação entre a situação democrática (y) e o tempo (x) demandam pensar em outras variáveis a serem levadas em consideração para análises residuais.

Gráfico 12 – Medida de dispersão para os índices de democracia para a América Latina (1972 – 2020)



Fonte: Elaboração própria, com dados do V-Dem, FH e D-Max.

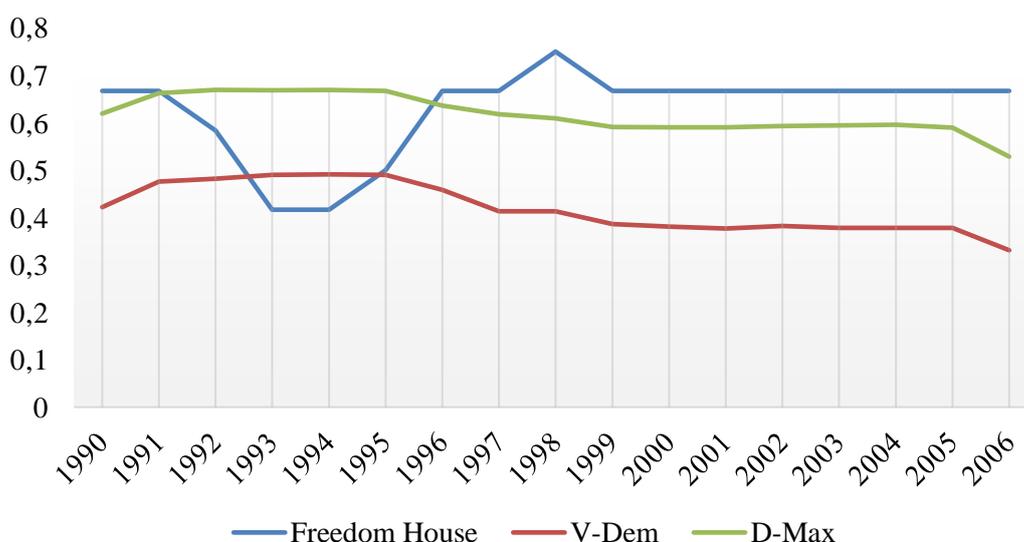
Para a Nicarágua (1990 – 2006), a base de dados com a qual procedemos a análise contém 17 observações. O principal motivo de uma série temporal mais curta em relação as demais dá-se pelas limitações de ordem prática no banco de dados do D-Max, que para determinados países há uma cobertura limitada. No caso da estatística descritiva para esses índices, o FH (0,627) e D-Max (0,617) possuem medidas mais próximas, enquanto o V-Dem apresenta média de 0,419, sendo a medida mais baixa entre eles. Em relação as variações das medidas assumidas na série, o primeiro índice assume um movimento mais intenso, tendo sua medida mínima pontuando 0,416 e máxima 0,75. Já os demais são mais discretos nessa variação, com 0,331/0,491 para o V-Dem e 0,528/0,669 para o D-Max. Em relação a soma, a proximidade entre os índices do FH e D-Max persistem, com 10,67 e 10,49, respectivamente; enquanto o somatório das medidas para o V-Dem é significativamente menor (7,12).

Para a visualização gráfica (ver Gráfico 8), há uma convergência de comportamento entre os índices de V-Dem e D-Max, divergindo do comportamento do Freedom House entre 1991 até 1999. Apesar de diferentes, os dois primeiros comunicam-se na tendência de declínio da qualidade democrática a partir dos anos de 1997, acentuando-se até o final da série (2006). As pontuações para o D-Max foram maiores

em relação ao V-Dem, correspondendo a 0,422 e 0,619 em 1990; e, 0,331 e 0,528 em 2006, respectivamente.

Em contraste, o índice Freedom House mante-se estático de 1999 a 2006, com uma pontuação de 0,667. Esse comportamento representa uma divergência de perspectiva ao uso dos índices, não apenas pelas mudanças de pontuação, mas pela dinâmica de sobre a mensuração da qualidade do regime político. Tal período em que a pontuação desse índice permanece inalterada, representa um choque de mapeamento da qualidade democrática em relação aos demais índices, demandando uma investigação com maior profundidade sobre os valores atribuídos aos indicadores de forma desagregada. Esse mesmo comportamento pode ser percebido se tratando da avaliação desses índices no caso brasileiro (Gráfico 13) no período de 1993 até 2005.

Gráfico 13 – Comportamento dos índices democráticos na Nicarágua (1990 – 2006)

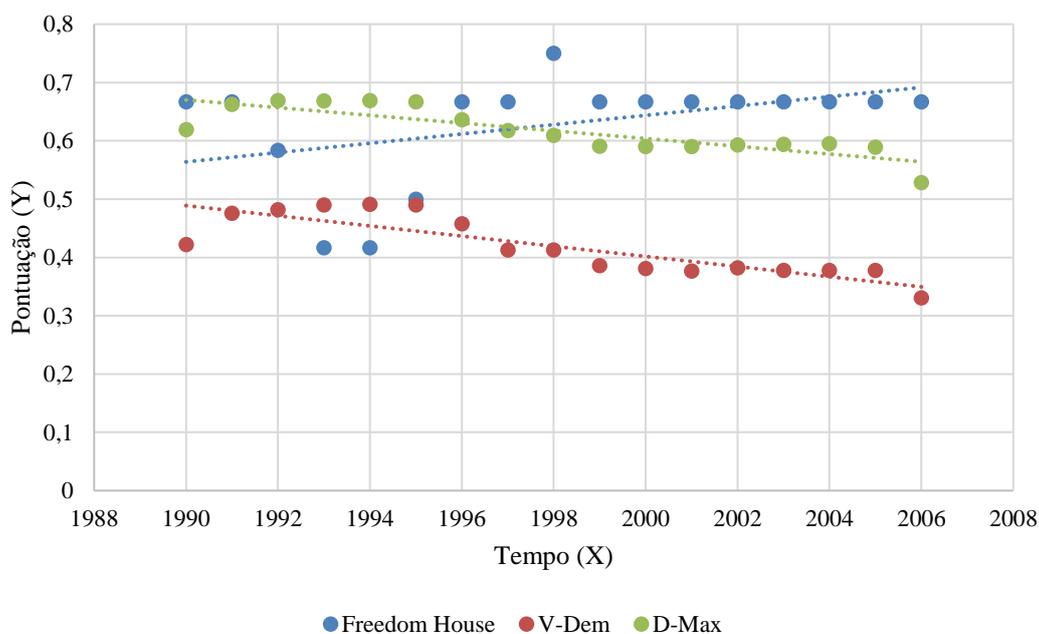


Fonte: Elaboração própria, com dados do V-Dem, FH e D-Max.

Analisando nosso gráfico de dispersão dos três índices de forma compara (ver Gráfico 14), diferenças consideráveis podem ser apontadas. A linha de tendência do FH mostra que a pontuação (y) do índice tende a aumentar ao longo do tempo, com um coeficiente de inclinação de 0,008; mesmo que a variação dos dados não seja explicada muito bem dado ao baixo valor do coeficiente de determinação para a relação entre os eixos x e y ($R^2 = 0,184$). Por outro lado, as linhas de tendência para os demais indicadores são descendentes, com coeficiente de inclinação de -0,0087 para o V-Dem e de -0,0066 para o D-Max, explicando que ambos os índices estão se deteriorando ao longo do tempo.

Essa situação é reforçada pelos valores admitidos pelo coeficiente de determinação dos dois casos (0,727 e 0,7075, respectivamente), entendendo-se que as variações são explicadas de forma razoavelmente satisfatória.

Gráfico 14 – Medida de dispersão para os índices de democracia para a Nicarágua (1990 – 2006)



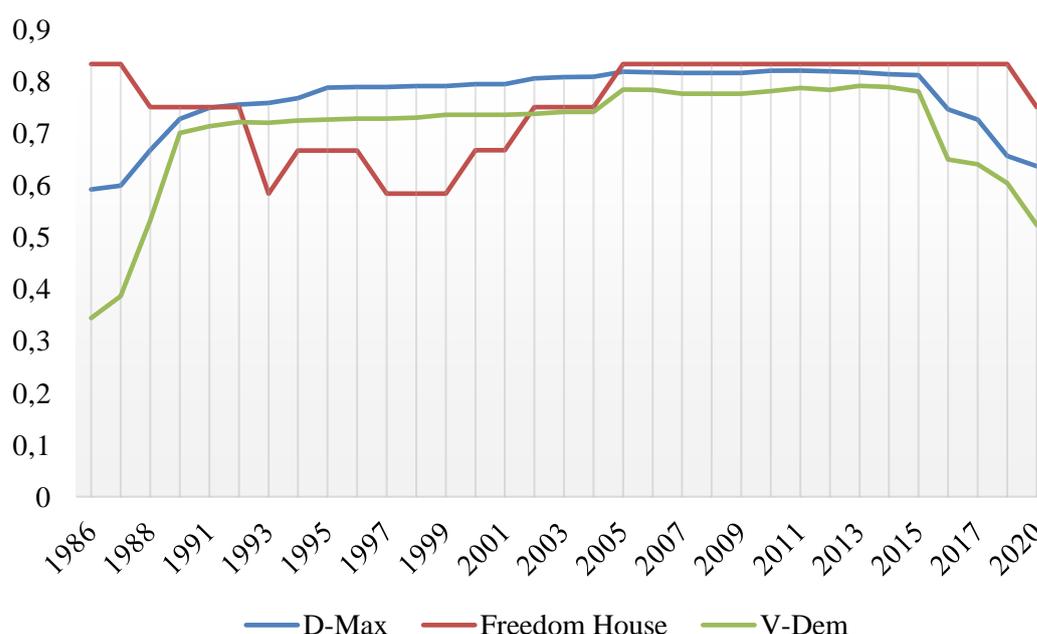
Fonte: O autor, com dados do V-Dem, FH e D-Max.

No caso brasileiro, a base de dados tem como série temporal o período de 1986 a 2020, contendo 49 observações para cada índices. Em relação a estatística descritiva, as médias mantêm-se próximas: 0,78 para o FH; 0,71 no caso do V-Dem e 0,76 pontos no índice do D-Max. Quanto aos valores mínimos e máximos encontrados nos índices, as variações entre os valores foram de 0,249 para o FH (0,583 e 0,833), 0,447 para o V-Dem (0,344 e 0,791) e 0,228 para o D-Max (0,591 e 0,82); indicando que o V-Dem apresenta maiores possibilidades de variação em sua pontuação em relação aos demais. Tratando-se da soma, do qual podemos traçar uma visão otimismo ou pessimismo quanto ao comportamento dos índices, os valores para os índices foram: FH de 38, V-Dem com 34 e D-Max com 37. Quanto a esse último cálculo, o primeiro e último índice mantem-se quase equiparados integralmente.

Em continuidade, conforme o Gráfico 15 tendo como ponto de partida o início da série, os comportamentos são bem distintos – sendo também um momento

significativo para a observação dos índices, uma vez se tratando de um momento de redemocratização. Nesse ponto, os valores para oscilam com índice V-Dem com pontuação 0,344, D-Max com 0,519 e FH, com 0,833. A situação desses valores para o biênio 1986 – 1988 chama ainda mais atenção quando analisamos a perspectiva de queda da pontuação do FH (0,833 – 0,75), e crescimento para o D-Max (0,519 – 0,666) e V-Dem (0,344 – 0,532).

Gráfico 15 – Comportamento dos índices democráticos no Brasil (1986 – 2020)



Fonte: O autor, com dados do V-Dem, FH e D-Max.

No caso brasileiro, é interessante notar que os índices do V-Dem e D-Max se mantiveram estáveis em suas pontuações da redemocratização até 2014/2015, enquanto o índice do Freedom House sofreu uma considerável oscilação nos anos de 1900 até o início dos anos 2000, tornando-o sensível as situações socioeconômicas e políticas desse período, provavelmente em função da reação que seus pilares constitutivos (direitos civis e liberdades políticas) sofreram. O período de maior convergência dos índices, tanto do ponto de vista da perspectiva de estado do regime político, como da pontuação atribuída a esse período é entre 2005 e 2015, onde o recorte apresentou uma média geral de 0,79 pontos. Em relação a esse caso, o FH teve como média 0,83, V-Dem 0,76 e D-Max 0,79 pontos.

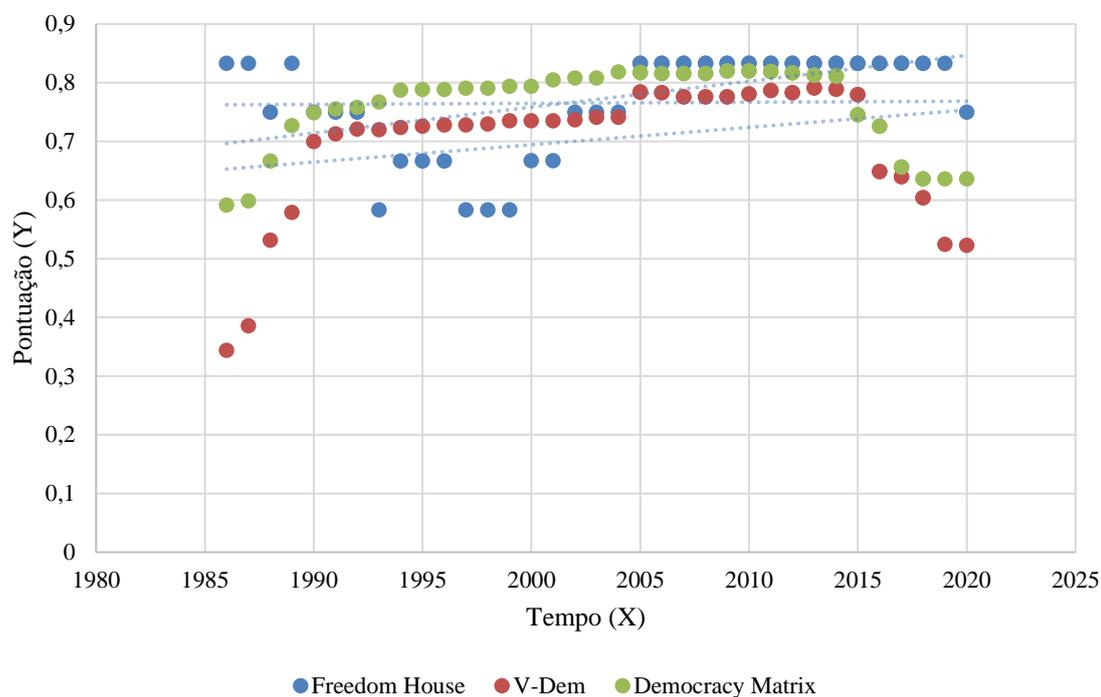
O comportamento dos índices permanece em uma linha de convergência, com exceção do biênio 2015/2017 pelo FH, que se mantém com uma pontuação de 0,833 até

2019. A diminuição da pontuação dos demais índices, representado a perda de qualidade democrática tem início em 2016, onde o V-Dem atribui 0,649 nesse período e 0,523 no ano de 2020, enquanto o D-Max, 0,726 e 0,636, respectivamente. De forma geral, para o caso brasileiro, entendemos que há um processo de enfraquecimento da qualidade democrática no período em questão, apresentada pelos índices com graus diferentes de aprofundamento, como se perceber nas pontuações finais para a série em relação aos índices do V- Dem e Freedom House.

No diagrama de dispersão representado pelo Gráfico 16, os coeficientes de determinação para os três casos geram pontuações frágeis, o que indica a dificuldade de análise da relação entre os eixos através da base de dados em questão. A equação representativa a linha de tendência do FH mostra que $y = 0,0002x + 0,4064$, de forma que há uma inclinação positiva para o crescimento da pontuação (y) ao longo do tempo (x), mas que é muito baixa (0,0002). Além disso, o valor do coeficiente de determinação obtido é igualmente aquém do esperado para uma análise com maior grau de robustez ($R^2 = 0,0006$), indicando que a linha de tendência não se ajusta adequadamente as variações dos dados.

O mesmo comportamento se repete com os outros índices. Ainda sobre o Gráfico 16, a equação que descreve a linha de tendência para o índice do V-Dem é $y = 0,003x - 5,2237$, onde mantém-se uma tendência de crescimento positivo para a democracia do recorte, mas baixa em relação ao coeficiente de inclinação (0,003). No caso do coeficiente de determinação ($R^2 = 0,0763$), ele mante-se baixo, o que reduz o poder explicativo da variação entre os eixos. No caso do D-Max com a equação $y = 0,0044x + 0,80654$, temos uma tendência positiva de crescimento dos valores ao longo do tempo, embora muito baixa (0,0044). No entanto, apesar de ainda baixo, o coeficiente de determinação ($R^2 = 0,278$) do poderia explicar 27% da variação do conjunto de dados em relação as duas variáveis analisadas, sendo superior aos demais valores dos índices, mas insuficiente quando analisada isoladamente.

**Gráfico 16 – Medida de dispersão para os índices de democracia para o Brasil
(1986 – 2020)**

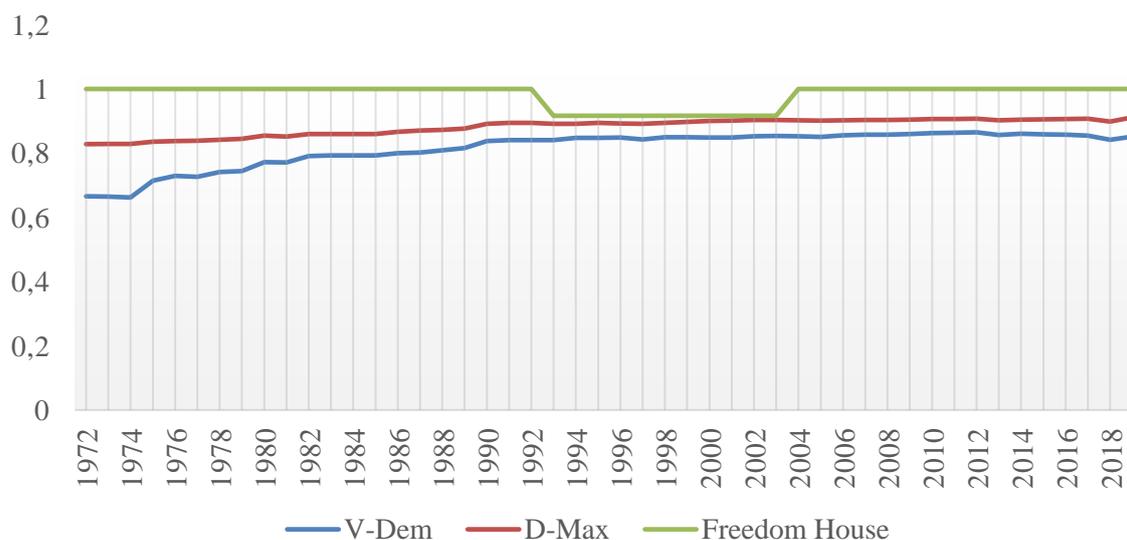


Fonte: O autor, com dados do V-Dem, FH e D-Max.

Por último, nos propomos analisar o caso da Costa Rica (1972 – 2018). Nossa série temporal, assim como o do Brasil, tem um número maior de anotações em relação a Nicarágua, contendo 49 observações para cada índice. Nos três casos, as médias para a democracia no recorte em questão mantem-se são: o FH com 0,98, 0,88 para o D-Max e 0,81 para o V-Dem. Mesmo que essas médias sejam altas em compararam aos demais casos, há diferenças significativas em suas pontuações, já existem uma diferença de 0,165 pontos em relação aos índices com a maior e menor pontuação, respectivamente.

Além disso, os cenários de otimismo mudam a depender do índice utilizado. O FH prevê um cenário de super otimismo para a democracia na Costa Rica em relação aos valores de mínimo e máximo, de 0,916 até 1, representando que em algum grau o regime em questão atende aos requisitos de garantia de direitos políticos e liberdades civis para essenciais para seu bom funcionamento. Um cenário diferente pode ser percebido pelos demais casos, que apesar de possuírem pontuações altas, mudam a configuração do regime. É o caso do índice do V-Dem com 0,662 e 0,865, e do D-Max com 0,828 e 0,911; demonstrando diferenças significativas na percepção desses regimes mesmo em um caso de maior estabilidade.

Gráfico 17 – Comportamento dos índices democráticos na Costa Rica (1972 – 2018)



Fonte: Elaboração própria, com dados do V-Dem, FH e D-Max.

Conforme o Gráfico 17, constatamos que a situação democrática da Costa Rica é a mais estável em relação aos demais casos analisados. Os três índices consultados demonstram convergência para uma situação de maior estabilidade através da série histórica consultada (1972 – 2020), onde o índice Freedom House foi o que permaneceu em maior constância, com sua pontuação total alcançada ao longo do gráfico, com exceção do período de 1992 – 2004, com uma leve queda para 0,9165 pontos.

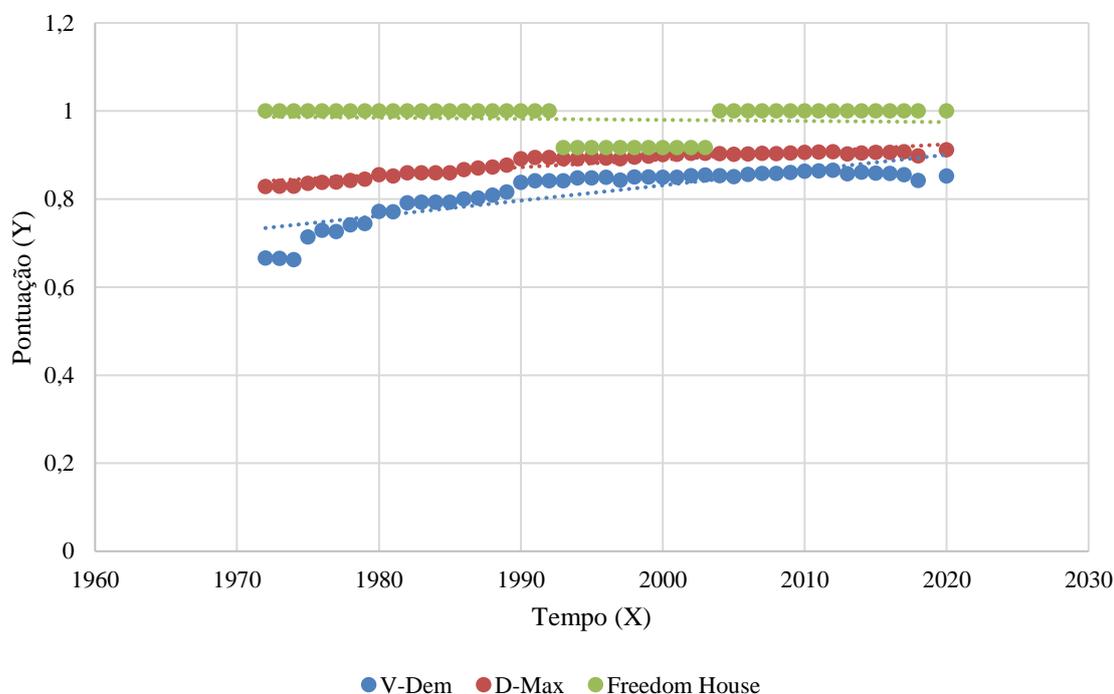
Quanto aos índices do V-Dem (0,666 e 0,852) e D-Max (0,828 e 0,911) e suas respectivas pontuações iniciais e finais na série, o menor valor obtido permanece com o primeiro, enquanto o segundo segue uma tendência de valores numéricos muito semelhantes ao índice do Freedom House. Além disso, a estabilidade do regime para o V-Dem e D-Max tal qual o outro só é alcançada no início da década de 1990, mantendo-se com baixas alterações até seu fim. De forma comparada, ambos os índices possuem maiores graus de sensibilidade em relação ao primeiro (FH), uma vez que através de mudanças em menores escalas podemos interpretar a situação fática desse regime político.

Outro ponto a ser destacado em relação ao comportamento dos valores dos índices é em relação aos diferentes resultados que estes podem levar. No caso, partindo do início da série, adotando como ano de referência 1972 o índice do FH possui atribuí a pontuação máxima a essa democracia (1), enquanto o V-Dem, 0,666), representando uma

diferença de pontuação de 0,334. Tal diferença numérica, gera um evidente impacto sobre o resultado empírico para as possibilidades da pesquisa, especialmente quando se observa a continuidade da série.

Para a dispersão dos dados de análise expressa pelo diagrama do Gráfico 18, há divergências leves quando ao sentido das linhas de tendência. No caso do sentido da tendência das pontuações da FH em relação ao tempo, representada pela equação $y = -0,0002x + 1,4716$, o sinal negativo no coeficiente de inclinação indica uma modesta deterioração. Já no caso do D-Max, representada pela equação $y = 0,0017x - 2,5887$, o coeficiente de inclinação indica um crescimento positivo das pontuações para a democracia em questão ao longo do tempo, mesmo que moderado. Ainda, a tendência para o último índice analisado com a equação $y = 0,0035x - 6,1025$, demonstram um crescimento das pontuações ao longo do tempo em um ritmo moderado. Nos três casos, por meio dessa observação, nota-se um grau considerável de estabilidade do regime, mas sob níveis diferentes.

Gráfico 18 – Medida de dispersão para os índices de democracia para a Costa Rica (1972 – 2018)



Fonte: O autor, com dados do V-Dem, FH e D-Max.

Além disso, quanto aos coeficientes de determinação, com exceção do primeiro índice, os casos mostram que há uma boa capacidade de explicação da variação das

pontuações (y) em relação a passagem do tempo (x). O coeficiente mais baixo é o FH com 0,0095, explicando que a linha de tendência tão somente não se ajusta bem aos dados. Por outro lado, o V-Dem ($R^2 = 0,725$) e D-Max ($R^2 = 0,852$) possuem perspectivas para o coeficiente de determinação onde a maior parte das variações no conjunto de dados é explicada em face dessa relação, 72 e 85%, respectivamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou descrever as possibilidades de mensuração democrática em meio a polissemia e as dificuldades de observação desse regime político. Para responder a nossa questão de pesquisa – *como as diferentes leituras teóricas de democracia geram diferentes métricas de mensuração?* – propomos a análise descritiva da formação e uso de três projetos de mensuração democrática (V-Dem, D-Max e FH) através de estatística descritiva e breve um estudo de caso.

O primeiro ponto da discussão versou sobre a identificação de uma ideia conceitual primária ao regime político, partindo desde o nível de agregação mais básico com o processo eleitoral como foco nas submínimas, até as concepções mais complexas, com as definições substantivas. Para a pesquisa empírica, abordagens minimalistas são mais recorrentes, dado as vantagens de seu uso perante a atividade de quantificação de um fenômeno político e social.

Seguimos nossa investigação descrevendo as etapas de mensuração, destacando a conceitualização, agregação e operacionalização. Nesse processo, destacamos os principais desafios e limitações do uso de índices na mensuração de qualquer fenômeno sociopolítico no desenvolvimento da pesquisa empírica (ver Quadro 2). Entre eles, a formação da base de dados para a operacionalização dos índices representa um constante dilema sobre a validade destes, já que a testagem em massa dessas medidas é escassa.

Quanto a ideia de adesão a um conceito de democracia, as classificações minimalistas são recorrentes no desenvolvimento de pesquisas pelas vantagens teóricas e práticas que elas possuem. A diversidade de abordagens torna-se relevante ao desenvolvimento da presente investigação, levando em consideração que a discussão também se situa nas dificuldades empíricas de observar o fenômeno democrático. Nesses termos, é válido destacar as contribuições do Cientista Político Robert A. Dahl (1972) para a observação empírica dos regimes políticos, levando em consideração a proposta do modelo da Poliarquia como referência principal para se identificar graus de democratização, tornando-se uma obra canônica no que se refere a mensuração democrática e sua percepção enquanto um *continuum*.

Para o desenvolvimento do nosso breve estudo de caso, três projetos de mensuração foram utilizados. A base de dados é disposta em formato decimal (0-1) para a classificação da qualidade nos regimes políticos, utilizando como recorte territorial a América Latina, com foco em três análises mais específicas: Brasil, Costa Rica e

Nicarágua. Na primeira parte, utilizamos a base de dados do V-Dem para representar esses três recortes e na América Latina a pluralidade de tipos de democracia disponibilizadas pelo próprio projeto (Eleitoral, Liberal, Igualitária, Consensual e Participativa), que podem ser avaliados como índices individuais com análises mais detalhadas, ou mais abrangentes para uma visão mais ampla do recorte de interesse. Na segunda parte, comparamos a aplicação desses conceitos de democracia para o V-Dem, D-Max e FH, onde adotamos como medida o índice de Democracia Liberal do primeiro, enquanto nos dois casos utilizamos uma média simples da escala numérica já convertida para representação do núcleo geral democrático, através de suas próprias metodologias constitutivas.

Os achados da nossa investigação implicam em pensar a convergência e a intercambialidade dessas medidas, conforme se discute nos trabalhos de Vacarro (2021) e Boese (2019), buscando complementariedade entre elas. O V-Dem, por exemplo, se propõem a apresentar tipificações distintas de democracia, enquanto o D-Max adota como proposta a observação do regime político em três índices de abordagens distintas, que podem ser observados em conjunto ou individualmente. Isso se aplica também ao FH, que se usado em paralelo aos demais índices pode gerar perspectivas mais ou menos otimistas para a democracia a depender do caso analisado. No caso dos recortes usados nesta pesquisa (América Latina, Nicarágua, Brasil e Costa Rica), confirmamos a convergência dessas medidas, mas destacamos a necessidade de refletir sobre a intercambialidade delas com base em suas perspectivas conceituais e metodológicas – ainda mais em casos de hibridismo.

Quanto ao desenvolvimento da análise aplicada, percebemos a necessidade de melhor compreensão da adoção desses indicadores na realização de pesquisas científicas em termos metodológicos. Nesses termos, resultados diversos podem afetar a formação de consenso sobre um determinado assunto e travar determinado debate, sendo preciso entender a aplicação dos índices para facetas distintas da democracia. Dos casos tratados, a tendência de crescimento da linha correlação na Nicarágua (1900 – 2006) possui sentido contrário em relação aos índices do FH e V-Dem, bem como na situação em que se verifica os coeficientes de correlação dos três índices para os países alvo de investigação, o que pode representar que esses índices podem oferecer propostas de medição democráticas diferentes.

Quanto a formação de abordagens conceptivas, a minimalista é muito usual nos projetos de mensuração. Entendemos isso como uma decorrência lógica do próprio estado

de desenvolvimento do debate da mensuração, levando em consideração as vantagens práticas da observação. Isso também alimentado pelas contribuições do trabalho de Dahl (1978), tratando o fenômeno político não como um sistema de comportamento binário, mas sim por meio de um espectro. Nesse ponto, destacamos a necessidade de pensar as limitações a própria atividade de tornar-se um conceito abstrato em uma variável operacionalizável, já que um índice não é capaz de abarcar toda a realidade da ocorrência de um fenômeno.

A questão da agregação de alguns elementos a ideia conceitual paralelo a exclusão de outros, continua gerando um denso debate na literatura especializada. Isso nos fez refletir sobre a capacidade de reação desses indicadores as transformações sociais, com ênfase em situações de hibridismo ou recorte em que as democracias possuem pontuações mais modestas. Dizemos isso nos baseando na formação de consenso sobre democracias mais consolidadas, e a ausência dele para os recortes que não apresentam os mesmos quadros de fortalecimento institucional ou de cultura política, sendo mais susceptíveis aos efeitos mais severos das ondas reversas de democratização, conforme presente em Huntington (1991). Mais uma vez, a ênfase na testagem dessas medidas afim de aferirmos sua validade e confiabilidade é reforçada.

Quando colocamos a questão “o que é a democracia e como medi-la?”, nos defrontamos com uma variedade de abordagens teóricas e respectivamente de formas representativas empíricas para respondê-la. Com o presente trabalho de pesquisa, entendemos que há uma necessidade de melhor desenvolvimento da área temática da mensuração democrática na Ciência Política pela escassez do debate paralela a importância dessas medidas para a pesquisa empírica, onde as investigações provenientes desse aperfeiçoamento possuem grande importância no entendimento do que é democracia, e na promoção de um plano adequado de sua preservação.

REFERÊNCIAS

- Abraham, F. (1931). Genitalumwandlung an zwei männlichen Transvestiten. *Zeitschrift für Sexualwissenschaft und Sexualpolitik*, 18, 223-226.
- Acemoglu, D., Johnson, S., Robinson, J. A., & Yared, P. (2008). Income and democracy. *American economic review*, 98(3), 808-842.
- Adcock, R., & Collier, D. (2001). Measurement validity: A shared standard for qualitative and quantitative research. *American political science review*, 95(3), 529-546.
- Alvarez, M., Cheibub, J. A., Limongi, F., & Przeworski, A. (1996). Classifying political regimes. *Studies in comparative international development*, 31, 3-36.
- Arblaster, A. (2002). *Democracy*. McGraw-Hill Education (UK).
- Aristóteles. (1985). *A política – Livro IV* (M. da Gama Kury, Trad.). Brasília: Editora Universidade de Brasília. (Obra original publicada em 350 a.C.)
- Avritzer, L. (2000). Teoria democrática e deliberação pública. *Lua Nova: Revista de cultura e política*, 25-46.
- Ayoub, P., & Stoeckl, K. (2024). The global resistance to LGBTIQ rights. *Journal of Democracy*, 35(1), 59-73.
- Bågenholm, A., Bauhr, M., Grimes, M., & Rothstein, B. (Eds.). (2021). *The Oxford handbook of the quality of government*. Oxford University Press.
- Ballestrin, L. (2018). O debate pós-democrático no século XXI. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, 4(2), 149-164.
- Bastian, H. (2022). Democracy data: how sources differ and when to use which one. Published online at OurWorldInData.org. Acesso: 4 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://ourworldindata.org/democracies-measurement>
- Beckman, L. (2008). Who should vote? Conceptualizing universal suffrage in studies of democracy. *Democratisation*, 15(1), 29-48.
- Bielschowsky, R. M. (2011). Democracia procedimental e democracia substantiva: entre um relativismo axiológico absoluto e um absolutismo axiológico relativo. *ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI*, 20, 9328.
- Bingham, L. (2007). The rule of law. *The Cambridge Law Journal*, 66(1), 67-85.
- Bizzarro, F., & Coppedge, M. (2017). Variedades da democracia no Brasil. *Opinião Pública*, 23, 1-42.
- Bobbio, N. (1980). *A teoria das formas de governo* (p. 142). Editora Universidade de Brasília.

- Boese, V. A. (2019). How (not) to measure democracy. *International Area Studies Review*, 22(2), 95-127. DOI: 10.1177/2233865918815571
- Bollen, K. A. (1980). Issues in the comparative measurement of political democracy. *American Sociological Review*, 370-390.
- Boese, V. A., Edgell, A. B., Hellmeier, S., Maerz, S. F., & Lindberg, S. I. (2023). How democracies prevail: democratic resilience as a two-stage process. In *Resilience of Democracy* (pp. 17-39). Routledge.
- Bollen, K. A. (1986). Political rights and political liberties in nations: An evaluation of human rights measures, 1950 to 1984. *Hum. Rts. Q.*, 8, 567.
- Bollen, K. A. (1990). Political democracy: Conceptual and measurement traps. *Studies in comparative international development*, 25, 7-24.
- Bowman, K., Lehoucq, F., & Mahoney, J. (2005). Measuring political democracy: Case expertise, data adequacy, and Central America. *Comparative Political Studies*, 38(8), 939-970.
- Brown, W. (2019). *In the ruins of neoliberalism: The rise of antidemocratic politics in the West*. Columbia University Press.
- Burkhart, R. E., & Lewis-Beck, M. S. (1994). Comparative democracy: The economic development thesis. *American political science review*, 88(4), 903-910.
- Cai, L., Choi, K., Hansen, M., & Harrell, L. (2016). Item response theory. *Annual Review of Statistics and Its Application*, 3(1), 297-321.
- Castells, M. (2018). *Rupture: The crisis of liberal democracy*. John Wiley & Sons.
- Campbell, D. F. (2008). The basic concept for the democracy ranking of the quality of democracy.
- Castelli Gattinara, P., & Pirro, A. L. (2019). The far right as social movement. *European Societies*, 21(4), 447-462.
- Castoriadis, C. (1983). The Greek polis and the creation of democracy. *Graduate Faculty Philosophy Journal*, 9(2), 79-115.
- Coppedge, M., Gerring, J., Knutsen, C. H., Krusell, J., Medzihorsky, J., Pernes, J., ... & Lindberg, S. I. (2019). The methodology of “varieties of democracy”(V-Dem). *Bulletin of Sociological Methodology/Bulletin de Méthodologie Sociologique*, 143(1), 107-133.
- Coppedge, M. (2012). *Democratization and research methods*. Cambridge University Press.
- Coppedge, M., & Reinicke, W. H. (1990). Measuring polyarchy. *Studies in Comparative International Development*, 25, 51-72.

Coppedge, M., Gerring, J., Altman, D., Bernhard, M., Fish, S., Hicken, A., ... & Teorell, J. (2011). Conceptualizing and measuring democracy: A new approach. *Perspectives on politics*, 9(2), 247-267.

Coppedge, M., Gerring, J., Knutsen, C. H., Lindberg, S. I., Teorell, J., Altman, D., ... & Ziblatt, D. (2024). *V-Dem Codebook v14*.

Crouch, C. (2005). *Post-Democracy*. Cambridge.

Cullell, Jorge Vargas (2004). Democracy and the Quality of Democracy. Empirical Findings and Methodological and Theoretical Issues Drawn from the Citizen Audit of the Quality of Democracy in Costa Rica, 93-162, in: Guillermo O'Donnell / Jorge Vargas Cullell / Osvaldo M. Iazzetta (eds.): *The Quality of Democracy. Theory and Applications*. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press.

Cutright, P. (1963). Measuring the impact of local party activity on the general election vote. *Public Opinion Quarterly*, 27(3), 372-386.

Dahl, R. A. (2008). *Polyarchy: Participation and opposition*. Yale university press.

Dahl, R. A. (2012). *Poliarquia: Participação e Oposição* (F. Limongi, Prefácio; C. M. Paciornik, Trans.). Editora da Universidade de São Paulo. (Trabalho original publicado em 1971).

Dahl, R. A. (2020). *On democracy*. Yale university press.

de Amorim, M. S. S. (2015). Democracia, desigualdades e corrupção: uma análise da qualidade democrática na América latina. *Século XXI: Revista de Ciências Sociais*, 5(2), 80-108.

de Medeiros, N. F. M. (2015). Democracia clássica e moderna: discussões sobre o conceito na teoria democrática. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, 6(2).

Democracy Matrix. (2024). Context measurement. Democracy Matrix. Disponível em: <https://www.democracymatrix.com/concept-tree-operationalisation/context-measurement>

Democracy Matrix. (2024). Core measurement. Disponível em: <https://www.democracymatrix.com/concept-tree-operationalisation/core-measurement>

Democracy Matrix. (2024). Trade-off measurement. Disponível em: <https://www.democracymatrix.com/concept-tree-operationalisation/trade-off-measurement>

DevMedia. (2024). Código Cor: Infográfico dos códigos das cores em HTML. Disponível em: <https://www.devmedia.com.br/codigo-cor-infografico-dos-codigos-das-cores-em-html/372381>

Diamond, L. (1992). Economic development and democracy reconsidered. *American behavioral scientist*, 35(4-5), 450-499.

- Diamond, L. (2005). *Assessing the quality of democracy*. The Johns Hopkins University: ix.
- Diamond, L., & Morlino, L. (2005). Introduction. In L. Diamond & L. Morlino (Eds.), *Assessing the quality of democracy* (pp. ix-xliii). The Johns Hopkins University Press.
- Díez, M. B. (2013). La calidad de las democracias latinoamericanas: medición y claves explicativas. In *La calidad de la democracia: perspectivas desde América Latina* (pp. 149-180).
- Ferreira, J. R. (1998). Atenas, uma democracia?. *Revista da Faculdade de Letras-Línguas e Literaturas*, 6, 103-118.
- Figueiredo Filho, D. B., & Silva Júnior, J. A. D. (2010). Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. *Opinião pública*, 16, 160-185.
- Finley, M. I. (1988). *Democracia antiga e moderna* (W. Barcelos & S. Bedran, Trans.). Graal.
- Freedom House. (2024). *Freedom in the World 2024: Research Methodology*. Disponível em: <https://freedomhouse.org/reports/freedom-world/freedom-world-research-methodology>
- Freedom House. (2024). *Freedom in the World 2024: The Mounting Damage of Flawed Elections and Armed Conflict*. Recuperado de
- Freese, J., & Peterson, D. (2017). Replication in social science. *Annual Review of Sociology*, 43, 147-165.
- Gama Neto, R. B. (2011). Minimalismo schumpeteriano, teoria econômica da democracia e escolha racional. *Revista de Sociologia e Política*, 19, 27-42.
- Gasiorowski, M. J. (1996). An overview of the political regime change dataset. *Comparative political studies*, 29(4), 469-483.
- Geissel, B., Kneuer, M., & Lauth, H. J. (2016). Measuring the quality of democracy: Introduction. *International Political Science Review*, 37(5), 571-579.
- Giugni, M., McAdam, D., & Tilly, C. (Eds.). (1998). *From contention to democracy*. Rowman & Littlefield.
- Gerring, J. (1999). What makes a concept good? A criterial framework for understanding concept formation in the social sciences. *Polity*, 31(3), 357-393.
- Golder, M. (2016). Far right parties in Europe. *Annual review of political science*, 19, 477-497.
- Gustafsson, K., & Hagström, L. (2018). What is the point? Teaching graduate students how to construct political science research puzzles. *European political science*, 17, 634-648.

Hansen, M. H. (2006). *Polis: an introduction to the ancient Greek city-state*. Oxford University Press.

Harzing, A.W. (2007) Publish or Perish. Disponível em: <https://harzing.com/resources/publish-or-perish1>

Held, D. (1987). Modelos de democracia. *belo Horizonte. Paidéia*.

Herden, W. (1984). „Der Bücherverbrennung soll man gedenken “: Zum Charakter der faschistischen Aktion vom 10. Mai 1933. *Zeitschrift für Germanistik*, 33-43.

Herre, B., & Roser, M. (2023). The 'Varieties of Democracy' data: how do researchers measure human rights?. *Our World in Data*.

Herre, B., Rodés-Guirao, L., & Ortiz-Ospina, E. (2013). Data Page: Electoral democracy index. *Our World in Data*. Adaptado de V-Dem. Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/electoral-democracy-index>

Högström, J. (2013). Does the choice of democracy measure matter? Comparisons between the two leading democracy indices, Freedom House and Polity IV. *Government and Opposition*, 48(2), 201-221.

House, F. (2023). *Freedom in the World 2022*.

Huntington, S. P. (1991). *The third wave* (Vol. 199, No. 1). Norman: University of Oklahoma Press.

International IDEA. (2023). *The Global State of Democracy 2023: The New Checks and Balances*.

International Institute for Democracy and Electoral Assistance. (2023). *The Global State of Democracy 2023: The New Checks and Balances*. International IDEA.

Kellstedt, P., & Whitten, G. (2013). Research Design. *The fundamentals of political science research*, 69-91.

Kennedy, H. (2003). *Institut für Sexualwissenschaft (1919-1933): The Institute for Sexual Science: Instituto de Sexología*.

Knack, S., & Paxton, P. (2011) Individual and country-level factors affecting support for foreign aid. *International Political Science Review*, 33, 171–1926.

Landman, T. (2007). *Developing democracy: Concepts, measures, and empirical relationships*. Center for Democratic Governance, 1-20.

Landman, T. (2018). *Democracy and human rights: Concepts, measures, and relationships*. *Politics and Governance*, 6(1), 48-59.

Lauth, H. J. (2015). *The matrix of democracy: a three-dimensional approach to measuring the quality of democracy and regime transformations*.

Lauth, H. J. (2015). The matrix of democracy: a three-dimensional approach to measuring the quality of democracy and regime transformations.

Lauth, H. J., & Lemm, L. (2021). Direkte Demokratie und die Qualität der Demokratie. *Direkte Demokratie–Festschrift für Otmar Jung Heußner*, 563-592.

Lauth, H. J., & Schlenkrich, O. (2018). Making trade-offs visible: theoretical and methodological considerations about the relationship between dimensions and institutions of democracy and empirical findings. *Politics and Governance*, 6(1), 78-91.

Lauth, H. J., & Schlenkrich, O. (2020). Conception of the Democracy Matrix.

Lauth, H. J., & Schlenkrich, O. (2021). Democracy matrix. Version V4.

Lauth, H.-J., & Schlenkrich, O. (2020)1. Conception of the Democracy Matrix23. Recuperado de

Leite, F., & Feres Jr, J. (2021). A ciência na Ciência Política brasileira. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (34), e222017.

Leslie, J. (1984). Bücherverbrennung 1933. *German History*, (1), 23.

Levitsky, S., & Way, L. (2010). *Competitive Authoritarianism: hybrid regimes after the cold war*. Cambridge University Press.

Levitsky, S., & Ziblatt, D. (2019). *How democracies die*. Crown.

Lübke, F. K., & Edwards, M. (2020). The State of Democracy Today. *Journal of Democracy*, 31(4), 89–103.

Lührmann, A., et al. (2017). *Democracy at Dusk? V-Dem Annual Report 2017*. V-Dem Institute, University of Gothenburg. Acesso em:

Lührmann, A., Mechkova, V., Olin, M., Casagrande, F. P., Petrarca, C. S., & Saxer, L. (2017). *Democracy at Dusk? V-Dem Annual Report 2017*. V-Dem Institute.

Lührmann, A., Mechkova, V., Olin, M., Casagrande, F. P., Petrarca, C. S., & Saxer, L. (2018). *Democracy for All? V-Dem Annual Report 2018*. V-Dem Institute.

Lührmann, A., Mechkova, V., Olin, M., Casagrande, F. P., Petrarca, C. S., & Saxer, L. (2019). *Democracy Facing Global Challenges*. V-Dem Annual Report 2019. V-Dem Institute.

Lührmann, A., Mechkova, V., Olin, M., Casagrande, F. P., Petrarca, C. S., & Saxer, L. (2020). *Autocratization Surges - Resistance Grows*. V-Dem Annual Report 2020. V-Dem Institute.

Lührmann, A., Mechkova, V., Olin, M., Casagrande, F. P., Petrarca, C. S., & Saxer, L. (2021). *Autocratization Turns Viral*. V-Dem Annual Report 2021. V-Dem Institute.

- Lührmann, A., Mechkova, V., Olin, M., Casagrande, F. P., Petrarca, C. S., & Saxer, L. (2022). Autocratization Changing Nature? V-Dem Annual Report 2022. V-Dem Institute.
- Lührmann, A., Mechkova, V., Olin, M., Casagrande, F. P., Petrarca, C. S., & Saxer, L. (2023). Defiance in the Face of Autocratization. V-Dem Annual Report 2023. V-Dem Institute.
- Lührmann, A., Mechkova, V., Olin, M., Casagrande, F. P., Petrarca, C. S., & Saxer, L. (2024). Democracy Winning and Losing at the Ballot. V-Dem Annual Report 2024. V-Dem Institute¹².
- Löwy, M. (2015). Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, 652-664.
- Magaloni, B. (2003). Authoritarianism, democracy and the supreme court: horizontal exchange and the rule of law in Mexico. In S. Mainwaring & C. Welma (Eds.), *Democratic accountability in Latin America* (pp. 266-306). Oxford University Press.
- Mainwaring, S., Brinks, D., & Pérez-Liñán, A. (2001). Classificando regimes políticos na América Latina, 1945-1999. *Dados*, 44, 645-687.
- Marquardt, Kyle L. and Pemstein, Daniel, IRT Models for Expert-Coded Panel Data (January 2017). V-Dem Working Paper 2017:41, Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2897442> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2897442>
- Marshall, M. G., Gurr, T. R., Davenport, C., & Jaggers, K. (2002). Polity IV, 1800-1999: comments on Munck and Verkuilen. *Comparative Political Studies*, 35(1), 40-45.
- Mazucca, S. (2007). Reconceptualizing democratization: Access to power versus exercise of power. In G. L. Munck (Ed.), *Regimes and democracy in Latin America: Theories and Methods*. Oxford University Press.
- Mellenbergh, G. J. (1994). Generalized linear item response theory. *Psychological Bulletin*, 115(2), 300.
- Moreira, M. S. (2021). Democracias no século XXI: causas, sintomas e estratégias para superar sua crise. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 15-49.
- Morgan, R., Beger, A., & Glynn, A. (2019). Varieties of forecasts: Predicting adverse regime transitions. V-Dem Working Paper, 89.
- Morlino, L. (2004). What is a 'good' democracy?. *Democratization*, 11(5), 10-32.
- Morlino, L., & Palombella, G. (Eds.). (2010). *Rule of law and democracy: Inquiries into internal and external issues* (Vol. 115). Brill.
- Mounk, Y. (2019). *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. Editora Companhia das Letras.

Munck, G. (2007). The study of politics and democracy: Touchstones of a research agenda. *Regimes and democracy in Latin America: Theories and methods*, 25-38.

Munck, G. I., & Verkuilen, J. (2002). Conceptualizing and Measuring Democracy: Evaluating Alternative Indices. *Comparative Political Studies*, 35, 5-343.

Munck, G. L. (2003, July). Measures of democracy, governance and rule of law: an overview of cross-national data sets. In World Bank workshop on "Understanding Growth and Freedom from the Bottom Up." Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/INTMOVOUTPOV/Resources/2104215-1148063363276/071503_Munck.pdf.

Munck, G. L. (Ed.). (2007). *Regimes and democracy in Latin America: theories and methods*. OUP Oxford.

Munck, G. L., & Verkuilen, J. (2002). Conceptualizing and measuring democracy: Evaluating alternative indices. *Comparative political studies*, 35(1), 5-34.

Møller, J., & Skaaning, S. E. (2012). *Requisites of democracy: Conceptualization, measurement, and explanation*. Routledge.

Møller, J., & Skaaning, S. E. (2023). *Democratization and Autocratization in Comparative Perspective: Concepts, Currents, Causes, Consequences, and Challenges*. Taylor & Francis.

Nord, M., Lundstedt, M., Altman, D., Angiolillo, F., Borella, C., Fernandes, T., Gastaldi, L., GoodGod, A., Natsika, N., & Lindberg, S. I. (2024). *Democracy Report 2024: Democracy Winning and Losing at the Ballot*. V-Dem Institute, University of Gothenburg. Acesso: 22/04/2024. Disponível em: https://v-dem.net/documents/43/v-dem_dr2024_lowres.pdf

Norris, P., & Inglehart, R. (2019). *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge University Press.

O'donnell, G. (1991). Democracia delegativa. *Novos estudos*, 31(92), 25-40.

O'Donnell, G. (1998). Poliarquias e a (in) efetividade da lei na América Latina. *Novos estudos*, 51, 37-61.

O'Donnell, G. (1999). Teoria democrática e política comparada. *Dados*, 42, 577-654.

OBBER, J. (2001). Democracia direta. *Darnton, Robert e Duhamel, Olivier. Democracia. Rio de Janeiro: Record*.

O'Donnell, G. (1999). Teoria democrática e política comparada. *Dados*, 42(4), 603-641.

Oliveira, R. (2017). Platão e a questão da democracia na República. *Revista Estudos Filosóficos UFSJ*, (12), 34-48.

Papada, E., et al. (2022). *Autocratization Changing Nature? Democracy Report 2022*. V-Dem Institute, University of Gothenburg. Recuperado de [link]

Papada, E., et al. (2023). Defiance in the Face of Autocratization. Democracy Report 2023. V-Dem Institute, University of Gothenburg. Recuperado de [link]

Paxton, P. (2000). Women's suffrage in the measurement of democracy: Problems of operationalization. *Studies in Comparative International Development*, 35, 92-111.

Paxton, P., Bollen, K. A., Lee, D. M., & Kim, H. (2003). A half-century of suffrage: New data and a comparative analysis. *Studies in Comparative International Development*, 38(1), 93-122.

Peschard, J. (1994). La cultura política democrática. México DF: Instituto Federal Electoral.

Popper, K., Gombrich, E. H., & Havel, V. (2012). The open society and its enemies. Routledge.

Przeworski, A. (1999). Minimalist conception of democracy: a defense. In I. Shapiro & C. Hacker-Cordón (Eds.), *Democracy's value* (pp. 21-55). Cambridge University Press.

Przeworski, A. (2004). Democracy and economic development. Mansfield & R. Sisson (Eds.), *The evolution of political knowledge. democracy, autonomy, and conflict in comparative and international politics*, 300-324.

Przeworski, A. (2020). Crises da democracia. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

Przeworski, A., Alvarez, M., Cheibub, J. A., & Limongi, F. (1996). What makes democracies endure?. *J. Democracy*, 7, 39.

Runciman, D. (2018). *How Democracy Ends*. Basic Books.

Taguieff, P. A. (1997). Le populisme et la science politique. Du mirage conceptuel aux vrais problèmes. Vingtieme siecle. *Revue d'histoire*, 4-33.

Tilly, C. (1995). Democracy is a Lake. In *The Social Construction of Democracy, 1870–1990* (pp. 365-387). London: Palgrave Macmillan UK.

Tilly, C. (2009). Power and democracy. *The Sage handbook of power*, 70-88.

Sartori, G. (1994). A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo (Vol. 1). Editora Ática.

Schmidt, S. (2009). Shall we really do it again? The powerful concept of replication is neglected in the social sciences. *Review of general psychology*, 13(2), 90-100.

Schmitter, P. C., & Karl, T. L. (1991). What democracy is... and is not. *Journal of democracy*, 2(3), 75-88.

Schumpeter, J. A. (1984). *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Tradução Carla Santos.

- Seawright, J., & Collier, D. (2014). Rival strategies of validation: Tools for evaluating measures of democracy. *Comparative Political Studies*, 47(1), 111-138.
- Sen, A. (1999). Democracy as an universal value. *Journal Of Democracy*, 10(3), 3-17.
- Snyder, T. (2017). *Sobre a tirania: vinte lições do século XX para o presente*. Editora Companhia das Letras.
- Soares, F. A. M. (2009). *A democracia ateniense pelo avesso: os metecos e a política dos discursos de Lísias* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Tilly, C. (2007). Democracy. In C. Boix & S. C. Stokes (Eds.), *The Oxford Handbook of Comparative Politics* (pp. 1-24). Oxford University Press.
- Treier, S., & Jackman, S. (2008). Democracy as a latent variable. *American Journal of Political Science*, 52(1), 201-217.
- Tucídides. (1982). *História da guerra do Peloponeso – Livro II* (M. da Gama Kury, Trad.). Brasília: UNB. (Obra original publicada em 431 a.C.)
- under Siege, D. (2021). *FREEDOM IN THE WORLD 2021. Highlights from Freedom House's annual report on political rights and civil liberties, 2021-02*.
- Vaccaro, A. (2021). Comparing measures of democracy: statistical properties, convergence, and interchangeability. *European Political Science*, 20(4), 666-684.
- Vanhanen, T. (2000). A new dataset for measuring democracy, 1810-1998. *Journal of peace research*, 37(2), 251-265.
- Vanhanen, T. (2011). Measures of democracy 1810–2010. FSD1289, version, 5, 2012-2015.
- VarietiesofDemocracy (V-Dem). (2024). V-DemInstitute, DepartmentofPolitical Science, UniversityofGothenburg, Sweden1. Recuperado de <https://v-dem.net/about/v-dem-project/>
- Weale, A. (2007). *Democracy*. Bloomsbury Publishing.
- Weyland, K. (2024). *Democracy's Resilience to Populism's Threat: Countering Global Alarmism*. Cambridge University Press.
- Wood, E. M. (2007). Capitalismo e democracia. Em A. A. Boron (Org.), *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas* (pp. 79-102). Buenos Aires: CLACSO.
- Zakaria, F. (1997). The rise of illiberal democracy: The next wave. *Foreign Affairs*, 76(6), 22-43.
- Zerndt, E. (2020). Historicizing the comparative survey of freedom: tracing the social trajectory of an influential indicator. *Science in Context*, 33(2), 121-144.

ANEXOS

ANEXO A

**Ranking classificatório das vinte obras publicadas mais citadas para o termo
“democracy” segundo o Google Scholar (1882 – 2018)**

ANO	AUTOR	TÍTULO	CITAÇÕES (\bar{x} ano)
2002	Arblaster, A.	Democracy	27.36
2020	Dahl, RA.	On democracy	1554.00
1994	O'donnell, G.	Delegative democracy	190.00
2006	Held, D.	Models of democracy	594.61
2004	Pettit, P.	Depoliticizing democracy	22.00
2002	Harrison, R.	Democracy	10.27
2004	Morlino, L.	What is a 'good' democracy?	17.90
2006	Robinson, JÁ.	Economic development and democracy	18.50
2007	Tilly, C.	Democracy	124.65
1999	Barro, RJ.	Determinants of democracy	108.92
2004	Crouch, C	Post-democracy	240.65
1998	Varshney, A.	Why democracy survives	6.42
2019	Boese, VA	How (not) to measure democracy	28.00
1967	Neubauer, DE	Some conditions of democracy	9.11
2003	Saward, M	Democracy	8.57
2004	Shcharansky, A.; Dermer, R.	The case for democracy	11.45
2004	Janda, K.; Berry, JM.; Goldman, J.; Hula, KW.	The challenge of democracy	27.80
2012	Gerring, J.; Thacker, SC.; Alfaro, R.	Democracy and human development	42.25
1993	Phillips, A.	Democracy and difference	40.65
2011	Ginsborg, P.	Democracy	6.92

Fonte: Harzing, (2007) in *Publish or Perish*.

ANEXO B

Ranking classificatório das vinte obras publicadas mais citadas para o termo “*measures of democracy*” segundo o *Google Scholar* (1967 – 2020)

ANO	AUTOR	TÍTULO	CITAÇÕES (\bar{x} ano)
2019	VA Boese	How (not) to measure democracy	28.00
2011	T Vanhanen	Measures of democracy 1810–2010	3.23
2014	J Seawright, D Collier	Rival strategies of validation: Tools for evaluating measures of democracy	6.00
2014	T Vanhanen, K Lundell	Measures of democracy 1810-2012	3.00
2018	H Giebler, SP Ruth, D Tanneberg	Why Choice Matters: Revisiting and Comparing Measures of Democracy	1.83
1980	KA Bollen	Issues in the comparative measurement of political democracy	27.89
2012	M Bogaards	Where to draw the line? From degree to dichotomy in measures of democracy	9.33
2000	T Vanhanen	A new dataset for measuring democracy, 1810-1998	41.33
2002	GL Munck, J Verkuilen	Conceptualizing and measuring democracy: Evaluating alternative indices	103.27
2000	T Vanhanen	A New Dataset Compared with Alternative Measurements of Democracy	2.13
2000	DE McHenry Jr	Quantitative measures of democracy in Africa: an assessment	2.08
2008	TA Koelble, E Lipuma	Democratizing democracy: A postcolonial critique of conventional approaches to the 'measurement of democracy'	6.69
2011	O James	Performance measures and democracy: Information effects on citizens in field and laboratory experiments	21.85
2015	S Pickel, T Stark, W Breustedt	Assessing the quality of quality measures of democracy: A theoretical framework and its empirical application	4.33
2003	GL Munck	Measures of democracy, governance and rule of law: an overview of cross-national data sets	1.52
2007	T Landman	Developing democracy: Concepts, measures, and empirical relationships	1.29
2015	R Doorenspleet	Where are the people? A call for people-centred concepts and measurements of democracy	4.89
2010	D Giannone	Political and ideological aspects in the measurement of democracy: the Freedom House case	16.93
1990	KA Bollen	Political democracy: Conceptual and measurement traps	23.00
2008	S Treier, S Jackman	Democracy as a latent variable	53.56

Fonte: Harzing, (2007) in *Publish or Perish*.

ANEXO C

Sumário geral síntese dos modelos de tradições democráticas

PRINCÍPIOS	ASPECTOS ESSENCIAIS	CONDICIONANTES
MODELOS DEMOCRÁTICOS CLÁSSICOS		
DEMOCRACIA CLÁSSICA		
O gozo da liberdade política garantiria aos cidadãos a possibilidade de governar e serem governados – remete a uma espécie de auto-governo	<ul style="list-style-type: none"> - Participação direta dos cidadãos nas funções legislativa e judiciária; - Poder soberano conferido a assembleia dos cidadãos; - Múltiplos métodos de seleção de candidatos para ocuparem cargos públicos, como eleições diretas, sorteio e rotatividade; - Ausência de distinção de privilégio para diferenciar funcionários públicos e cidadãos; - Impossibilidade de ocupação de cargo duas vezes pelo mesmo indivíduo (exceção para funções relacionadas à guerra); - Todos os cargos públicos possuíam mandatos curtos; - Serviços públicos remunerados 	<ul style="list-style-type: none"> - Número limitado de cidadãos que integravam a cidade-estado; - A existência de uma economia escravista que garantia aos considerados cidadãos a possibilidade de maior participação na vida política da cidade-estado
DEMOCRACIA PROTETORA		
Os cidadãos requerem proteção dos governantes, disso se pleiteia que os governantes atuem para a defesa dos interesses dos cidadãos como um todo, na formação de uma espécie de vontade geral	<ul style="list-style-type: none"> - O soberano exerce de forma legítima as funções do Estado, levando em consideração que a mesma é transmitida a ele pelo povo; - As bases institucionais da responsabilidade do governante são orientadas por meio de: eleições regulares, voto secreto, competição e governo da maioria; - Impessoalidade nos poderes do Estado (legalmente circunscrito e tripartido); - A centralidade do constitucionalismo para garantir um tratamento arbitrário e a igualdade perante a lei na forma de direitos ou liberdades políticas e civis; 	<ul style="list-style-type: none"> - Autonomia política da sociedade em alto grau de desenvolvimento; - Propriedade privada dos meios de produção; - Economia de mercado competitiva; - O patriarcado como a base da organização social; - Ampliação das dimensões territoriais do estado-nação

	<ul style="list-style-type: none"> - Separação do Estado da Sociedade Civil; - Centros de poder competitivos e grupos de interesse 			
DEMOCRACIA DESENVOLVIMENTISTA RADICAL				
<ul style="list-style-type: none"> - Os cidadãos devem gozar de igualdade política e econômica para que haja equilíbrio nas relações de poder social, tornando-se efetivo o processo de desenvolvimento coletivo 	<ul style="list-style-type: none"> - Divisão entre as funções legislativas e executivas; - Formação do legislativo através da participação direta dos cidadãos nas reuniões públicas; - Unanimidade em questões públicas (com cláusula de voto de maioria para determinar a decisão no caso de desacordo); - Atividades do executivo destinadas a magistrados e administradores; - Eleições diretas e sorteios para designar a ocupação do executivo 	<ul style="list-style-type: none"> - Pequena comunidade não industrial; - Uma sociedade de produtores independentes (difusão da posse); - Sociedade organizada pela perspectiva patriarcal 		
DEMOCRACIA DESENVOLVIMENTISTA				
<p>O envolvimento político é essencial para a plena expansão das capacidades individuais. Com ele, o interesse dos indivíduos seria protegido, se criaria um corpo de cidadãos informado e comprometido com a vida coletiva</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Soberania popular como uma franquia universal (conforme um sistema "proporcional" de alocação de votos); - Governo representativo, barreiras constitucionais de limitação de poder do Estado, descentralização do poder para assegurar os direitos individuais; - Clara demarcação entre assembleia parlamentar e burocracia pública; - Envolvimento do cidadão nos diversos ramos do governo através do voto e uma extensa participação no governo local 			
DEMOCRACIA DIRETA (SOCIALISTA E COMUNISTA)				
<p>O “livre desenvolvimento de todos” só poderá ser atingido com “o livre desenvolvimento de cada um”. O desenvolvimento da liberdade depende do fim da exploração, e em última instância,</p>	Socialista:	Comunista:	Socialista:	Comunista:
	<ul style="list-style-type: none"> - Questões públicas reguladas por Cumunas ou por conselhos organizados em uma estrutura piramidal; - Pessoal governamental, 	<ul style="list-style-type: none"> - O "governo" e a "política" em todas as suas formas darão lugar à auto-regulamentação; - Todos os assuntos públicos governados coletivamente; 	<ul style="list-style-type: none"> - Unidade das classes trabalhadoras; - Fim dos privilégios de classe e consecutiva derrota política e 	<ul style="list-style-type: none"> - Fim dos privilégios de classe; - Abolição da escassez sistêmica e da propriedade privada;

<p>completa igualdade política e econômica; apenas com o desenvolvimento da igualdade nesses moldes se pode assegurar as condições para a realização do potencial de todos os seres humanos de modo que as capacidades individuais possam contribuir com a coletividade, e consequentemente o indivíduo receba o que necessita</p>	<p>autoridades legais, administradores sujeitos a frequentes eleições, injunção por parte de seus eleitores e revogação;</p> <p>- Funcionários públicos não devem receber salários mais altos que os trabalhadores;</p> <p>- Milícia do povo para sustentar a nova ordem política, sujeita ao controle da comunidade</p>	<p>- Consenso como princípio de decisão sobre todas as questões públicas;</p> <p>- Distribuição das tarefas administrativas restantes por rotatividade ou eleição;</p> <p>- Substituição de todas as forças armadas e coercitivas pela auto-monitoração</p>	<p>econômica da burguesia;</p> <p>- Progressiva integração entre Estado e Sociedade</p>	<p>- Eliminação dos mercados, da troca e do dinheiro;</p> <p>- Substancial desenvolvimento das forças produtivas para o atendimento de todas as necessidades básicas seja atendido;</p> <p>- Fim da divisão social do trabalho</p>
--	--	---	---	--

VARIANTES CONTEMPORÂNEAS DA DEMOCRACIA

DEMOCRACIA COMPETITIVA ELITISTA

<p>Análise da democracia enquanto método para a seleção de uma elite política habilitada e imaginativa capaz de tomar as decisões legislativas e administrativas necessárias. Essa perspectiva de democracia pode ser analisada como um obstáculo ao excesso de liderança política</p>	<p>- Governos parlamentar com um executivo forte;</p> <p>- Competição entre elites políticas e partidos políticos rivais;</p> <p>- Domínio do parlamento por partidos políticos;</p> <p>- Centralidade da liderança política;</p> <p>- Burocracia (administração independente e bem treinada);</p> <p>- Limites constitucionais e práticos ao "alcance efetivo das decisões políticas"</p>	<p>- Sociedade industrial;</p> <p>- Padrão fragmentado de conflito social e político;</p> <p>- Eleitorado mal informado e/ou emocional;</p> <p>- Uma cultura política que tolere diferenças de opinião;</p> <p>- Surgimento de estratos habilitados de especialistas e administradores tecnicamente treinados;</p> <p>- Competição entre Estados pelo poder e vantagens no sistema internacional</p>
--	--	--

PLURALISMO

<p>Motivado essencialmente para que se evite o desenvolvimento de facções poderosas e de um Estado inatingível.</p> <p>Portanto, a liberdade política no modelo assegura o governo das minorias</p>	<p>Pluralismo Clássico:</p>	<p>Neo Pluralismo:</p>	<p>Pluralismo Clássico:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O poder é partilhado e trocado por numerosos grupos na sociedade; - Ampla base de recursos de diferentes tipos dispersos em meio à população; - Consenso de valor em procedimentos políticos, leque de políticas alternativas e âmbito legítimo da política; - Equilíbrio entre cidadão passivo e ativo suficiente para gerar estabilidade política 	<p>Neo Pluralismo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contestação de poder por grupos plurais; - Um grande quantitativo de grupos com base de recursos frágeis é impedido de participar plenamente da política; - Distribuição do poder socioeconômico proporciona oportunidades para opções e limites às mesmas; - Desenvolvimento desigual na política: governo insuficientemente aberto
	<ul style="list-style-type: none"> - Direitos de cidadania (inclusive voto individual), liberdade de expressão, liberdade de organização; - Sistema de barreiras e equilíbrios entre o legislativo, o executivo, o judiciário e a burocracia administrativa; - Sistema eleitoral competitivo com n mínimo dois partidos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Leque diverso de grupos de interesse (sobrepastos) buscando influência política; - Governo mede e adjudica as demandas; - Regras constitucionais incrustadas em uma cultura política que lhes dão suporte 	<ul style="list-style-type: none"> - Múltiplos grupos de pressão, mas agenda predisposta a favor do poder corporativo; - O Estado e seus departamentos forjam seus próprios interesses setoriais; - Regras constitucionais funcionam no contexto de diversas culturas políticas e de sistema de recursos econômicos radicalmente desiguais 	
<p>DEMOCRACIA LEGAL</p>				
<p>Mantém-se a liberdade através do princípio da maioria, que é uma forma efetiva e desejável de proteger os</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estado constitucional (modelado por meio de aspectos da tradição política anglo-saxônica, incluindo a clara separação dos poderes); - Governo legal; 		<ul style="list-style-type: none"> - Liderança política efetivamente guiada por princípios liberais; - Minimização da regulamentação burocrática excessiva; 	

<p>indivíduos de um governo arbitrário. Para que a vida política e econômica possam ser lidas como questões de liberdade e iniciativa individual, o governo da maioria deve ser circunscrito pelo governo da lei</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Mínima intervenção do estado na sociedade civil e na vida privada; - Sociedade de livre mercado recebe seu maior âmbito possível 	<ul style="list-style-type: none"> - Restrição do papel dos grupos de interesse; - Minimização (se possível, erradicação) da ameaça de coletivismo de todos os tipos 	
<p>DEMOCRACIA PARTICIPATIVA</p>			
<p>Um direito igual de auto-desenvolvimento só pode ser conquistado em uma sociedade "participativa", ou seja, uma sociedade com sentido e eficácia política. No modelo, a formação do corpo de cidadãos deve estar atento a preocupações e problemas coletivos, de forma a se formar pleno interesse pelo processo governamental</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Participação direta dos cidadãos na regulamentação de instituições-chave da sociedade, inclusive o local de trabalho e a comunidade local; - Reorganização do sistema partidário tornando os líderes dos partidos diretamente responsáveis perante seus membros; - Operação de "partidos participativos" em uma estrutura parlamentar ou congressista; - Manutenção de um sistema institucional aberto para assegurar a possibilidade de experimentação com formas políticas 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria direta da fraca base de muitos grupos sociais por meio da redistribuição dos recursos materiais; - Minimização (erradicação, se possível) daquele tipo de poder burocrático que não tem que prestar contas a ninguém, tanto na vida pública quanto na privada; - Um sistema de informação aberto para assegurar decisões informadas; - Reexame do sistema de cuidado a criança, para que adultos capazes possam gozar de oportunidade de participação 	
<p>AUTONOMIA DEMOCRÁTICA</p>			
<p>Os indivíduos deveriam ser livres e iguais na determinação das condições de suas próprias vidas; em outras palavras, eles deveriam gozar de direitos e obrigações iguais, para especificar a estrutura que gera e limita as oportunidades disponíveis para eles, desde que não definam esta</p>	<p>Estado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Princípio da autonomia consagrado na constituição e na carta de direitos; - Estrutura parlamentar ou congressista; - Sistema judiciário que inclua foros especializados 	<p>Sociedade Civil:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Diversidade de tipos de moradias e de fontes de informação, instituições culturais, grupos de consumidores, entre outros; - Serviços comunitários, tais como cuidado infantil, centros de saúde e educação, com 	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilidade aberta de informação para assegurar a tomada de decisão suficientemente embasada em todos os assuntos públicos; - Prioridade gerais de investimento definidos pelo governo, mas extensa regulamentação do mercado de bens e trabalho; - Minimização dos centros de poder irresponsáveis na vida pública e privada; - Manutenção da estrutura institucional receptiva a

estrutura de forma a negar direitos aos outros	para testar interpretações de direitos; - Sistema partidário competitivo; - Serviços administrativos local e central	prioridades definidas pelos usuários; - Empreendimentos auto-administrados (de propriedade nacional no caso da indústria vital, e de propriedade social e cooperativa nos demais casos); - Vários empreendimentos privados para ajudar a promover a inovação e diversidade	experimentos como forma organizacionais; - Responsabilidade coletiva para tarefas mundanas e redução da rotina de trabalho a um mínimo
--	--	--	---

Fonte: O autor, a partir das sínteses de Held (1985).

ANEXO D

Questões metodológicas para a mensuração democrática segundo o *Democracy Matrix*

INSTITUIÇÕES POLÍTICAS	DIMENSÕES POLÍTICAS			ÍNDICES (MÉDIO E GERAL)
	Índice de Liberdade	Índice de Liberdade	Índice de Controle	Índice Institucional
	O princípio da autodeterminação dos cidadãos está enraizado na comunidade política e permeia todas as instituições do sistema político?	Os cidadãos têm oportunidade iguais e justas de participar dos procedimentos democráticos relevantes e os cidadãos são tratados de forma igual pelas instituições governamentais?	Os funcionários políticos e a ação governamental são efetivamente controlados pela responsabilização vertical e horizontal?	A liberdade, igualdade e o controle em todas as instituições são realizados?
Procedimento de Decisão	Os cargos políticos são preenchidos por	Há a universalização	As eleições são supervisionadas por um órgão de	Os cargos políticos são preenchidos por

	eleições livres e competitivas?	do direito ao voto?	gestão eleitoral autônomo e/ou pelo corpo cívico?	eleições livres e justas? As eleições são supervisionadas por observadores eleitorais independentes?
Regulação da Esfera Intermediária	Os partidos políticos e as organizações da sociedade civil podem organizar-se e agir livremente?	Todos os interesses da sociedade possuem a mesma chance de influenciar as decisões políticas?	Os partidos políticos e as organizações da sociedade civil possuem capacidade de controlar o processo político decisório e os governantes políticos?	As organizações intermediárias (associações, partidos políticos, organizações da sociedade civil) são capazes de representar de forma livre e equânime todos os interesses relevantes da sociedade e controlar efetivamente os agentes e ações governamentais ?
Comunicação Pública	A liberdade de imprensa e a de expressão estão em vigor?	Todos os interesses coletivos e cidadãos possuem a mesma capacidade de acesso a todos os meios de comunicação disponíveis?	A mídia controla todos os governantes políticos e a atividade governamental?	Está assegurada a representação livre e justa de todos os interesses sociais? A mídia controla o governo?
Garantia de Direitos	Há Estado de Direito e um sistema judicial independente?	O acesso à justiça e igualdade perante a lei são prerrogativas plenamente acessadas pelo corpo social?	As organizações governamentais respeitam as normas legais e cumprem as decisões judiciais?	Os direitos políticos e as liberdades civis do corpo social são garantidos por procedimentos baseados nos princípios do Estado de Direito (independência do judiciário, igualdade perante a lei,

				jurisdição efetiva)?
Sistema Jurídico Interno e Implementação Normativa	A implementação normativa é realizada por um governo eficaz e independente?	O Legislativo, Executivo e Judiciário tratam todos os cidadãos de forma igual?	O governo é controlado pelo Legislativo (ou oposição) e pelo Judiciário?	O governo é independente da influência de vetos legitimados não democráticos e é controlado pelo Legislativo (ou oposição)? Executivo e Legislativo tratam todos os cidadãos igualmente?

Fonte: Democracy Matrix (V.4).

ANEXO E

Questões metodológicas para a mensuração democrática segundo o *Freedom House*

DIREITOS POLÍTICOS	
CATEGORIAS	QUESTÕES
Processo Eleitoral	O atual chefe de governo ou outra autoridade nacional foi eleito por meio de eleições livres e justas?
	Os atuais representantes legislativos nacionais foram eleitos através de eleições livres e justas?
	Os atuais representantes legislativos nacionais foram eleitos através de eleições livres e justas?
	As leis e o quadro eleitoral são justos e são aplicados de forma imparcial pelos órgãos de gestão eleitoral relevantes?
Pluralismo Político e Participação	O povo tem o direito de se organizar em diferentes partidos políticos ou outros agrupamentos políticos competitivos de sua escolha, e o sistema está livre de obstáculos indevidos à ascensão e queda desses partidos ou agrupamentos concorrentes?
	Existe uma oportunidade realista para a oposição aumentar o seu apoio ou ganhar poder através de eleições?
	As escolhas políticas do povo estão livres da dominação por forças externas à esfera política ou por forças políticas que empregam meios extrapolíticos?
	Vários segmentos da população (incluindo étnicos, raciais, religiosos, de gênero, LGBT+ e outros grupos relevantes) têm plenos direitos políticos e oportunidades eleitorais?
Funcionamento do Governo	O chefe de governo livremente eleito e os representantes legislativos nacionais determinam as políticas do governo?
	As salvaguardas contra a corrupção oficial são fortes e eficazes?
	O governo opera com abertura e transparência?
<i>Questão Adicional para Direitos Políticos Discricionários</i>	<i>O governo ou o poder ocupante está mudando deliberadamente a composição étnica de um país ou território para destruir uma cultura ou inclinar a balança política em favor de outro grupo?</i>

LIBERDADES CIVIS	
Liberdade de Expressão e de Crença	Existem meios de comunicação livres e independentes?
	Os indivíduos são livres para praticar e expressar sua fé religiosa ou não crença em público e privado?
	Há liberdade acadêmica e o sistema educacional está livre de doutrinação política extensiva?
	Os indivíduos são livres para expressar suas opiniões pessoais sobre temas políticos ou outros temas sensíveis sem medo de vigilância ou retaliação?
Direitos Associativos e Organizacionais	Há liberdade de reunião?
	Há liberdade para as organizações não governamentais, particularmente aquelas que se dedicam ao trabalho relacionado aos direitos humanos e à governança?
	Há liberdade para sindicatos e organizações profissionais ou trabalhistas similares?
Estado de Direito	Existe um Judiciário independente?
	O devido processo legal prevalece em matéria civil e penal?
	Há proteção contra o uso ilegítimo da força física e liberdade contra guerras e insurgências?
	Leis, políticas e práticas garantem tratamento igualitário aos diversos segmentos da população?
Autonomia Pessoal e Direitos Individuais	Os indivíduos gozam de liberdade de movimento, incluindo a capacidade de mudar de local de residência, emprego ou educação?
	Os indivíduos podem exercer o direito de propriedade e estabelecer negócios privados sem interferência indevida de atores estatais ou não estatais?
	Os indivíduos desfrutam de liberdades sociais pessoais, incluindo a escolha do parceiro do casamento e o tamanho da família, proteção contra a violência doméstica e controle sobre a aparência?
	Os indivíduos gozam de igualdade de oportunidades e liberdade de exploração econômica?

Fonte: Freedom House (2023).

ANEXO F

Ferramentas metodológicas disponibilizadas para pesquisadores por projetos de mensuração democrática (até 2023¹⁸)

PROJETO DE MENSURAÇÃO	FERRAMENTAS	DESCRIÇÃO
Democracy Matrix	Representação Matricial	Comparação de perfis - vários países, um ano, um nível de medição
	Gráfico de Radar	Comparação direta de perfil - vários países, um ano, um nível de medição
	Gráfico de País e Região	Séries temporais - um país, múltiplas variáveis
	Gráfico de Variáveis	Séries temporais - uma variável, vários países
	Ranking Classificatório	
V-Dem	Mapeamento	Ferramenta interativa que visualiza dados criando um mapa codificado por cores para visualizar a distribuição de pontuações de um indicador ao redor do mundo.
	Gráfico de Variáveis	Compara vários países para um indicador/índice. Selecione um indicador e vários países/regiões. Os dados são agregados por ano.
	Gráfico de País	Compara múltiplas variáveis/índices para um país/região. Selecione um país/região e vários indicadores/índices. Os dados são agregados por ano
	Gráfico de Radar do País	Esta ferramenta exibe várias variáveis e índices para um país/região em um gráfico de radar. Selecione um país/região e vários indicadores/índices.
	Gráfico de Radar de Variáveis	Esta ferramenta exibe vários países (três ou mais) para um indicador/índice em um gráfico de radar. Selecione um indicador/índice e vários países.
	Mapa de Calor	Esta ferramenta exibe um indicador/índice em um mapa de calor - uma representação gráfica de dados onde os valores são representados por cores.
	Comparação regional	Esta ferramenta exibe o desenvolvimento de um indicador/índice V-Dem em uma região entre dois anos selecionados.
	Comparação temática	Exibe o desenvolvimento de uma categoria temática entre dois anos selecionados.

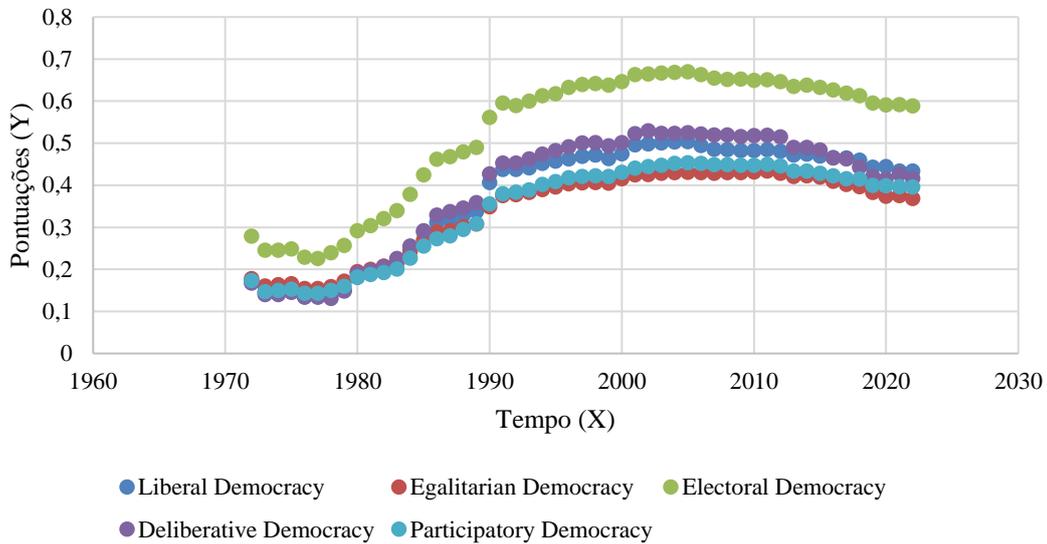
¹⁸ Com o passar do tempo, muitas mudanças de ordem conceitual e consequentemente metodológicas podem ser incorporadas ao desenvolvimento dos projetos de mensuração. Logo, é importante notar que o aporte de ferramentas metodológicas disponibilizado tenda a mudança pela lógica do refinamento do processo de mensuração, uma vez que os trabalhos de aperfeiçoamento são contínuos e de interesse dos mesmos. Adotaremos uma exemplificação a situação do V-Dem e Poliy V.

	Gráfico de Dispersão	Exibe um indicador/índice como um gráfico de dispersão.
	Tabela de contigência	Ao utilizar novos métodos de sequenciamento, essa ferramenta mostra relações de sequenciamento entre indicadores em uma categoria selecionada com uma comparação entre país versus região.
	<i>Low Hanging Fruit</i>	A ferramenta é baseada em novos métodos de sequenciamento, análise de dados e modelagem de cenários, e pode explicar quais indicadores devem ser desenvolvidos para alcançar o progresso em uma categoria selecionada.
	<i>V-Forecast</i>	O projeto Predicting Adverse Regime Transitions (PART) usa dados V-Dem e outras fontes para estimar o risco de transições de regime adversas durante os próximos dois anos.
	<i>Demspace</i>	O Barômetro do Espaço Democrático estima a probabilidade de um país experimentar pelo menos um evento de abertura (mudança para uma governança mais democrática) ou pelo menos um evento de encerramento (mudança para uma governança mais autocrática) dentro de uma janela de dois anos.
	<i>PanDem</i>	O Projeto Retrocesso da Pandemia acompanha as respostas do Estado à Covid-19 e seu potencial efeito na qualidade geral da democracia no país. A versão atual dos dados reflete a situação entre março de 2020 e junho de 2021.
	<i>V-Party Explorer</i>	Varieties of Party Identity and Organization (V-Party) examina as posições políticas e estruturas organizacionais dos partidos políticos em todo o mundo.

Fonte: Coppedge *Et al.* (2022); Lauth *Et al.* (2021); Freedom House, 2023.

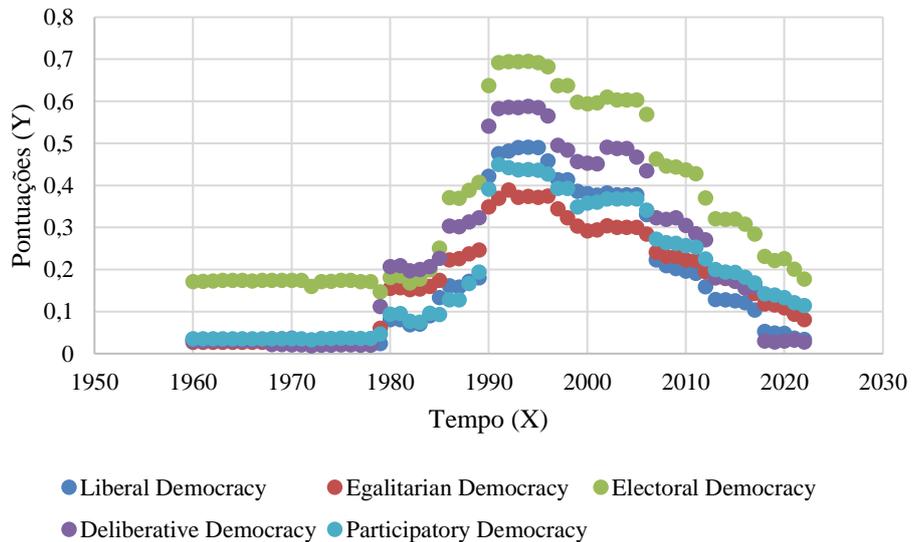
ANEXO G

Gráfico de Dispersão para os diferentes conceitos de democracia segundo o V-Dem para a América Latina (1972-2020)



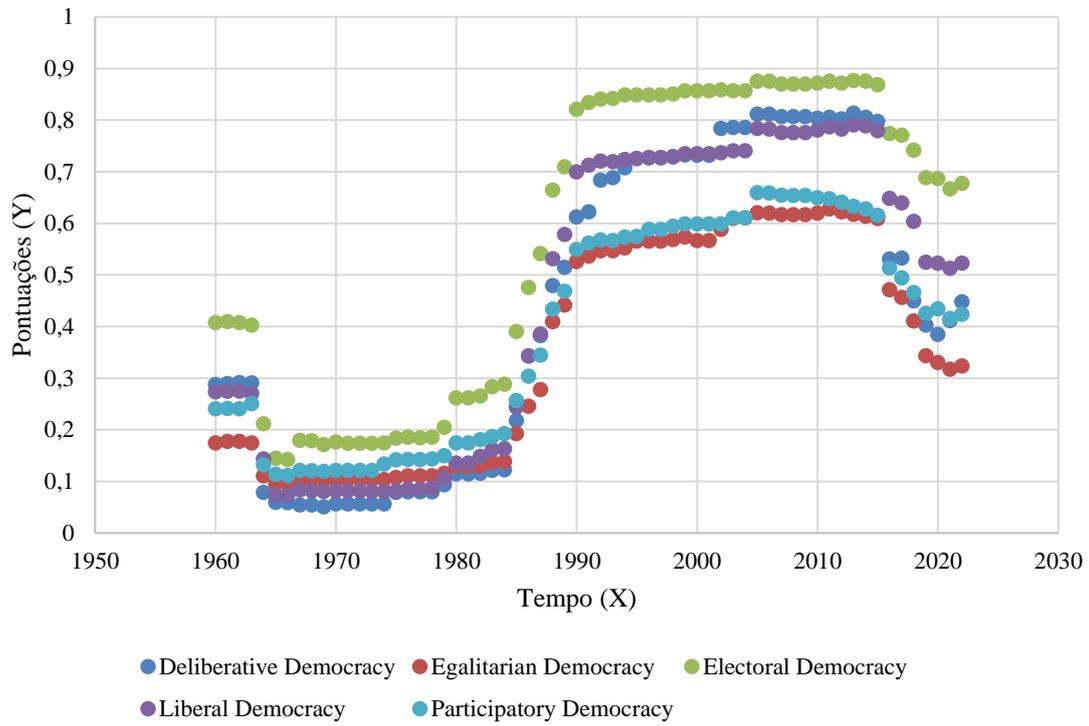
Fonte: O autor, com dados do V-Dem.

Gráfico de Dispersão para os diferentes conceitos de democracia segundo o V-Dem para a Nicarágua (1960-2020)



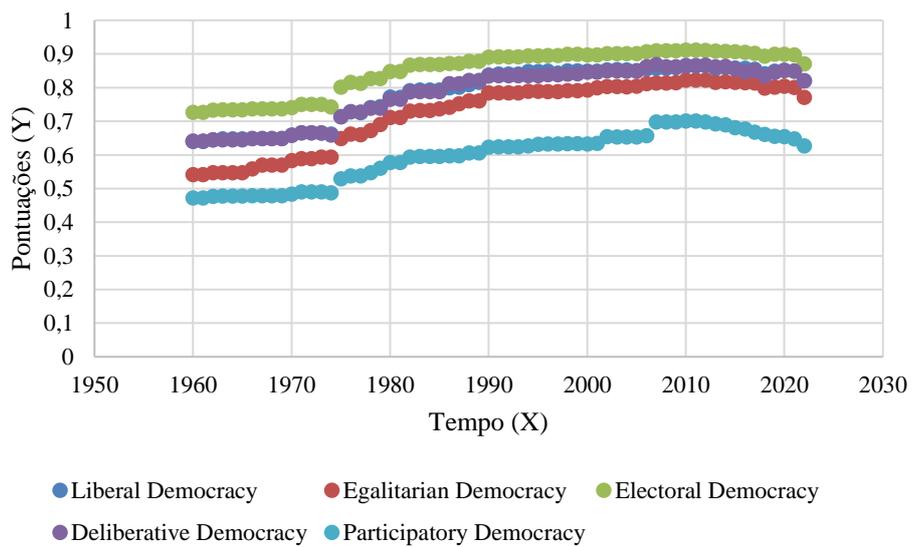
Fonte: O autor, com dados do V-Dem.

Gráfico de Dispersão para os diferentes conceitos de democracia segundo o V-Dem para o Brasil (1960-2020)



Fonte: O autor, com dados do V-Dem.

Gráfico de Dispersão para os diferentes conceitos de democracia segundo o V-Dem para a Costa Rica (1960-2020)



Fonte: O autor, com dados do V-Dem.